



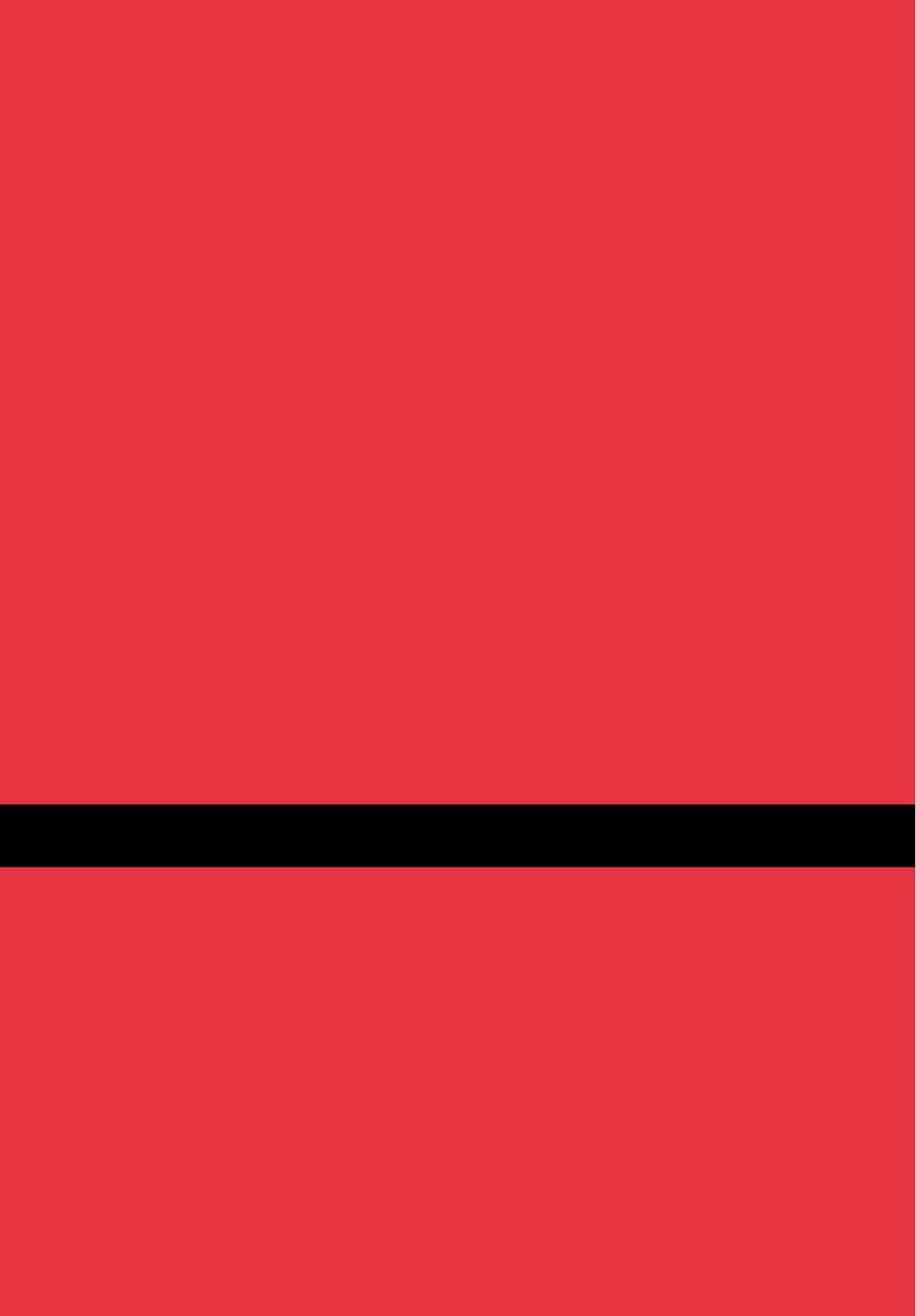
**CAPITALISMO,
CLASSE
TRABALHADORA
E LUTA POLÍTICA
NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI**

**Marcio Pochmann
Reginaldo Moraes**

**Experiências no Brasil,
Estados Unidos,
Inglaterra e França**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



**CAPITALISMO,
CLASSE
TRABALHADORA
E LUTA POLÍTICA
NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI**

Experiências no Brasil,
Estados Unidos,
Inglaterra e França

**Marcio Pochmann
Reginaldo Moraes**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



EXPEDIENTE

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: **Marcio Pochmann**

Vice-presidenta: **Fátima Cleide**

Diretoras: **Isabel dos Anjos e Rosana Ramos**

Diretores: **Artur Henrique e Joaquim Soriano**

Editora da Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial: **Rogério Chaves**

Assistente editorial: **Raquel Maria da Costa**

Revisão: **Angélica Ramacciotti**

Projeto gráfico e design: **Cesar Habert Paciornik**

Foto da Capa: **M. Joy Pollard**

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

www.fpabramo.org.br

Privatizado

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar.

É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário.

E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.

Bertolt Brecht

A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.

Karl Marx

SUMÁRIO

08	APRESENTAÇÃO
11	Parte 1 Tensões no centro dinâmico capitalista e a classe trabalhadora de serviços
14	Segunda onda de globalização capitalista e suas contradições
22	Desglobalização e ascensão asiática
24	Dominância financeira na sociedade de serviços
30	Trabalho nos serviços e impactos nas relações de trabalho
34	Considerações
35	Parte 2 Transformações na estrutura socioeconômica e nos alinhamentos políticos – a classe trabalhadora em três países selecionados
41	Estados Unidos O perfil da classe trabalhadora mudou, suas escolhas políticas, também
63	Inglaterra Classe trabalhadora e Partido Trabalhista – caminhos que não se cruzam mais?
68	França Trabalhadores e a Direita. Um caso de amor?
75	Considerações
76	Parte 3 Contextos político e econômico da ascensão da classe trabalhadora de serviços no Brasil
78	Raízes do atual impasse brasileiro
90	Fim do ciclo da industrialização tardia e mudança social
95	Ascensão da classe trabalhadora de serviços
104	A velha luta de classes na nova economia de serviços
106	A política da classe trabalhadora: ziguezagues do passado e horizontes do futuro
113	Considerações
114	Referências bibliográficas
120	Autores

APRESENTAÇÃO

Este livro procura apresentar uma visão sintética e simplificada das metamorfoses da classe trabalhadora, tal como aparecem no início deste milênio. A partir de uma caracterização das transformações recentes do capitalismo em escala mundial, busca-se localizar a diferenciação da classe trabalhadora com a terciarização da economia, isto é, com o crescimento dos empregos classificados no setor de “serviços”. É importante ressaltar que se focaliza na terciarização, como fenômeno abrangente, e não apenas de terceirização, um de seus aspectos.


Embora não sejam recentes, as reflexões sobre o presente e futuro da classe trabalhadora nas sociedades contemporâneas seguem permeadas de imensa controvérsia. De um lado, temos a perspectiva pessimista, associada ao determinismo tecnológico, responsável pela abolição do trabalho identificada na quantidade decrescente do trabalho necessário nas produções materiais e nas atividades de organização de luta social (Gorz, 1980).

De outro, a expectativa otimista representada pelas abordagens da ascensão do tempo livre ou ócio criativo na sociedade denominada de conhecimento. Em decorrência dos grandes aumentos de produtividade, a sociedade poderia combinar mais equilibradamente trabalho, estudo e lazer (Masi, 2000).

Mesmo com a rapidez do avanço na revolução tecnológica, economizadora de postos de trabalho, os ganhos de produtividade se apresentam decrescentes desde a década de 1980. Ao invés do ócio criativo, as jornadas de trabalho não apresentaram trajetória de queda, cada vez mais moduladas pela desregulação e flexibilização dos contratos em expansão nas ocupações no setor terciário, berço da nova classe trabalhadora de serviços (Antunes, 2011).

Vemos hoje um descompasso entre a ascensão de ocupações sem sujeitos históricos identificáveis e a tradicional estrutura de representação dos interesses herdada da sociedade industrial, que terminou sendo contaminada por novos movimentos sociais marcados por certo niilismo fragmentário e dispersante.

Com as lutas de maio de 1968, a vertente pós-moderna se generalizou rapidamente em três ondas contidas de mobilizações. A primeira está associada à onda



verde, na defesa de uma nova sociedade, voltada para os temas ambientais. Ela ganhou importância no envolvimento de parcela da sociedade, porém foi fragilizada pelas concessões geradas pela cooptação à direita política.

A segunda onda é a do empreendedorismo social, cuja natureza, individual ou coletiva, permitiu mobilizar parcela da sociedade na perspectiva de construção de uma economia com excluídos, porém sem contraditar a crescente concentração da riqueza. Por fim, a terceira onda é a do pluralismo identitário, que se mostrou capaz de valorizar o empoderamento de segmentos marginalizados da sociedade, ainda que aparentemente isso tenha ocorrido às custas da fragmentação das ações.

A ausência da noção de classe trabalhadora, gerada pelo predomínio da perspectiva pós-moderna de sociedade, seguiu assentada no niilismo cético, a sensação vaga e disseminada de que “o mundo não tem sentido”. Assim, foi facilitado o advento ou ascensão do individualismo, bafejado, ademais, pela cultura consumista do capitalismo.

Sendo a vida uma luta sofrida, coube às igrejas, especialmente aquelas assentadas na Teologia da Prosperidade, ocupar o espaço dos indivíduos perdidos na ausência de politização. O resgate da luta mais ampla, que totaliza a relação de classes, encontra-se desafiada pelo amplo processo de crise profunda da reprodução capitalista iniciado em 2008.

O ataque ao padrão de vida e trabalho das grandes massas conduz a uma generalizada precarização da classe trabalhadora, sobretudo aquela que emerge nas ocupações de serviços. Neste início do século XXI, conhecer essa nova dinâmica dos trabalhadores é como uma parcela das possibilidades de sua resolução.

Para tanto, a primeira parte deste livro trata do tema em um nível geral, com abordagem de história econômica e em escala internacional. A terceira parte volta-se para o caso brasileiro, em que o fim do ciclo de industrialização tardia e acelerada foi seguido por uma série de turbulências em que se destacou aquilo que se pode identificar, provisoriamente, de “classe trabalhadora de serviços”.

Entre essas duas, a segunda parte trata de interpretar o impacto político dessas transformações socioeconômicas, voltando-se para o exame de alguns casos nacionais que chamam atenção no período recente – Estados Unidos, Inglaterra, França. O caso brasileiro é, assim, confrontado com um fenômeno que tem dimensão internacional, com diferenciações e matizes que se enquadram nas diversas estórias nacionais e nas diferentes “variedades de capitalismo”.

Trata-se de uma tentativa de síntese e, assim, uma provocação aos leitores, para que busquem, sobretudo, explorar as consequências destas mudanças na vida política, na organização das lutas sociais, no confronto de classes que, como sabem, segue sendo o motor da história. Boa leitura!

Marcio Pochmann • Reginaldo Moraes

São Paulo, julho de 2017

TENSÕES NO CENTRO DINÂMICO CAPITALISTA E CLASSE TRABALHADORA DE SERVIÇOS

Desde os anos 1970 se aguarda o surgimento de uma nova etapa voltada à dinamização do sistema capitalista como um todo, após esgotar as quase três décadas do período identificado por anos gloriosos do segundo pós-guerra mundial. Apesar de crescentes, os sinais de esgotamento das velhas formas de valorização do capital não foram superados, a não ser pela generalizada financeirização da riqueza existente e por experimentações de maior sofisticação na exploração da classe trabalhadora.

Em consequência da aplicação dos novos métodos de intensificação e extensão no uso e remuneração da força de trabalho, a capacidade de ação e reação dos trabalhadores vem sendo testada. Isso ocorre especialmente no âmbito da profusão de ocupações nos serviços, com a expansão de uma espécie de nova classe trabalhadora de serviços, sem organizações que representem seus interesses de modo compatível com a expectativa e necessidade esperada.

No passado assistiu-se ao reposicionamento da velha classe trabalhadora frente aos momentos de profundas crises e reestruturação do capitalismo, como nas grandes depressões de 1873 a 1896 e de 1929 a 1945. Tanto a primeira quanto a segunda depressão do capitalismo terminaram sendo superadas por expansão econômica, social e política associada à consolidação de inovadoras divisões internacionais do trabalho.

No século XIX, por exemplo, a Divisão Internacional do Trabalho consolidada favorecia aos países industrializados, produtores e exportadores de produtos manufaturados. No restante do mundo, constituído por economias de base agrária, prevaleceu a concentração da exploração e da exportação de matérias primas e alimentos, como no caso brasileiro.

Dado o conservadorismo da oligarquia rural prevalecente em grande parte dos países agrários, os esforços reformistas do final do século XIX terminaram sendo confinados às economias industrializadas perante o novo ciclo de prosperidade. Assim, a modalidade de organização dos trabalhadores qualificados nos sindicatos de ofício, embora combativos e ousados, pouco conseguiu avançar em termos de elevação das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora.

Além disso, com o avanço do processo de mecanização, o trabalho humano se tornou apêndice da produção urbana e industrial. Perdeu-se, assim, o protagonismo do trabalho humano consistente com as antigas sociedades agrárias – o trabalho foi cada vez mais associado à grande classe trabalhadora industrial.

O trabalho fundamentou-se na heterogeneidade de ocupações geradas pelo sistema produtivo dominado pela sociedade urbana e industrial. De um lado, os ocupados mais bem inseridos no desenvolvimento capitalista constituíram uma brava elite operária que se organizou nos sindicatos de ofício, em grande parte anarquistas, estabelecendo, em algumas situações, importantes mecanismos de proteção social (fundos de ajuda mútua e cooperativas de autoajuda).

De outro lado, a parte majoritária da classe trabalhadora permaneceu exposta à livre competição, sem regulação pública e sem representação dos seus interesses, o que significou a prevalência da miséria em meio ao trabalho penoso e ao emprego escasso. Somente em momentos históricos especiais a manifestação massiva se fazia presente, fundamentalmente de forma espontânea e desconectada da elite operária em seus aguerridos sindicatos de ofício.

Na Grande Depressão, iniciada em 1929, o mundo do trabalho experimentou novamente uma onda de lutas até então pouco vivenciadas pelo sistema capitalista. Sob a liderança de parcela da classe trabalhadora empregada nas grandes empresas industriais, generalizou-se o novo sindicalismo portador da contratação laboral e que, em parceria com partidos políticos progressistas, conquistou o direito do trabalho impositor dos limites à exploração capitalista.

Por força disso, um novo ciclo de prosperidade foi estabelecido, com a elevação das condições de vida para o conjunto da classe trabalhadora. Para tanto, a formação e extensão do fundo público, com o avanço da tributação sobre os ricos e a universalização das políticas de oferta de bens e serviços públicos, concedeu ao Estado de bem-estar social a tarefa primordial de redução das desigualdades, sem alterar a natureza privada dos meios de produção.

Destaquemos o aparecimento e a difusão do novo sindicalismo, de empresa e de ramo profissional, em oposição ao velho sindicato de ofício. Isso permitiu a generalização dos contratos de trabalho, mudança responsável pela repartição menos desigual dos ganhos de produtividade com os ocupados. Essa nova realidade, embora centralizada nas economias de capitalismo avançado, não deixou de se manifestar também em países de industrialização tardia, como no Brasil.

Em menos de cinco décadas, algumas nações em distintas regiões do planeta se tornaram majoritariamente urbanas, com áreas industriais avançadas. A instalação do sistema de proteção social e trabalhista e os avanços, mesmo que contidos, nas relações de trabalho, possibilitaram uma plataforma de conquistas superiores ao período anterior de exploração dos trabalhadores, herdado da grande crise do final do século XIX.

Assim, a classe trabalhadora industrial contou com uma regulação elementar, capaz de oferecer jornada máxima de trabalho, limites às arbitrariedades patronais na contratação, demissão e aposentadoria protegidos por renda garantida. Na realidade, expandiram-se conquistas laborais jamais identificadas anteriormente no desenvolvimento capitalista, como a redução da jornada e o pleno emprego da força de trabalho, ademais da libertação da condenação ao mercado de trabalho de parcelas da classe trabalhadora, como crianças, adolescentes, idosos, doentes e deficientes físicos e mentais, entre outros.

Na crise atual do capitalismo globalizado, iniciada em 2008, o sistema de exploração parece estar diante da possibilidade de um novo salto no uso e remuneração da força trabalhadora. Por meio da consolidação inédita do sistema de coordenação centralizada intercapitalista, com articulação e integração descentralizada da produção de bens e serviços pelo mundo, a nova classe trabalhadora de serviços convive com a experimentação de formas cada vez mais sofisticadas de exploração, por meio da intensificação e extensão laboral.

Em relação a isso, identifica-se, por exemplo, a experimentação das formas de maior exploração capitalista do trabalho humano como a generalização da terceirização e de sistemas conhecidos como “uberificação”¹ e “nikeificação”² ou “capitalismo de plataformas e empreendedores”. Simultaneamente, a degradação nas antigas conquistas obtidas pela velha classe trabalhadora industrial transcorre cada vez mais no ambiente marcado pela flexibilização e desregulação do sistema de proteção social e trabalhista nas ocupações de serviços.

Essa nova classe de trabalhadores “precariados”, que se encontra em expansão, termina por desafiar o formato tradicional das organizações de representação de interesses laborais. Os sindicatos, por exemplo, reagem com surpresa diante desse fato – quando reagem. Nesse sentido, sucedem-se manifestações sociais de natureza espontânea, desconectadas e desarticuladas de um projeto maior de transformação do capitalismo.

Com isso, o padrão de competição se acirra em meio às tensões no centro dinâmico do capitalismo. Exemplo disso pode ser percebido pela emergência da revolução industrial e tecnológica assentada no inédito ator global representado pelas corporações organizadas em cadeias produtivas transnacionais.

Atualmente, cerca de 500 grandes corporações transnacionais centralizam o controle do sistema de valor operado fragmentadamente em não mais do que

1 Referência ao aplicativo de empresa startup de São Francisco (EUA), a Uber, que serve à contratação de serviços de motorista com preço inferior aos táxis comuns e promessa de eficiência. [N.E.]

2 Referência à empresa Nike. A empresa é “enxugada”, mantendo o mínimo possível de ativos e de empregos, utilizando o máximo de terceirização. [N.E.]

300 espaços territoriais do planeta. Cada vez mais, o processo de monopolização da produção e da distribuição da riqueza em escala global torna a grande corporação transnacional mais poderosa, permitindo disputas consideráveis na subordinação dos Estados Nacionais, uma vez que somente nove países conseguem registrar orçamento público superior ao faturamento dos grandes monopólios privados no mundo.

Ao lado disso, avança a polarização entre Estados Unidos e China, apontando para uma possível transição no interior do centro dinâmico capitalista mundial. A nova fronteira de expansão capitalista aberta a partir da Ásia, cujo vetor principal tem sido o rápido e considerável processo de monopolização do capital por meio das cadeias globais de valor, vem colocando em xeque a hegemonia estadunidense.

O deslocamento geográfico do núcleo dinâmico mundial reflete historicamente o complexo problema de assimetria capitalista, decorrente da relação entre o centro dinâmico e o conjunto de sua periferia. Enquanto no último quartel do século XIX, a longa decadência do domínio inglês teve início com a emergência da segunda revolução industrial e o fim do capitalismo de livre competição, a Grande Depressão de 1929 consolidou a hegemonia estadunidense sobre a Alemanha, derrotada nas duas grandes Guerras Mundiais (1914-18 e 1939-45).

As tensões crescentes no centro dinâmico capitalista desde a década de 1970 foram seguidas pelo desmoronamento da União Soviética (1917-1991), o fim da Guerra Fria (1947-1991) e o acomodamento do Japão e da Alemanha, que ameaçavam o poder hegemônico estadunidense nos anos 1980. Mas os Estados Unidos encontram-se diante de um novo desafio ao seu poder hegemônico com a ascensão chinesa, especialmente pelo projeto da “rota das seda”, em torno do cinturão econômico, político e social estabelecido com mais de 60 países que respondem por dois terços da população mundial.

Tudo isso se soma e combina com profundas e generalizadas transformações no capitalismo, com impacto na trajetória da classe trabalhadora, especialmente naquela que emerge das ocupações de serviços.

Segunda onda de globalização capitalista e suas contradições

A crise no capitalismo de dimensão global, que começou em 2008, foi inicialmente comparada à Grande Depressão de 1929. Atualmente, contudo, percebe-se que ela se aproxima mais da Depressão de 1873 a 1896, tendo em vista a perspectiva de consolidação de nova hegemonia mundial. Isso porque se observa, pela primeira vez desde a década de 1930, que o centro do capitalismo não

se mostra capaz de liderar a retomada sustentada do crescimento econômico mundial, o que abre nova possibilidade para a ascensão do protagonismo de alguns poucos países periféricos.

Recorda-se que, durante a depressão econômica do último quartel do século XIX, a liderança inglesa no mundo começou a dar lugar à disputa de novas hegemônias nacionais, sobretudo entre os Estados Unidos e a Alemanha, que completavam o ciclo retardatário da industrialização. Nos dias de hoje, países de industrialização tardia se apresentam como portadores de futuro, como a China.

No passado, quando predominaram as longevas sociedades agrárias, pelo menos até o século XVIII, os ganhos de produtividade eram fundamentalmente contidos, sem a presença marcante do progresso técnico. Para um mundo com menos de um bilhão de habitantes, as antigas Índias e China concentravam cerca de 35% da população e quase 60% da produção do planeta.

As possibilidades de expansão econômica eram contidas pela perspectiva do rendimento decrescente da exploração agropecuária, da ínfima divisão do trabalho e das naturais vantagens comparativas. Por força disso, o padrão de vida era limitado ao exercício do trabalho pela sobrevivência, com jornadas acima de 15 horas diárias e início laboral desde 5 anos de idade até praticamente a morte, com expectativa média de vida abaixo de 40 anos.

A Revolução Industrial originada na Inglaterra na segunda metade do século XVIII potencializou a sua rápida passagem para o estágio superior estabelecido pela nova sociedade urbana, manufatureira e comercial. Os ganhos de produtividade foram crescentes a partir dos incrementos decorrentes da incorporação tecnológica e da conseqüente divisão do trabalho.

Diante desse cenário, o estranhamento laboral não tardou a aparecer e a reivindicar a liberação de parte do tempo de vida do trabalho pela sobrevivência. Em geral, mas especialmente na Europa, a transição da antiga condição de servo para a de operário foi acompanhada pela elevação no grau de exploração capitalista.

Como resposta à formação da classe trabalhadora industrial surgem as primeiras organizações de representação dos interesses, como os sindicatos de ofícios. Às intensas lutas dos trabalhadores industriais, algumas conquistas foram obtidas no âmbito de contratos individuais de trabalho num capitalismo predominado por empresas de pequeno porte e em um ambiente de “Estado mínimo”, sem regulação social e trabalhista.

Ao final do século XIX, o avanço da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, protagonizado pela industrialização retardatária nos Estados Unidos e na Alemanha, estabelece intensa disputa pela sucessão da velha hegemonia inglesa. Uma solução dessa disputa foi enfim imposta à Alemanha pela derrota em duas grandes guerras mundiais – com a ascensão hegemônica dos Estados Unidos.

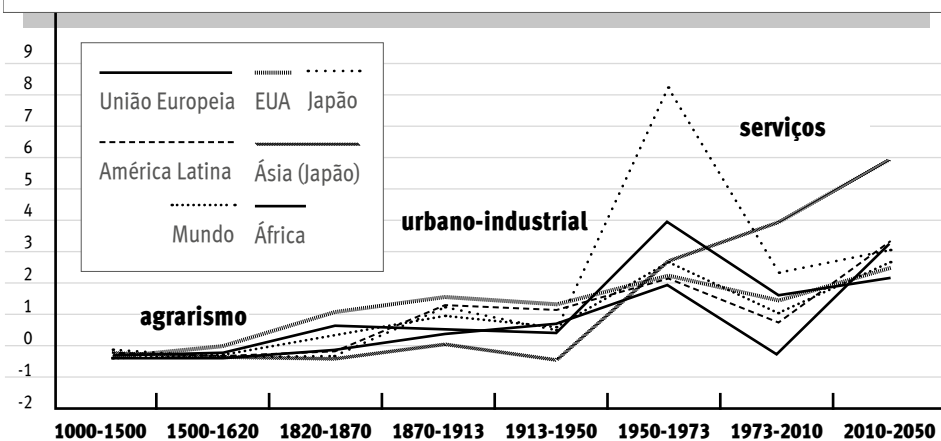
Sob os ganhos ascendentes da produtividade potencializada pela grande empresa industrial fordista, herdada da segunda revolução tecnológica, nasceu o novo sindicalismo responsável pela organização das massas de operários e pela consagração dos contratos coletivos de trabalho. Além disso, a construção de partidos políticos alinhados com a classe trabalhadora industrial, com a simultânea universalização do voto, possibilitou erigir o estado de bem-estar social.

A tributação sobre inovadoras formas de riqueza permitiu constituir o fundo público superior ao permitido pelo Estado mínimo (liberal) prevalecente, com a contribuição progressivamente maior dos ricos – o que, de maneira óbvia, foi severamente criticado pelos adeptos do *laissez-faire*, como Herbert Spencer, para quem o imposto era um assalto dos pobres aos ricos. Através do chamado “Estado de bem-estar social”, uma conquista que se expandiu depois da Segunda Guerra, tornou-se possível empregar parcela importante da força de trabalho e oferecer políticas públicas que elevassem o padrão de vida da classe trabalhadora industrial e liberasse crianças e adolescente, idosos, doentes e deficientes físicos e mentais da dependência do trabalho pela sobrevivência.

Em pleno contexto da Guerra Fria (1947-1991), os Estados Unidos difundiram praticamente sozinhos o modelo *american way of life*, como forma de dominação capitalista. Mas somente a partir da década de 1970, os anos gloriosos do capitalismo passaram a oferecer sinais de limites do americanismo.

Na sequência dos problemas internos (fim do padrão ouro-dólar, em 1973; derrota na Guerra do Vietnã, em 1975; e tensões da produção de petróleo, no Oriente

Gráfico 1 **Taxa de expansão do Produto Interno Bruto per capita** (em %)



Fonte: Maddison, 2008; projeção* (elaboração própria).

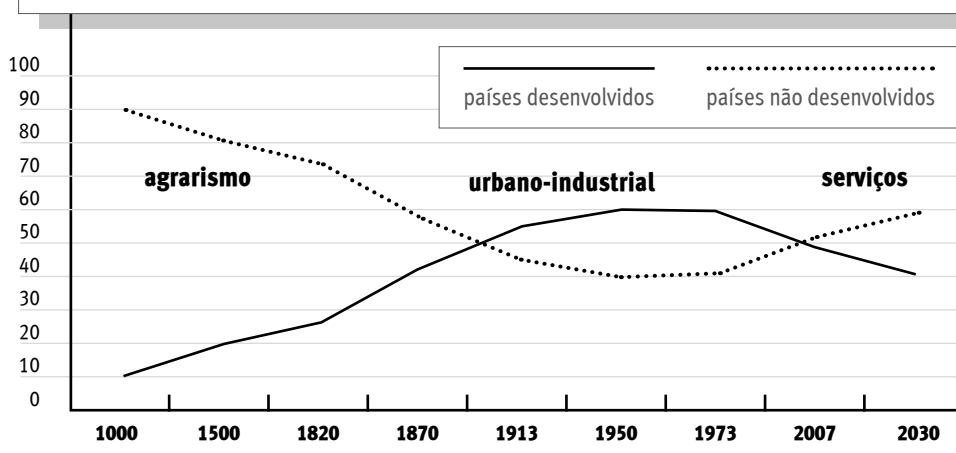
Médio), além dos impulsos econômicos e monetários emergentes da Alemanha, do Japão e de prevalência soviética, os Estados Unidos (EUA) buscaram reposicionar-se no mundo desde os anos 1980. A partir de então, a contrarreforma neoliberal buscou enquadrar a economia japonesa à condição secundária e acomodar a Alemanha no âmbito da reunificação pós-crise do socialismo real e da consolidação da União Europeia.

A condução da política neoliberal pelos EUA foi suficiente para se antepor ao fervor japonês e alemão, ao mesmo tempo que levou à exaustão a experiência de socialismo soviético. O êxito alcançado terminou sendo, contudo, portador da corrosão das bases produtivas do capitalismo estadunidense, o que passou a expressar, guardada a proporção, trajetória inglesa comparável ao final do século XIX, quando se contaminou pelo vírus da financeirização da riqueza.

Paralelamente a isso, constatou-se também que parte da Ásia foi confirmando, por intermédio de experiências nacionais, a constituição de uma nova fronteira de expansão ampliada do capitalismo. Justamente a China e a Índia que foram, em especial, os dois grandes territórios do planeta perdedores do avanço da hegemonia inglesa e estadunidense desde a primeira e segunda Revolução Industrial e Tecnológica, voltaram a se tornar emergentes.

Reformas realizadas desde a década de 1980 foram tornando esses países referências à expansão capitalista, com crescente deslocamento da produção industrial para a Ásia. Assim, a participação relativa de países não desenvolvidos no produto mundial, como a China e a Índia, voltou a se recuperar e até a ultrapassar os países capitalistas avançados.

Gráfico 2 **Evolução da repartição do Produto Interno Bruto no mundo** (em %)



Fonte: Maddison, 2008; projeção* (elaboração própria).

Por outro lado, a América Latina e a África foram, junto com parcela dos países da Europa oriental, os maiores perdedores durante quase três décadas de hegemonia das políticas neoliberais. A despeito disso, o Brasil – que havia surgido nos anos 2000 como uma aposta alternativa no interior das disputas pela recuperação econômica mundial – terminou abandonando qualquer possibilidade nesse sentido, desde o golpe que destituiu o governo legitimamente eleito em 2014.

No contexto da sucessão de crises econômicas e financeiras mundiais após a década de 1970, fora do eixo dos países desenvolvidos poucos apresentaram condições de liderar um novo ciclo de expansão capitalista. Justamente na transição da sociedade urbano-industrial para a de serviços, a Ásia, especialmente através da China, emerge como alternativa à globalização neoliberal e financeira comandada pelos EUA.

Na sociedade de serviços ainda em construção, a produtividade parece cada vez mais submetida ao processo de desmaterialização das economias. Concomitante com a desindustrialização madura ou precoce em diversos países, expandem-se as ocupações de serviços portadoras de uma nova classe trabalhadora, em concomitância com a precarização generalizada das condições de vida.

A desconstituição do Estado de bem-estar social possibilita a desregulação e flexibilização do trabalho - um desmanche da estrutura social fordista herdada da sociedade urbana e industrial. Com isso, temos o avanço de uma sociedade polarizada na base pelo precariado e no cume pelos muito ricos, tornando cada vez mais distante e frágil a existência de uma grande classe assalariada de rendas médias.

Trajetória recente dos periféricos

O conjunto dos países não desenvolvidos, que responde a 83% da população mundial, deixou de ter participação majoritária na geração de riqueza mundial durante a Grande Depressão Econômica de 1873 a 1896. Mas foi com a transição da sociedade agrária para a urbano-industrial, iniciada pela Inglaterra a partir do século XVIII, que a força de poucas nações ganhou o primado na produção da riqueza no mundo.

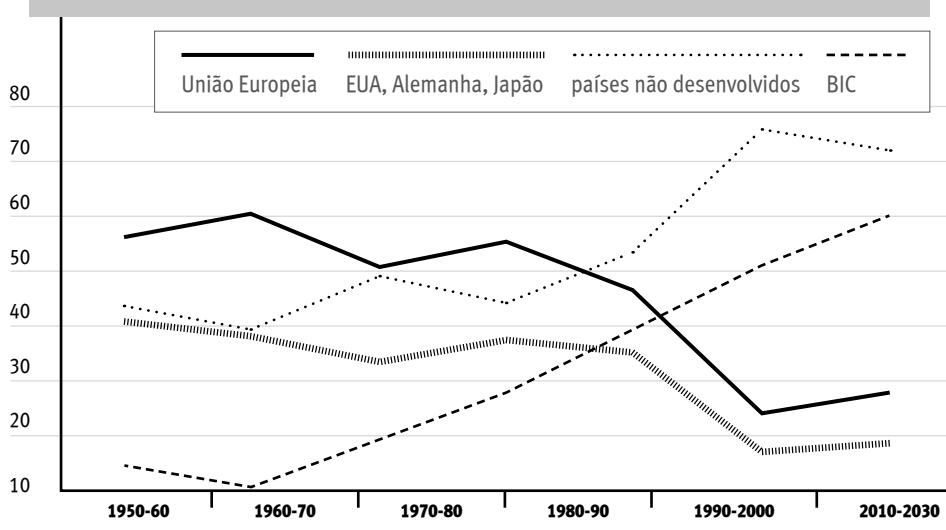
Da industrialização originada na Inglaterra, assistiu-se ao avanço do ciclo da industrialização retardatária no século XIX. Logo, alguns países como Estados Unidos, Alemanha e França transitaram para a sociedade urbano-industrial, seguidos por Rússia, Itália e Japão na segunda metade do século XIX. Outros países transitaram na mesma direção, permitindo que até a crise de regulação fordista de 1973 do capitalismo central, o seu peso na produção da riqueza mundial fosse crescente. A partir daí, os países periféricos voltam a recuperar posição relativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB) global.

Ademais do avanço do ciclo de industrialização tardia a se consagrar em alguns países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, México), africanos (África do Sul) e asiáticos (Coreia do Sul, Índia, China), o que permitiu transitar para a sociedade urbano-industrial, houve também mudanças importantes na organização da produção capitalista comandada pelos países centrais. De um lado, a incorporação das novidades provenientes de uma Terceira Revolução Tecnológica possibilitou o deslocamento de partes do circuito produtivo para países de menores custos de produção. Isso foi mais influenciado pelo rebaixamento dos custos de transportes e logísticas, possibilitados por investimentos em infraestrutura em vários países periféricos e, também, por inovações tecnicamente simples mas revolucionárias (como o container).

De outro lado, o salto no processo de concentração e centralização do capital materializado pela grande corporação transnacional permitiu o controle descentralizado na forma de redes de produção global em diferentes espaços territoriais nacionais. Atualmente, mais de 500 grandes corporações transnacionais dominam qualquer setor de atividade econômica no mundo, o que permite deslocar partes ou todo da produção da riqueza para qualquer local considerado estratégico no processo de valorização capitalista.

Com isso, o mundo capitalista chegou à crise internacional em 2008 com os países desenvolvidos respondendo por menor parcela na produção global de ri-

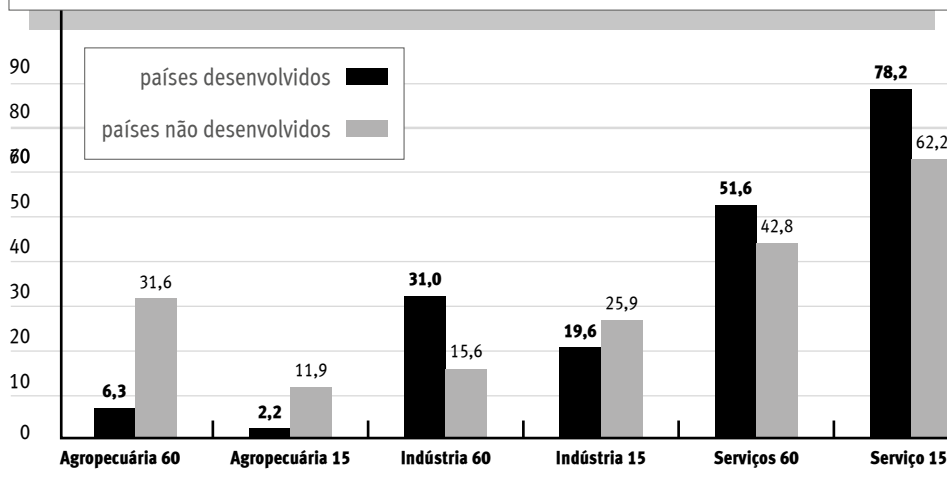
Gráfico 3 Contribuição ao crescimento do Produto Interno Bruto mundial em períodos selecionados (em%)



Fonte: Maddison, 2008; * projeção (elaboração própria).

queza, fato somente verificado antes da Grande Depressão iniciada em 1873. Em grande medida, percebe-se que desde a última década do século XX, os países periféricos passaram a responder por maior peso no crescimento capitalista global.

Gráfico 4 **Composição do Produto Interno Bruto em 1960 e 2015** (em %)



Fonte: Maddison, 2008; * projeção (elaboração própria).

No geral, observa-se o fortalecimento do peso relativo de três grandes países (Brasil, Índia e China) que de quase irrelevância na produção global (até a década de 1960) passam a assumir responsabilidade estratégica, confrontando os três principais países que formam o núcleo do capitalismo global (Estados Unidos, Alemanha e Japão). Durante a primeira metade do século XXI, cerca de quatro quintos da expansão econômica do mundo dependeram fundamentalmente do vigor dos países periféricos.

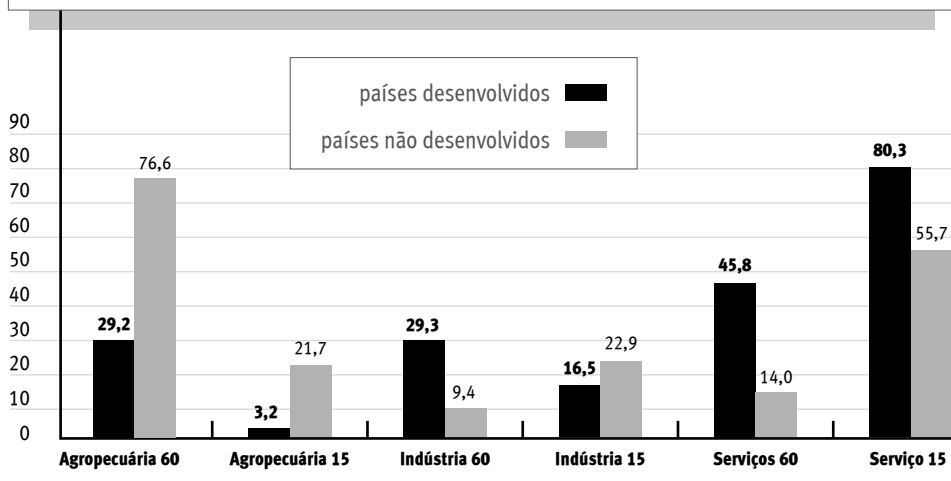
Dessa forma, a estrutura produtiva dos países periféricos sofreu inegável alteração. O crescimento expressivo da participação industrial e de serviços ocorreu em contrapartida à substancial queda relativa do setor agropecuário.

Na década de 2010, por exemplo, a agricultura representava menos de 12% da produção total dos países não desenvolvidos, enquanto na década de 1960 aproximava-se de um terço. Em compensação, o setor industrial responsável por menos de 16% do PIB na década de 1960, subiu para cerca de um quarto, superior, inclusive, ao peso da produção de manufatura nos países desenvolvidos.

Os serviços, em geral, cresceram substancialmente tanto nos países desenvolvidos como no conjunto dos não desenvolvidos. Enquanto nas economias de capitalismo avançado os serviços aumentaram sua participação relativa, os setores industriais e agropecuários decresceram.

Para o conjunto dos países não desenvolvidos, os serviços aumentaram suas posições relativas acompanhados, também, da expansão da indústria. Somente o setor agropecuário registrou queda.

Gráfico 5 **Distribuição das ocupações em 1960 e 2015** (em %)



Fonte: OIT e OCDE; (elaboração própria).

Neste mesmo sentido, pode-se constatar o impacto das alterações na composição da produção sobre a distribuição setorial da força de trabalho, especialmente entre os países periféricos. A grande mudança resultou da queda relativa da ocupação rural, evidenciando os sinais de rápida transição da sociedade agrária para a urbano-industrial.

De quase 80% da ocupação centrada no setor agrícola na década de 1960, o conjunto de países não desenvolvidos reduziu esse número para menos de um quarto em 2015. Por consequência, nota-se o salto nas ocupações industriais e de serviços.

Para o mesmo período de tempo, os serviços avançaram sobre a estrutura ocupacional. De menos de 15% do total dos postos de trabalho na década de 1960, os serviços aproximam-se de 60% das ocupações nos países não desenvolvidos. Também as ocupações no setor industrial perdem participação relativa, acompanhando, nesse sentido, trajetória idêntica verificada no setor agropecuário.

Em complemento ao crescimento dos países não desenvolvidos na produção global e à respectiva alteração na composição ocupacional setorial, registra-se também a redivisão do comércio internacional. Atualmente, os países desenvolvidos apresentam tendência de perda de importância relativa no comércio global, substituídos pela emergência dos periféricos.

Desglobalização e a emergência asiática

A segunda onda de globalização capitalista teve impulso significativo com a derrocada do sistema de Bretton Woods, quando por decisão do governo Richard Nixon (1969-1974), o dólar deixou de ser conversível ao ouro. Ao mesmo tempo, a adoção do receituário neoliberal com o governo Ronald Reagan (1981-1989) conformou a reafirmação dos Estados Unidos no mundo através do processo de globalização.

Com a supercrise capitalista de 2008, o movimento de globalização passou a apresentar sinais inegáveis do seu encolhimento. Na primeira onda da globalização capitalista, após o auge observado entre as décadas de 1870 e 1910, o seu descenso transcorreu significativamente por força das políticas nacional-protecionistas e das apostas dos governos em crescentes gastos militares e guerras para recuperar a economia abalada pela Grande Depressão de 1929.

A partir de 2008, a globalização passou a emitir sinais importantes de oscilação e recuo em sua trajetória observada desde a década de 1980. De um lado, e apesar do baixo dinamismo econômico do conjunto dos países, o comércio externo passou a expandir a taxas inferiores ao PIB mundial, como a estimativa de apenas 1,7% de crescimento do comércio externo ante 3,1% de expansão do PIB global em 2016.

Além disso, um estudo do Instituto Global Mackinsey (MGI) mostra sinais muito fortes de recuo na internacionalização das finanças (investimentos, dívidas e atividades bancárias internacionais). No mesmo sentido, reduz-se a presença dos importados na produção dos países, como nos casos sintomáticos da China (de 71% para 65%) e dos Estados Unidos (de 44% para 38%) entre os anos de 2007 e 2015.

De outro lado, temos o ressurgimento e apoio crescente às políticas nacional-protecionistas e de expansão dos gastos militares em diversas nações, sobretudo nos países ricos. Um exemplo pode ser evidenciado tanto pela vitória do *Brexit*, que retirou a Inglaterra da União Europeia (UE)³, quanto pela ascensão das forças nacionalistas no interior de muitos países europeus. Adiciona-se a isso, a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, impulsionada pelo programa econômico e militar distinto do aplicado até então por republicanos (Reagan, Bush pai e filho) e por democratas (Clinton e Obama).

Com a intenção de elevar o gasto militar de 3% para 6,5% do PIB estaduni-

3 No dia 23 de junho de 2016 foi realizado um referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia. No total, houve 17.410.742 pela saída (51,8%) e 16.141.241 votos pela manutenção (48,2%), num total de 32.688.054 votos válidos. Participação eleitoral de 72,1% num universo de 46.499.537 eleitores. [N.E.]

dense, a primeira proposta orçamentária do governo Donald Trump contém reajuste de 9% nos gastos militares, o que equivale a 54 bilhões de dólares para a atuação estratégica do Pentágono. Ao mesmo tempo, os EUA pressionam a União Europeia a fazer o mesmo, algo que já há mais tempo os chineses vem patrocinando no interior de suas forças produtivas.

Nesse contexto abre-se uma nova perspectiva para a reorganização geopolítica mundial. Até então, o receituário neoliberal predominava desde o fim do acordo de Bretton Woods, que havia fixado a regulação do mundo das finanças no rescaldo da Segunda Guerra Mundial.

Por força disso, as finanças mundiais seguiram a cartilha regulacionista entre os anos 1945 e 1975, o que permitiu importante ênfase do Estado na defesa do crescimento econômico com a inclusão social e moderação de conflitos. Esta fase, então, passou a ser reconhecida com sendo a dos trinta anos gloriosos do capitalismo.

Com o esgotamento do acordo de Bretton Woods, na primeira metade da década de 1970, transcorreu o reposicionamento do papel do Estado em conformidade com o retorno da centralidade dos interesses nas finanças globais. Assistiu-se, assim, o agigantamento das corporações transnacionais em detrimento do apequenamento dos Estados nacionais e da regulação das instituições multilaterais internacionais.

O resultado disso terminou sendo, em geral, o retorno das grandes desigualdades, com perdas significativas para o mundo do trabalho, deslocamento da produção industrial do Ocidente para o Oriente, esvaziamento das classes médias assalariadas e importante fragilização das políticas públicas voltadas para o crescimento econômico com a inclusão social.

O questionamento à ordem neoliberal governada pelas altas finanças vem gradualmente ganhando corpo desde a crise global de 2008, uma vez que as forças motoras da globalização passaram a perder potência. Entre os anos 1980 e 2008, por exemplo, o comércio externo que representava quase um terço do PIB mundial saltou para cerca de 50%, enquanto em 2016 situou-se próximo de dois quintos da produção global.

O atual descenso relativo do comércio externo na produção mundial tem sido também acompanhado do esvaziamento da participação dos ativos financeiros. Em contraste, a China imprime o projeto do cinturão econômico em torno da antiga rota da seda, cujo orçamento de 26 trilhões de dólares até o ano de 2030 envolve a participação de 65 nações que respondem por quase dois terços da população mundial.

Para além destes indicadores econômicos de esvaziamento da globalização neoliberal, emergem simultaneamente as insubordinações políticas de significativa relevância e diversas cores políticas, como a vitória do *Brexit* no Reino Unido, a negação das reformas liberalizantes de Matteo Renzi na Itália, a eleição de Donald Trump, o enorme apoio à Frente Nacional na França, entre outras. De ma-

neira geral, levantam-se cada vez mais fortes as vozes contrárias à combinação do endividamento predatório das altas finanças, o livre comércio, a austeridade fiscal, as reformas degradantes da sociedade e o avanço do trabalho precário.

Todas essas manifestações tendem a apontar para formas variadas de rechaço da ordem atual do capitalismo financeiro global. No Brasil, isso não parece ser diferente, já que as manifestações populares, cada vez maiores, colocam-se em oposição à “Ponte para o Futuro”⁴ do governo Michel Temer e seus aliados neoliberais.

Neste caso, de modo paradoxal mas não surpreendente, temos uma inegável expressão de cegueira institucional, quando as elites reinantes se negam a ver a força da realidade. Tal como avestruzes, procuram esconder a sua cabeça do todo, imaginando superar, assim, os seus problemas.

Mas os problemas aumentam, impondo, mais dias, menos dias, outro caminho a ser liderado por quem melhor compreender a convergência que se forma em torno da contrariedade ao receituário neoliberal. Neste campo, a força da esquerda não está só, pois também a extrema direita possui o seu leito próprio de crescimento em disputa no interior da sociedade.

Dominância financeira na sociedade de serviços

Desde o seu princípio organizador, o modo de produção capitalista caracterizou-se por expandir sistemicamente, incorporando e articulando crescentes espaços territoriais até se tornar global. Tudo isso a partir da existência de um centro dinâmico integrador impondo-se a um todo periférico.

Ainda que amarrada pela lógica sistêmica, a dinâmica capitalista se manteve desigual, seguida por crises de curta e longa durações. Mesmo que o centro dinâmico tenha se alterado poucas vezes ao longo do tempo, a condição de periferia seguiu se produzindo e reproduzindo intensamente.

Para assumir a posição de centro dinâmico, três dimensões se fariam fundamentais. A primeira identificada pela capacidade de deter moeda de curso internacional com suas funções de troca, reserva de valor e unidade de conta permanente ativas.

⁴ O documento “Ponte para o Futuro” foi lançado pela Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao PMDB. O programa previa menos segurança e direitos aos trabalhadores, mais anos de trabalho para ter direito à aposentadoria e medidas que poderiam inviabilizar os direitos universais de acesso a serviços públicos. O documento antecipa as mudanças propostas pelo governo Michel Temer após o impeachment, como a reforma da Previdência com idade mínima para aposentadoria; a PEC 241, que limita os gastos públicos por 20 anos; e mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Lançada em 29 de outubro de 2015, a “Ponte” foi divulgada pelo PMDB dois meses depois de Michel Temer abandonar o posto de articulador político do governo Dilma Rousseff. [N.E.]

A segunda dimensão está associada ao poder das forças armadas para levar adiante – sempre que necessário – onde a diplomacia não se mostra suficiente. A terceira dimensão refere-se à capacidade de produzir e difundir tecnologia enquanto elemento dinâmico e acesso da competição intercapitalista.

Pela Revolução Industrial e Tecnológica do século XVIII, na Inglaterra, o capitalismo alçou a condição de trânsito da antiga sociedade agrária para a moderna sociedade urbana e industrial. Na época, o processo de mecanização gerou ganhos de produtividade crescentes com a incorporação tecnológica e a consequente ampliação na divisão do trabalho, garantindo à armada inglesa o poder do exercício da força pela condição de centro dinâmico mundial.

Mas até o início do século XX, o capitalismo se expandia demarcado pela forma fundamental dos impérios (britânico, austro-húngaro, otomano, português, espanhol, entre outros) em relação às colônias. Neste meio, os avanços econômicos possibilitados pela industrialização retardatária (Alemanha, EUA, França, Rússia, Japão e Itália), seguida da Segunda Revolução Tecnológica no último quartel do século XIX, colocou em xeque o centro dinâmico mundial, posto que a Inglaterra convivía com o esvaziamento produtivo ante o poder financeiro crescente da City.

Ademais, as duas grandes guerras mundiais (1914-18 e 1939-45), intermediadas pela Grande Depressão de 1929, tornaram reais e efetivas as disputas entre nações emergentes como Alemanha e Estados Unidos pela sucessão da liderança inglesa. A partir do fim da década de 1940, o novo centro do mundo se estabeleceu sob a liderança incontestada dos Estados Unidos. O *american way of life* se generalizou mais rapidamente pelo consumo de bens e serviços do que a descentralização da produção de manufatura pelo mundo.

Em plena Guerra Fria, mais de 150 países se constituíram oficialmente, diante do desmoronamento dos antigos impérios e de suas colônias. Ao mesmo tempo, a maior parte da periferia alcançou a soberania nacional, reposicionando o papel do Estado em defesas de políticas nacional-desenvolvimentistas. Isso porque o centro dinâmico mundial exercido pelos EUA acobertou a conformação dos Estados nacionais regidos por normas monitoradas pelas Nações Unidas e organismos multilaterais (OTAN, Banco Mundial, FMI, acordos de livre comércio, entre outros), diferenciando-se do padrão anterior da hegemonia inglesa.

Por acordo entre as nações, conforme realizado em Bretton Woods, em 1944, o dólar estadunidense se transformou em moeda de curso internacional, mantendo-se conversível ao ouro e com valor fixo por 27 anos (1944-1971). A valorização do dólar ocorrida no período era compatível com a posição de maior exportador e responsável por dois terços das reservas de ouro do mundo no imediato segundo pós-guerra.

A condição de centro dinâmico assentou-se no tripé interno de forças a exercer a vontade da maioria política. De um lado, o poder armado sob a liderança de grandes generais vitoriosos da Segunda Guerra Mundial (Douglas MacArthur, George Marshall Jr, Dwight Eisenhower, entre outros) e, de outro, as forças produtivas representadas pelos grandes conglomerados industriais (famílias Gould, Rockefeller, Ford, Carnegie, entre outros). Por fim, a expressão da sociedade civil – organizada em grande medida pela força dos sindicatos e dos movimentos de direitos humanos – assumiu importância em determinados momentos do segundo pós-guerra.

A partir da década de 1970, contudo, as condições de exercício da hegemonia estadunidense fragilizaram-se substancialmente. Três acontecimentos significativos ameaçaram as dimensões do centro dinâmico do mundo.

O primeiro deles ocorreu em 1971, com a desvalorização do dólar em relação ao ouro, e teve o grande final em 1973, com o fim da conversibilidade da moeda estadunidense ao ouro. Com a decisão do presidente Richard Nixon, o dólar assumiu a condição de uma moeda que flutuaria como qualquer outra, sem mais equivaler ao ouro, resultando em descrédito à dimensão monetária fundamental de valorização do capital em qualquer país capitalista.

O segundo acontecimento se deu em 1975, com a derrota das forças armadas estadunidenses na Guerra do Vietnã (1965-75). A decisão do presidente Gerald Ford reafirmou o descrédito no poder militar dos EUA em termos internacionais. Também no plano interno isso se refletiu, com a vitória do Partido Democrata nas eleições presidenciais e as repercussões políticas geradas pelas massivas manifestações populares contra a guerra.

Por fim, o terceiro acontecimento foi em 1979, com a Revolução Iraniana e a entrada da Rússia no Afeganistão. A ameaça ao domínio dos Estados Unidos no Oriente Médio pelo avanço das forças pró-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas poderia abrir um novo flanco de insegurança energética, fundamentalmente representada pelo petróleo, o ouro daquela região.

A decadência relativa dos Estados Unidos era evidente tanto no seu setor produtivo, que assumia a condição inédita de importador líquido de mercadorias na década de 1970, quanto na incapacidade da política macroeconômica de superar a fase de estagnação da época. Ao mesmo tempo crescia o risco da insegurança energética num país importador de petróleo e o poder das forças armadas parecia reduzir-se.

Diante disso, países como Alemanha e Japão eram vistos como possíveis sucessores dos Estados Unidos, mais preparados para exercerem a condição de centro hegemônico do mundo. Somente uma guinada na conformação de uma nova maioria política poderia restabelecer a retomada do poder estadunidense.

As eleições de 1979 terminaram por restabelecer um novo pacto de poder, consagrado pela adoção das políticas neoliberais. A começar pela recomposição da linha estratégica nas forças militares, com a ascensão da liderança dos “falcões” assentados na estratégia da guerra cibernética.

Para isso, o redirecionamento de parte do orçamento se mostrou fundamental, associando a realocação dos recursos públicos à pesquisa e desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). A terceira Revolução Industrial e Tecnológica teve impulso para além da eletrônica, com o salto das empresas *pontocom* no Vale do Silício estadunidense.

O programa militar identificado como Guerra nas Estrelas (Defesa Estratégica no Espaço) foi lançado pelo presidente Ronald Reagan em 1983 com o objetivo de reestabelecer a superpotência militar estadunidense. Ao mesmo tempo interligou o gasto militar com a pesquisa, potenciando, inclusive, a internet para uso civil-acadêmico já no final da década de 1980 e comercial nos anos 1990.

A segunda inovação no pacto de poder estadunidense ocorreu com articulação mais fina entre o Departamento de Estado e as petroleiras, especialmente nas ações no Oriente Médio. Como se sabe, a Revolução Iraniana, em 1979, desencadeou o segundo choque de petróleo, quando o barril chegou a 80 dólares.

Somente sete anos depois, em 1986, o preço do barril voltou à normalidade, contando com importante articulação entre a diplomacia dos EUA e as forças armadas no Oriente Médio, simultaneamente às ações das grandes empresas petroleiras, visando garantir a segurança energética do maior importador de petróleo do mundo.

A terceira inovação foi uma relativa substituição do poder dos industriais estadunidenses pelo dos banqueiros, uma vez que, com a política realista de Paul Volcker no Banco Central dos EUA (Federal Reserve), a partir de 1978, a taxa de juros voltou a ser mais elevada que a inflação. Desde a Grande Depressão de 1929, quando os banqueiros foram tidos como principais responsáveis pela especulação financeira vigente à época, a taxa de juros se mantinha, em geral, abaixo da inflação, objetivando estimular os investimentos produtivos na economia.

A política do dólar forte na década de 1980 contribuiu para que a política neoliberal da desregulação financeira e bancária ganhasse difusão não apenas nos Estados Unidos. Por consequência, a elevação da taxa de juros nos EUA atraía a centralidade das aplicações financeiras naquele país, salvo elevação simultânea dos juros nos demais países, o que terminou esvaziando a autonomia da política monetária para o conjunto das economias.

A globalização financeira ganhou escala e passou a liderar em novas bases a ordem capitalista mundial. Os banqueiros do mundo todo se uniram, conformando grau de poder jamais visto, com capacidade para submeter empresas e países à lógica financeira, inclusive parcela da política, que tem crescente presença de parlamentares e governos operando como verdadeiros funcionários do capital fictício.

Com a reconfiguração da nova maioria política nos EUA, os resultados da dominação militar e financeira se apresentaram evidentes ante o enquadramento do Japão e da Alemanha à situação de países submissos. Houve ainda o fim da Guerra Fria. A partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim e, de 1991, com a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o império estadunidense se constituiu enquanto tal, favorecendo o exercício unipolar da dinâmica econômica mundial e retirando poder dos Estados nacionais na efetividade de suas políticas, seja monetária, seja nas TIC's, seja na área militar, entre outras.

Contraditoriamente, o êxito alcançado terminou também sendo portador da corrosão das bases produtivas do capitalismo estadunidense. Guardada a devida proporção, os EUA passaram a seguir trajetória similar à experimentada pela economia inglesa no final do século XIX, quando a contaminação pelo vírus do improdutivismo, gerado pelo processo da financeirização da riqueza, levou à decadência do império britânico.

Paralelamente, parte da Ásia confirmou, por intermédio de várias experiências nacionais, a constituição atual de uma nova fronteira de expansão do capitalismo global. Justamente a China e a Índia, que foram, em especial, os dois grandes territórios do planeta perdedores diante do avanço da hegemonia inglesa e estadunidense na primeira e segunda Revolução Industrial e Tecnológica, voltaram a se tornar emergentes diante da implantação de experiências associadas ao planejamento central e ao vigor do Estado.

Resumidamente, as reformas neoliberais realizadas desde a década de 1980 terminaram por esvaziar parte da estrutura produtiva dos países desenvolvidos – outrora referência da expansão capitalista global. Na sequência do deslocamento da produção industrial ocidental para a Ásia, vislumbrou-se a continuidade da desenvoltura de mais uma revolução tecnológica motivadora de novas centralidades no planeta, tais como as cadeias globais de valor geridas por grandes corporações transnacionais.

A manifestação da grave crise global a partir de 2008, tornou mais claros os de sinais da decadência relativa dos Estados Unidos. A ineficácia das políticas neoliberais e o poder concentrado e centralizado das grandes corporações transnacionais marcaram o Estado em grande parte dos países desenvolvidos e foram responsáveis pela adoção de políticas apelidadas de “socialismo dos ricos”. Enquanto os trabalhadores pagam com o esvaziamento de seus rendimentos, a perda de empregos e a precarização das ocupações, os grandes grupos econômicos se ajustam com somas crescentes junto ao orçamento público, incapaz de recuperar a dinâmica produtiva, salvo a da indústria da financeirização da riqueza.

Simultaneamente, percebe-se o reaparecimento da multacentralidade geográfica mundial com um novo deslocamento do centro dinâmico da América (EUA) para a

Ásia (China). Também países de grande dimensão geográfica e populacional voltaram a assumir maior responsabilidade no desenvolvimento mundial, como no caso da China, Brasil, Índia, Rússia e África do Sul, que já respondem atualmente pela metade da expansão econômica do planeta. São cada vez mais reconhecidos como países-baleia⁵, que procuram exercer efeitos sistêmicos no entorno de suas regiões, fazendo avançar a integração suprarregional, como no caso do Mercosul e Asean, que se expandem com maior autonomia no âmbito das relações Sul-Sul. Não sem motivos demandam reformulações na ordem econômica global (reestruturação do padrão monetário, exercício do comércio justo, novas alternativas tecnológicas, democratização do poder e sustentabilidade ambiental).

Uma nova divisão internacional do trabalho se vislumbra associada ao desenvolvimento das forças produtivas assentadas em agropecuária, mineração, indústria e construção civil nas economias-baleia. Também ganham importância as políticas de avanço do trabalho imaterial conectado com a forte expansão do setor de serviços. Essa inédita fase do desenvolvimento mundial tende a depender diretamente do vigor dos novos países que emergiram cada vez mais distantes dos pilares anteriormente hegemônicos do pensamento único – equilíbrio de poder nos Estados Unidos, sistema financeiro internacional intermediado pelo dólar e assentado nos derivativos, Estado mínimo e mercados desregulados – atualmente desacreditados.

Nestes termos, percebe-se que a reorganização mundial desde a crise global em 2008 vem se apoiando numa nova estrutura de funcionamento que exige coordenação e liderança mais ampliada. Os países-baleia podem contribuir muito para isso, tendo em vista que o tripé da nova expansão econômica global consiste na alteração da partilha do mundo derivada do policentrismo associado à plena revolução da base técnico-científica da produção e do padrão de consumo sustentável do ponto de vista ambiental.

A conexão dessa totalidade nas transformações mundiais requer o resgate de cooperação e integração supranacional em novas bases. A começar pela superação da antiga divisão do trabalho entre países assentada na reprodução do passado – menor custo de bens e serviços associado ao reduzido conteúdo tecnológico e valor agregado dependente do uso de trabalho precário e da execução em longas jornadas sub-remuneradas – com isso, o desenvolvimento poderia ser efetivamente global, evitando combinar a riqueza de alguns com a pobreza de outros.

⁵ Países com maior importância das escalas do mercado interno (elevada população em grandes territórios nacionais). Com o crescimento do nível de emprego e a retirada de parcelas significativas da população em situação de pobreza, esses países reposicionam-se na Divisão Internacional do Trabalho. Cf. Pochmann, M. A ascensão dos países-baleia. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-ascensao-dos-paises-baleia>>. [N.E.]

As decisões políticas de hoje tomadas pelos países de grandes dimensões territoriais e populacionais podem asfaltar, inexoravelmente, o caminho do amanhã voltado à constituição de um novo padrão civilizatório global. Quem sabe faz acontecer, como se pode observar pelas iniciativas brasileiras recentes. Todavia, elas ainda precisam ser crescentemente aprimoradas, avançando do enfrentamento dos problemas de ordem emergencial, como valorização cambial e elevada taxa de juros, que comprometem a competitividade, para as ações estratégicas que atuam sobre a nova divisão internacional do trabalho.

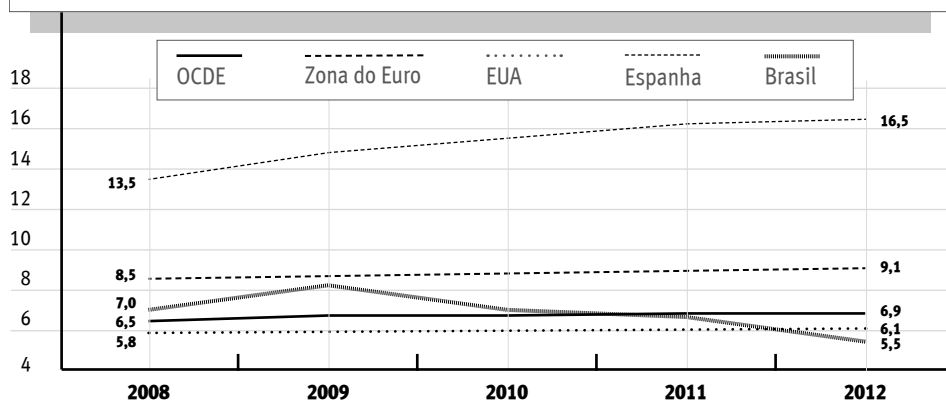
Trabalho nos serviços e relações sindicais

A passagem para o século XXI tem sido acompanhada pela consolidação de um mundo do trabalho cada vez mais distinto daquele constituído a partir do final da Segunda Guerra Mundial. O cenário de forte expansão econômica entre as décadas de 1950 e 1970 se traduziu na elevação do nível de ocupação, com quase pleno emprego da mão de obra, seguida do aumento da participação dos salários na renda nacional, especialmente nos países desenvolvidos.

Mesmo nos países não desenvolvidos, o crescimento econômico verificado gerou emprego em profusão, embora nem sempre acompanhado pela elevação da participação dos salários na renda nacional. Mas de maneira geral, o ambiente das relações de trabalho convergiu para um mundo em que o setor industrial comandava o avanço nas economias e sociedades.

Desde o final da década de 1970, o fortalecimento do movimento de deslocamento do setor de manufaturas para a Ásia terminou por contribuir, conjunta-

Gráfico 6 **Evolução da taxa de desemprego aberto em países selecionados** (em %)



Fonte: OCDE e FIBGE (Elaboração própria).

mente com a difusão das políticas neoliberais, na trajetória de desindustrialização dos países desenvolvidos. Apesar da ascensão do setor terciário nas economias avançadas, cada vez mais associadas ao predomínio do trabalho imaterial, a taxa de desemprego subiu de patamar.

A crise global do capitalismo, desde 2008, terminou por manter o desemprego ainda mais forte. Nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, a taxa de desemprego aberto subiu de 8,5% para 9,1% entre 2008 e 2012, enquanto na Espanha passou de 13,5% para 16,5%.

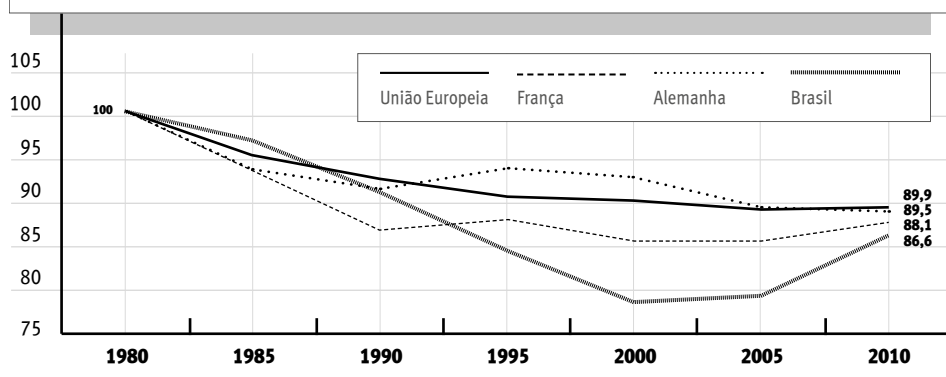
Em comparação aos países selecionados, o Brasil registrou trajetória inversa, com queda na taxa nacional de desemprego. No mesmo período de tempo, a taxa de desemprego caiu de 7% para 5,5%.

Ao se considerar a evolução da participação dos salários na renda nacional em países selecionados desde as duas últimas décadas do século XX, percebe-se que a trajetória foi de queda importante. Entre 1980 e 2010, por exemplo, o peso dos salários na renda nacional nos países da OCDE, caiu 10,1%.

Na Alemanha e na França, a queda na participação dos salários na renda nacional foi de 10,5% e 11,9% no mesmo período de tempo. No Brasil, a queda foi ainda mais acentuada, alcançando 13,4% entre 1980 e 2010. Apesar disso, constata-se também que a partir de 2000 começa um movimento de recuperação do peso dos salários na renda nacional. Se entre 1980 e 2000 houve queda de 20,4% na parcela salarial na renda nacional, observa-se o aumento de 8,8% entre 2000 e 2010.

Diante do contexto de alterações no ambiente geral das relações de trabalho, com maior desemprego e redução na participação dos salários na renda nacional, a presença dos sindicatos entre os trabalhadores sofreu modificação signi-

Gráfico 7 Índice de evolução da participação dos salários na renda nacional em países selecionados (1980 = 100)



Fonte: OCDE e FIBGE (Elaboração própria).

ficativa. O principal aspecto relaciona-se à queda na taxa de sindicalização dos trabalhadores aos sindicatos.

Nos países da OCDE, a taxa de sindicalização caiu 15,9% entre 1999 e 2001, enquanto na Alemanha a redução foi de 27,7%. Nos Estados Unidos, a diminuição na afiliação sindical foi de 15,7% no mesmo período. O Brasil, contudo, registrou movimento distinto, pois apresentou trajetória de crescimento. Entre 1999 e 2009, a densidade sindical cresceu 6,8%.

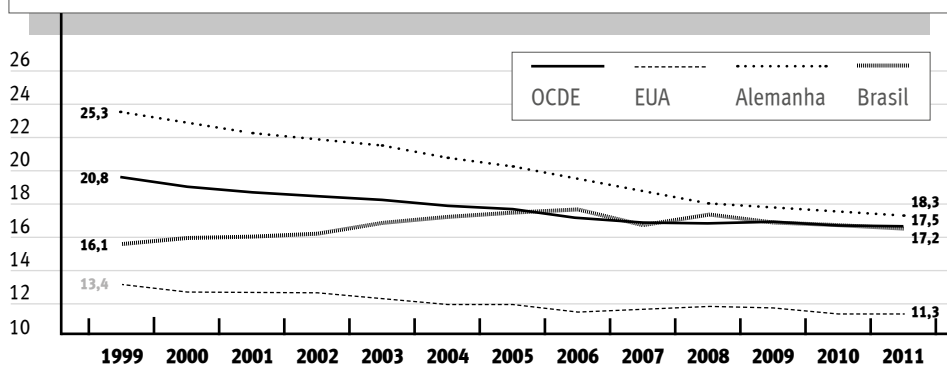
Em síntese, as relações de trabalho sofrem importante impacto neste início do século XXI com o avanço dominante dos serviços nas economias.

A forma segmentada do mercado de trabalho indica que a renda não se origina dos atributos intrínsecos aos indivíduos, mas da estrutura das ocupações, que é proveniente da dinâmica mais geral da economia e dos efeitos da regulação laboral, decorrentes, em parte da barganha sindical. Com isso, a formação e o desenvolvimento de carreiras/funções/posições específicas no mercado de trabalho atendem aos requisitos produtivos constituídos pelas organizações que contratam mão de obra.

A descontinuidade entre o funcionamento geral e específico do mercado de trabalho indica a presença de elementos estratificados no preenchimento das vagas disponibilizadas pelas unidades empregatícias ao conjunto da força de trabalho. É no sentido do funcionamento geral do mercado de trabalho que se pode identificar a existência de segmentos internos constituídos por grandes organizações que estabelecem carreiras/funções/posições de progressão (planos de cargos e salários), estabilidade contratual e requisitos mais elevados de seleção.

A existência de plano de cargos e salários possibilita que a remuneração do trabalho se constitua de duas formas: salarial e não salarial. A primeira (sala-

Gráfico 8 Evolução da taxa de sindicalização em países selecionados
(em % dos ocupados)



Fonte: OCDE e FIBGE (Elaboração própria).

rial) possui a dimensão tanto do rendimento direto constituído pela escala de progressão salarial quanto do rendimento indireto (*fringe benefits*) associado aos benefícios corporativos (participação nos resultados, uso do cartão de crédito de transporte, de alimentação, entre outros).

O segundo componente da remuneração resulta dos esquemas de proteção da unidade empregatícia, como a relativa estabilidade contratual, os seguros de assistência à saúde e previdência, a formação profissional continuada, entre outros. Essas condições de funcionamento do mercado de trabalho interno às grandes organizações privadas e públicas possibilitam maior poder de barganha aos trabalhadores, bem como a presença de maior taxa de sindicalização e efetivas negociações coletivas de trabalho.

Diferentemente do segmento interno de contratação pelas unidades empregatícias, prevalece a dinâmica geral do mercado de trabalho. Isto é, a ausência de carreiras de progressão funcional e salarial, com postos de trabalho de menor qualificação, baixo poder de barganha dos trabalhadores e forma única de remuneração, geralmente associado ao comportamento do valor do salário-mínimo.

Perante a natureza das grandes unidades privadas de contratação de mão de obra que diferencia condições e relações de trabalho, o funcionamento do mercado de trabalho passou a sofrer ação convergente de dois atores distintos objetivando homogeneizar o padrão de emprego. De um lado, a atuação dos sindicatos, cada vez mais abrangentes. Ao longo do século XX, essas organizações procuraram generalizar as formas de remuneração e contratação de trabalhadores vigentes nas grandes organizações empresariais privadas por meio das negociações coletivas setoriais, regionais e nacionais

De outro, as ações de regulação pública do mercado de trabalho buscaram transpassar as condições e relações laborais vigentes nos grandes estabelecimentos empresariais para o mercado geral de trabalho. Nesse sentido, por exemplo, a legislação do salário-mínimo generalizou para o conjunto dos ocupados o que era o piso de ingresso da grande empresa, estabelecido inicialmente por contrato coletivo de trabalho pelo novo sindicalismo.

Assim como a regulação nacional do trabalho buscou homogeneizar as segmentadas condições e relações trabalhistas, o próprio emprego público assumiu papel relevante no enfrentamento do rebaixamento e das desigualdades geradas pelo funcionamento desigual do mercado de trabalho. Com a expansão do emprego público, o papel das contratações de mão de obra pelo Estado contribuiu para o funcionamento de um mercado de trabalho menos desigual, como no caso dos países escandinavos, que registram quase 40% do nível da ocupação associada ao setor público.

Diante disso, o processo recente de terceirização termina por interromper o movimento geral de homogeneização pelo alto do funcionamento do mercado

de trabalho, sobretudo quando ocorre sem a presença de regulação pública. Isso porque a dinâmica geral do mercado de trabalho passa a ser adotada pelos segmentos internos da contratação pública e privada da mão de obra nas grandes organizações empregatícias.

Em síntese, o avanço da terceirização, sobretudo de forma desregulada, reforça ainda mais o movimento natural de produção e reprodução da desigualdade e rebaixamento das condições e relações de trabalho difundido pela dinâmica da competição capitalista. Ao mesmo tempo, torna cada vez mais residual a capacidade sindical de deter eficácia e efetividade em sua ação coletiva.

Considerações

Como observamos, as tensões no centro dinâmico seguem condicionando a relação entre os Estados Unidos e a Ásia, especialmente a China. Com a crise iniciada em 2008, encontram-se em xeque as mais de três décadas de predomínio da segunda onda de globalização capitalista.

Simultaneamente, a ascensão chinesa, sobretudo com a implantação do projeto de cinturão econômico proveniente da recuperação da antiga rota da seda, concede especial oportunidade de caminho alternativo à hegemonia dos Estados Unidos. O predomínio do receituário neoliberal sustentou a dominância financeira das economias, bem como a experimentação de uma diversidade nas formas de maior exploração da classe trabalhadora.

Com o desmoronamento do Estado de bem-estar social, erigido durante o protagonismo da velha classe trabalhadora industrial, se configura um imenso “precariado” decorrente das ocupações em profusão no setor de serviços. Dessa forma, a nova classe trabalhadora nos serviços convive com maior grau de exploração capitalista, sem poder contar com organismos de representação de interesses compatíveis com seus desejos e necessidades.

Diante das profundas transformações do capitalismo, que alteraram o antigo modelo de produção fordista, as tradicionais organizações dos trabalhadores convivem com importantes obstáculos à atuação sindical. As mudanças no mercado de trabalho, com o predomínio das ocupações de serviços e flexibilização contratual, terminam por reduzir sensivelmente o segmento social sobre o qual o sindicato dos trabalhadores constituiu a sua principal base de atuação.

Assim, as consequências principais apontam para o reforço ainda maior de economias de baixos salários, elevada instabilidade nas relações de trabalho e ampla polarização social. Cada vez mais e com maior evidência, o horizonte de metamorfose do mundo do trabalho atual, sobretudo com o avanço da sociedade de serviços, requer novas formas de organização a atuação sindical em articulação com a política.

TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA E NOS ALINHAMENTOS POLÍTICOS

A classe trabalhadora em três países selecionados

Esta parte traz o estudo de três situações nacionais em que as transformações no mercado de trabalho – e na estrutura da classe trabalhadora – foram acompanhadas de mudanças significativas nos alinhamentos políticos, isto é, nas formas de organização, de mobilização e de decisão em momentos críticos, como os votos em referendos ou eleições majoritárias relevantes. Nos três casos, Estados Unidos, Inglaterra e França, programas ultraconservadores foram bem-sucedidos nas urnas. No caso americano, com a escolha do milionário direitista Donald Trump para a presidência. No caso inglês, com a decisão pela saída da União Europeia (UE), contra a orientação do partido trabalhista e com as regiões operárias seguindo fortemente a orientação de facções de ultradireita. Na França, com a chegada de Marine Le Pen⁶, do Front National, ao segundo turno, com uma votação que os direitistas jamais haviam alcançado – e aí, também, com significativa vantagem em regiões operárias antes alinhadas com a esquerda.

Antes de apresentar esses três casos, porém, trazemos um resumo da lógica que neles identificamos. É uma tentativa de compreender como diferentes fatores se somaram para produzir tais resultados nefastos. Acreditamos que esse é o primeiro passo para sondar como podem ser revertidos.

Começemos por lembrar que os trinta anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial costumam ser chamados de “trinta gloriosos do pós-guerra”, uma espécie de idade de ouro do capitalismo. Conseguia-se combinar grande acumulação de capital, amortecimento dos conflitos sociais nos países desenvolvidos e surgimento de novas nações (descolonização), com programas de superação do

⁶ Marion Anne Perrine Le Pen é advogada e política de extrema-direita da França. Deputada do Parlamento Europeu desde 2004, foi eleita presidenta da Frente Nacional em 16 de janeiro de 2011, em substituição a seu pai, Jean-Marie Le Pen – este, por sua vez, foi cinco vezes candidato à presidência da França e, em 2002, passou ao segundo turno das eleições presidenciais, tendo perdido nas urnas para Jacques Chirac. [N.E.]

subdesenvolvimento. Alguns analistas chamam essa fase do capitalismo de “liberalismo controlado” ou “capitalismo administrado”.

Voltando mais ao passado na história, porém, é preciso notar que, desde o nascimento das fábricas, a classe trabalhadora vem tentando “civilizar o mercado”, impondo aos capitalistas uma série de compromissos, em negociações sindicais, em cada empresa ou setor profissional, ou em reformas sociais mais amplas referendadas em leis. Através da luta sindical e da luta política, inclusive a eleitoral. Mas essas conquistas foram uma sequência de avanços e recuos, conquistas e derrotas. Terminada a Segunda Guerra, a reconstrução do capitalismo na Europa ocorreu já com a sombra das crises anteriores, da polarização de classes e do risco de explosão. Sinal desses alarmes foi o Plano Marshall⁷, a ajuda americana para reconstruir a Europa e, mais do que isso, salvar o capitalismo das famosas ameaças vermelhas.

Crescimento econômico contínuo, baixos índices de desemprego, expansão de políticas sociais – tudo isso levava água ao moinho da conciliação, dos compromissos e negociações, enfraquecendo programas mais radicais. No começo dos anos 1970, para caracterizar a situação da esquerda nessa conjuntura, o economista belga Ernst Mandel⁸ usava uma comparação sugestiva: “desde 1945 estamos fazendo a travessia do deserto”.

A estabilidade e o consenso teriam uma vida relativamente curta. As rachaduras apareceram no final dos anos 1960 – e não apenas com revoltas estudantis e rebeliões nos países periféricos. No coração do capitalismo, o próprio movimento operário, controlado por organizações reformistas moderadas, foi sacudido por ondas de greves “selvagens” e experimentos organizativos desafiadores.

Mas não seria através da reconstrução do movimento operário e dos partidos de esquerda que se abriria um novo caminho. Desde as últimas décadas do século XX, o desencanto e o protesto encontraram outras vias de manifestar-se.

Sobre isso se dividem as interpretações do fenômeno que temos diante de nós, neste começo de milênio: quais as razões pelas quais a classe trabalhadora e os

7 O Plano Marshall (European Recovery Program – Programa de Recuperação Europeia), desenvolvido pelo general estadunidense George C. Marshall, consistiu na aplicação de medidas de política econômica para reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – o que passou a ser feito a partir de 1947. De 1948 a 1952, os Estados Unidos aplicaram cerca de 12,6 bilhões de dólares nos países europeus, sobretudo na Grã-Bretanha, França e Holanda. [N.E.]

8 Ernest Ezra Mandel (1923-1995), economista e político belga, foi considerado um dos mais importantes dirigentes trotskistas da segunda metade do século XX, com significativa contribuição teórica ao marxismo antistalinista. Especializou-se no estudo das crises cíclicas. Destacou-se, entre outras obras, com os livros Tratado de Economia Marxista, de 1962, e O Capitalismo Tardio, de 1972. [N.E.]

diferentes “segmentos populares” foram atraídos por programas e partidos essencialmente conservadores?

Os cientistas sociais contemporâneos elaboraram explicações que podem ser grosseiramente divididas entre teorias que enfatizam a “oferta” e teorias que enfatizam a “demanda”. O que é isso?

A teoria da demanda é marcada pela tentativa de identificar as condições de sucesso das propostas conservadoras, principalmente da chamada ultra ou nova direita. Isto é, as condições favoráveis a seu florescimento. Procura examinar as variáveis socioeconômicas e psicossociais, transformações na conformação do mercado de trabalho e na economia material, na vida cotidiana das massas populares.

A teoria da oferta sublinha as mutações do campo político, de suas organizações e atores, mostrando os meios através dos quais os agrupamentos da direita mudaram, se atualizaram para explorar tais condições e para elas se aparelharam, “oferecendo”, assim, canais através dos quais se manifestam os sujeitos produzidos pelas circunstâncias.

Outro grupo de analistas, já entre os clássicos do marxismo, costuma enquadrar essas abordagens de outro modo, separando os fatores objetivos e fatores subjetivos das ações políticas.

A partir dessas matrizes e desse contexto é que construímos o argumento básico resumido. Os capítulos a seguir ilustram com exames de três casos nacionais – Estados Unidos, Inglaterra, França. Esses capítulos são versões modificadas de artigos escritos em diferentes circunstâncias. Começaram sendo apenas resenhas de livros ou comentários mais estendidos feitos a partir desses livros. Por detrás dessas leituras, porém, havia um argumento, uma “narrativa”, como se tornou usual dizer. Resumimos esse argumento a seguir.

As classes populares migraram para a direita? Talvez o problema não esteja na resposta, mas nos termos em que se faz a pergunta.

É mesmo verdade que a classe trabalhadora, outrora simpatizante (e votante) dos partidos de esquerda, inclinou-se para programas e partidos de direita? Em que medida isso se deu e como explicar tal mutação?

Em geral, percebe-se que há boa dose de exagero em algumas interpretações que respondem positivamente à primeira pergunta. Em vários sentidos. Primeiro: não é certo que a classe trabalhadora tivesse feito opção tão definida e massiva pela esquerda, em um idealizado momento anterior. Segundo: também não é certo que tenha feito a segunda escolha (ir para a direita) de modo claro e massivo. Mais seguro parece dizer que, na maioria dos casos nacionais que se

conhece, houve, sim, uma inclinação maior pelo “alheamento” (abstenção + voto nulo ou branco). E, dentre os que continuavam a votar, aí, sim, houve alguma inclinação para a direita, embora menor do que se costuma alardear.

Quanto às razões pelas quais essa “direitização” tenha crescido, há dois tipos de fatores. Chamamos de fatores objetivos aqueles que evidenciam a privatização de bens e serviços públicos, a desregulamentação das atividades econômicas, a fragmentação da classe trabalhadora e a precarização dos contratos de trabalho, além de uma nova conformação do acesso dos setores populares aos serviços públicos (que deixam de ser direitos e passam à condição de mercadoria, mesmo quando providos pelo setor público). São os fatores que alteram o “meio ambiente”, a vida material corrente. E os hábitos que aí se formam.

Entre os fatores subjetivos estão o esvaziamento e a deformação de instituições tradicionais de socialização política das classes populares – como os sindicatos, partidos, organizações comunitárias e igrejas. Essa descaracterização do mundo psicossocial leva a uma orfandade ideológica e política, uma disponibilidade para o assédio de instituições de outra tendência, voltadas para um novo tipo de socialização (ou domesticação), tais como as ONGS conservadoras, a mídia e as igrejas vinculadas à Teologia da Prosperidade.

Em seguida, tenta-se calcular uma espécie de “soma vetorial” dessas forças, resultando em algumas “surpreendentes” votações de grupos de direita em segmentos da classe trabalhadora (ou, em alguns casos, em regiões de alta concentração de trabalhadores, o que é ligeiramente diferente). Além disso, a nova “invisibilidade” da classe trabalhadora – primeiro, pela sua transformação socioeconômica, depois, pelo esvaziamento de seu protagonismo político – facilita o assédio conservador à classe média, também profundamente afetada pelas transformações socioeconômicas (precarização, terceirização, enxugamento do emprego etc.). A seguir, registramos esses três momentos em detalhe.

Os chamados fatores objetivos

Entre os fatores socioeconômicos que tiveram impacto no redesenho da classe trabalhadora, o primeiro diz respeito a uma transformação das empresas capitalistas – a começar pelas manufaturas. Desde os anos 1980, expandiu-se em boa parte do mundo uma nova forma de organização do trabalho. Inspirado no modelo da Toyota, criou-se um outro formato, que alguns chamam de produção em massa flexível ou, na terminologia de Gerald Heidegger, de Neotaylorismo Apoiado em Computador (CAN). A transformação não alterava apenas o modo de trabalhar, mas também a forma de utilização dos recursos, entre eles, a forma de utilização da força de trabalho, o recrutamento e a redistribuição da classe trabalhadora. Essa reengenharia das empresas, somava-se a mudanças macroeconô-

micas, com as chamadas reformas neoliberais, como a privatização de empresas públicas e políticas de desregulamentação (trabalhista, ambiental, sanitária, fiscal). Isto provoca sérias mudanças no chamado “mundo do trabalho”, dentro e fora das empresas.

O primeiro terremoto é aquele que sacode o mercado de trabalho, isto é, as condições em que a força de trabalho é vendida e esfolada. Empresas maiores davam a linha: ajudadas pela tecnologia, adotaram a estratégia de fragmentar as relações de trabalho, em resposta aos “desafios do mercado”. Algumas táticas se destacaram: a produção através da subcontratação de prestadoras de serviços e fornecedoras de componentes (*outsourcing*), algumas vezes fora do país da empresa-centro (*offshoring*), a produção de bens e serviços através do modelo de franquias, a terceirização em geral.

A empresa principal (montadora de automóveis, por exemplo) passa a focar estritamente na sua atividade “core”, expelindo empregos e obrigações trabalhistas para terceiros. O que acontece, nesse caso, não é apenas terceirização, mas terciarização, coisa um pouco diferente. Vários empregos deixam de ser contabilizados como “industriais” e passam a ser enquadrados na categoria de “serviços”. Cria-se, desse modo, um novo padrão no mercado de trabalho.

Assim, os estrategistas do capital transformaram o “problema” da negociação coletiva em uma decisão contratual pulverizada. Proliferaram trabalhadores terceirizados, temporários, precarizados, sem “direitos e benefícios”. Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas podemos mencionar um deles, emblemático dos efeitos gerados. A Volkswagen de São Bernardo do Campo, no final dos anos 1970, chegava a ter cerca de 40 mil empregados. Não eram apenas os torneiros, prensistas, fresadores, montadores e ferramenteiros. Esse era o pessoal que fazia carros.

Ao lado deles, vinham os trabalhadores do escritório, do serviço de alimentação, de transporte, vigilância, vendas, e assim por diante. Uma parte enorme dessas atividades foi expelida para prestadoras de serviços. Os trabalhadores expelidos deixaram de ser funcionários da Volks e deixaram de ser metalúrgicos, na hora de negociação de seus contratos. Antes, 40 mil trabalhadores (e perto de 40 mil famílias) eram galvanizados pelo confronto do Sindicato Metalúrgico com o grupo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), agora os conflitos foram diluídos em renegociação de contratos de prestadoras e prestadores.

Outra mudança profunda atingiu a vida cotidiana da classe trabalhadora. Mudanças no acesso a serviços públicos ou concessões públicas – saúde, educação, transporte, principalmente. Eles deixam de aparecer, na prática e na consciência, como direitos sociais, passam a ser bens e serviços comercializados, comprados. Algumas vezes, mesmo sendo pagos com dinheiro público, são prestados e entregues aos “clientes” através de empresas e “organizações sociais”, entidades privadas a quem o estado terceiriza suas atividades.

Os fatores subjetivos

Do lado dos chamados fatores subjetivos, provavelmente o mais grave é a desestabilização, esvaziamento e deformação de instituições tradicionais de socialização política das classes populares - sindicatos, partidos, organizações comunitárias, igrejas. Esse processo deixou um rastro de destruição ideológica e organizativa, uma verdadeira orfandade política das classes populares. Os sindicatos viram suas bases minguarem sob efeito da reengenharia das empresas e das deslocalizações. Mas não apenas isso: burocratizados e sem imaginação, deixaram de criar instrumentos que respondessem a essas mudanças e trouxessem os trabalhadores “expelidos” de volta à vida associativa e ao processo educativo da luta sindical. Algo de similar ocorreu com os partidos - no caso brasileiro, com o partido mais relevante, o PT.

Ao lado disso, ocorreu um fenômeno por vezes pouco notado, mas decisivo. Em alguns países, como o Brasil, haviam se multiplicado, nos anos 1970, movimentos comunitários, indispensáveis inclusive para o apoio à luta sindical e política. Na década seguinte eles foram severamente abalados pelo dismantelamento da chamada igreja progressista.

Em 1979, um novo papa⁹, reacionário decidido, começa a perseguir e desbaratar os “padrecoos” da Teologia da Libertação¹⁰. Paralelamente, nas periferias das grandes metrópoles, mas também das médias e pequenas cidades, começam a se multiplicar tempos de novas igrejas, muitas delas orientadas por sedes estrangeiras. E essas novas igrejas pregam um outro catecismo, o catecismo do capital, a Teologia da Prosperidade¹¹, do individualismo e do empreendedorismo.

A todos esses fatores deve ser juntada a “mídiação” da vida cotidiana, inclusive da vida religiosa. A televisão passa a ser decisiva na socialização de crianças e jovens, mas também na dos adultos. O jornalismo passa a se tornar ‘info-entretenimento’, o entretenimento passa a ter uma função claramente “didática” e evangelizadora, formadora de percepções.

9 Nascido Karol Józef Wojtyła na Polônia (1920), João Paulo II foi papa e chefe da Igreja Católica de 16 de outubro de 1978 até sua morte, em 2005. [N.E.]

10 Corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II (1961) e da Conferência de Medellín (1968), que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretar essa opção, deve usar também o conhecimento produzido pelas ciências humanas e sociais. [N.E.]

11 Doutrina religiosa cristã que defende que a bênção financeira é o desejo de Deus para os cristãos e que a fé, o discurso positivo e as doações para os ministérios cristãos aumentarão a riqueza material do fiel. [N.E.]

A soma vetorial e as certezas e incertezas resultantes

Juntos, esses dois grupos de fatores – objetivos e subjetivos – contribuem para produzir novos hábitos e, assim, uma forma nova de enquadrar a realidade, de reagir diante dela, de escolher e tomar decisões. Isto implica a implantação, nas classes populares, de um novo mosaico de valores, ideias, sentimentos, critérios, modos de pensar, falar e agir.

Os fatores ditos objetivos são poderosos na criação de um estado de “vulnerabilidade ampliada” desses segmentos populares: eles ficam mais distantes de valores “coletivistas” e mais disponíveis para a aceitação de propostas individualistas, liberais. Nesse contexto mais amplo, a escolha de candidatos e partidos, em momentos eleitorais é apenas uma escolha pontual e um momento. Como dizia um treinador de futebol: o gol é o detalhe¹². Em geral, a matriz das escolhas já está pronta quando a eleição acontece. As eleições de 2016 (mas já em 2014!) são um exemplo: nota-se claramente uma escolha pela despolitização e pelo alheamento (abstenção + nulos + brancos) e pelos candidatos da direita. Não ocorreu só no Brasil.

Conforme o país, talvez tenha existido um partido da classe trabalhadora, socialista, trabalhista, comunista ou algo assim. Talvez, hoje, o “novo partido popular” não seja este ou aquele partido *estricto senso* – é o alheamento, a não política. Talvez a classe dominante não esteja tão interessada em “ganhar” a classe trabalhadora para o apoio ativo a um partido capitalista. Ou ainda, seja até mais conveniente ganhar seu apoio para o desinteresse, a abstenção, o “tanto faz”. Se essa atitude dominar as mentes e corações, no momento de uma eleição, o voto vai para a abstenção, para o nulo, para o branco ou para alguma “cara nova” que encarne a “não-política”. Se não dá para simplesmente eliminar as eleições, com ditaduras, talvez o caminho seja transformá-las em coisas vazias, sem efeitos práticos e sem interesse.

Estados Unidos: o perfil da classe trabalhadora mudou, suas escolhas políticas também.

Numerosos estudos descreveram a trajetória da economia norte-americana no final do século passado, sublinhando a “desindustrialização” e a passagem para uma alegada “sociedade de serviços”. Estudos como o de Bennett Harrison e Barry Bluestone já retratavam essa mudança no começo dos anos 1980, quando

¹² Frase de Carlos Alberto Parreira, treinador da seleção brasileira durante a Copa do Mundo de 1994.

esse processo estava decolando¹³. Gerald F. Davis apanha esse processo já com um espelho retrovisor, em dois estudos recentes¹⁴. Reproduzimos em seguida sua análise, citando passagens livremente – não estamos sendo nada originais a não ser, talvez, no estilo.

Essas transformações tiveram enorme impacto sobre a constituição da classe trabalhadora, afetando sua distribuição, seus modos de vida e, claro, seu modo de encarar o mundo, suas escolhas políticas.

Davis mostra, em especial, a reengenharia das empresas, com estratégias de *downsizing*. A empresa focaliza esforços em suas atividades centrais e definidoras, o chamado *core*, transferindo para subcontratadas um grande número de operações que consideram secundárias ou auxiliares.

Davis mostra que em 1980 a empresa típica do famoso levantamento anual da revista *Fortune* (as 500 maiores) operava em três ramos diferentes - e muitas delas operavam em dúzias de setores. Uma corporação como a Beatrice, originalmente uma empresa de alimentos industrializados, absorveu coisas como uma firma de trailers, outra de equipamento hidráulico, outra de aparelhos estereofônicos, a Samsonite (malas) e assim por diante. Um verdadeiro zoológico de negócios. Os exemplos seriam abundantes.

Como o mercado acionário dava valor maior à soma das partes do que ao todo, essas grandes corporações ficavam vulneráveis ao esquiteamento. Faltavam alguns catalisadores, que logo foram acionados – mudanças nas leis e iniciativa das instituições financeiras, com empréstimos específicos para “alavancar”, fundir e desmembrar esses elefantes. Aliás, um candidato presidencial, Mitt Romney¹⁵, ficou rico com essa ocupação ‘empreendedora’. Empréstimo, comprar, demitir, desmontar, esquitear e vender os pedaços.

Entre 1980 e 1990, 28% das *Fortune* 500 receberam ofertas de compra por *outsiders*, os chamados ataques “hostis”, na maioria bem-sucedida. No fim da década,

13 *The de-industrialization of America*, de Barry Bluestone e Bennett Harrison. New York: Basic Books, 1982. Os dois autores voltaram ao tema alguns anos depois: *The great u-turn: corporate restructuring and the polarizing of America*, Basic Books, 1988. E Harrison assinou sozinho o estudo seguinte: *Lean and mean: the changing landscape of corporate power in the age of flexibility*, 1995, Basic Books. Sob uma forma ensaística e especulativa, Daniel Bell adiantou a tese da “sociedade pós-industrial” em 1973: *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*, Basic Books.

14 *Managed by the markets: how finance re-shaped America*, Oxford University Press; 2009; *The vanishing american corporation: navigating the hazards of a new economy* [Berrett-Koehler Publishers, 2016].

15 Willard Mitt Romney, empresário e político dos Estados Unidos, foi o candidato do Partido Republicano à presidência dos Estados Unidos na eleição de 2012. [N.E.]

através dessas fusões, um terço das maiores corporações americanas tinham desaparecido como entidades independentes.

Ao lado disso, a financeirização das empresas avançou a passos largos. Muitas delas deixaram de ser manufaturas para virar autênticas mesas de operações especulativas. Empregavam mais gente e tempo fazendo operações especulativas do que produzindo. Não faziam coisas, faziam troca-troca de papéis. Na ocasião, Robert Reich¹⁶ chamou isso de “capitalismo de papel”. O leque de participantes na “indústria de serviços financeiros” se tornou vasto. Como observado, tradicionais conglomerados industriais (como a GE) tornaram-se autênticas mesas de operações. O mesmo aconteceu com especialistas independentes negociando hipotecas de casas, como a Countrywide, antes de 2008, ano em que foi absorvida pelo Bank of America. E o movimento incluía agentes mais nebulosos como os fundos de Hedge, que especulam com valores das moedas, estoques de bens, opções de compra, contratos futuros etc. Davis usa uma frase certeira: agora *Wall Street* está em todo lugar. Não é apenas um quarteirão na zona sul de Manhattan – é a vida corrente, em cada canto do país. Proprietários de postos de gasolina “fazem *hedge*” para se proteger de choques do Oriente Médio, proprietários de casas veem suas hipotecas serem compradas por noruegueses; e as estradas do Meio-oeste (que cobram pedágios) acabam sendo propriedade de fundos de pensão australianos.

A busca do lucro financeiro é generalizada. Mesmo para empresas não financeiras, o lucro operacional é muitas vezes menor do que o não operacional. Uma “fábrica” lucra mais especulando com papéis do que investindo na produção ou na inovação. John Maynard Keynes, economista britânico, dizia que quando especulação é uma bolha em um oceano, isso não tem importância. Mas quando a bolha vira o oceano, aí o trabalho começa a ser malfeito.

A mudança da relação entre firmas e trabalhadores se reflete, de imediato, na composição das maiores empregadoras ao longo do tempo. Você pode ver na tabela abaixo que, em 1960, sete das principais indústrias ou petroleiras. Em 1980 essas empresas eram seis, em 2007 nenhuma, já que a IBM e a GE obtinham a maior parte de seus faturamentos do setor de serviços, desde o final dos anos 1990. O emprego também ficou menos concentrado ao longo desse período. As dez de cima, em 1960, tinham 5% da força de trabalho não agrícola do país. Em 1980, isso caiu para 4,6% e foi para menos de 3% no ano 2000. Mesmo assim esse

16 Robert Bernard Reich, economista, professor universitário, radialista e político norte-americano, foi secretário do Trabalho de Bill Clinton, entre 1993 e 1997 e membro do conselho consultivo da transição de Barack Obama em 2008. Teve diversos livros publicados no Brasil, entre eles, *Supercapitalismo: como o capitalismo tem transformado os negócios*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2008. [N.E.]

número é algo inflado, uma vez que as maiores firmas, exceto varejo, restauração, e setor de telecomunicações empregam muito de sua força de trabalho fora dos EUA. Então, em 2007, das doze maiores empregadoras do país, nove eram do setor varejista ou setor de serviços de alimentação: Wal-Mart, UPS, McDonald's, Target, Kroger, AT&T, Sears Holdings, Home Depot, Verizon, Walgreen, Lowe's e Safeway. Dado dramático: a Wal-Mart empregava nessa data mais americanos do que as doze maiores indústrias manufatureiras somadas. Comparam-se as dez maiores empregadoras de 1960 e 2007, na tabela a seguir:

1960		2007	
GM	Sears	Wal-Mart	Target
AT&T	A%P	UPS	Sears Hids
Ford	Exxon	McDonald's	GE
GE	Bethlehem Stl	IBM	Kroger
US Stell	ITT	Citigroup	SBC/AT&T

Fonte: Fortune.

O contrato de trabalho é pré-condição da cidadania e do acesso a serviços sociais

Essa mudança na composição do emprego tem importantes consequências na qualidade do emprego. As grandes empresas industriais tinham políticas de longo prazo para seus empregados – contratos longos com a filosofia de “uma carreira, uma vida, degrau a degrau”. Em contraste, o empregado médio, no ramo de serviços alimentares (McDonald's) fica na empresa por 1,5 anos. A anedota corrente é esta: o uniforme dos maiores empregadores de 2007 dura mais do que o emprego.

Em um livro de cores dramáticas, mas muito reais, Jacob Hacker comenta esse efeito:

No fim dos anos 1960, o maior empregador da nação era a General Motors, que pagava a seus trabalhadores rendimentos solidamente classe-média (29 mil dólares anais em média, em dólares de hoje) e concedia generosos benefícios indiretos. Hoje, o maior empregador é Wal-Mart, que mal paga 17 mil dólares na media, não oferece aposentadoria garantida, e cobre menos do que a metade do plano de saúde de seus trabalhadores. (Hacker, 1999)

Nos anos 1950, apenas um em dez trabalhadores era empregado de tempo parcial, e pouco se ouvia falar de trabalhadores temporários. Isso mudou. Nos anos 1990, perto de 19% dos trabalhadores já eram empregados em tempo parcial, e algo como 4,9% eram empregados temporários.¹⁷

Prestemos atenção em um detalhe desse relato: o impacto foi visível não apenas nos salários, mas também nos chamados benefícios indiretos, como a cobertura de planos de saúde e previdência, entre outros. No outro estudo de Davis¹⁸ temos um exame dessas consequências.

O crescimento dos planos de previdência privada foi um desdobramento da reengenharia das empresas e dos contratos de trabalho. E seria um poderoso incentivo para a “financeirização” da vida cotidiana. Todo mundo virou “investidor”, mesmo sem saber. A legislação estimulou e a cadeia de acontecimentos foi fatal. O Departamento de Imposto de Renda definiu mais claramente o tratamento que daria ao que chamava de “planos tipo 401(k)”, dando mais segurança ao comprador. Grandes corporações foram sendo desmanteladas e enxugadas. Botaram para fora seus empregados e, com eles, os planos coletivos de saúde e previdência.

Para os patrões, a vantagem dos 401(k), planos individuais e “portáteis”, era jogar para fora do passivo os empregados. Para os empregados, esses planos eram quase impositivos, a empresa forçava. Como o emprego rodava cada vez mais, os planos tinham que ser “portáteis”, não podiam depender de um emprego específico. O número de planos 401(k) cresceu tremendamente nos anos 1980 e 1990. E o número de participantes mais do que triplicou: 7.5 milhões em 1984 para mais de 23 milhões em 1993.

O livro de Davis mostra algo importante para leitores estrangeiros: como é peculiar o *welfare state* norte-americano, isto é, as políticas sociais como atendimento médico, seguro-desemprego, previdência social etc.¹⁹

Muito peculiar. Na Europa continental, mas também na Inglaterra e no Canadá, essas políticas são mesmo um *welfare state*, um estado de bem-estar social, são políticas públicas, de provisão estatal.

17 *The great risk shift: The new economic insecurity and the decline of the american.* New York: Oxford University Press, 2008. Tradução livre

18 *The vanishing american corporation: Navigating the hazards of a new economy.* Berrett-Koehler Publishers, 2016.

19 Há muitos estudos a respeito. Ver, por exemplo: Hacker, Jacob S. *The divided welfare state: the Battle over Public and Private Social Benefits in the United States.* New York: Cambridge University Press, 2002; Howard, Christopher. *The hidden welfare state: tax expenditures and social policy in the United States.* Princeton University Press, 1999.

Nos EUA não é assim. Essas políticas foram embutidas nas corporações, nos contratos de trabalho. Um episódio relevante do nascimento desse Estado de bem-estar foi o famoso Tratado de Detroit, um acordo entre a GM e o sindicato dos trabalhadores (United Auto Workers), assinado em 1950. Para evitar greves e interrupções na produção, o acordo estendia para os trabalhadores da fábrica algo que antes era reservado aos executivos e gerentes: plano de aposentadoria, de saúde, reajuste anual de salário conforme o custo de vida, progressão na carreira etc.

Nos anos seguintes, o plano de saúde foi estendido aos dependentes. E foi sendo adotado por outras empresas do ramo automotivo. Mais ainda: tornou-se um modelo adotado pela maioria das empresas, principalmente as grandes e médias. Reparemos: todo o *welfare state* americano está vinculado ao contrato de trabalho – o lado *state* da coisa só aparece indiretamente, na forma das deduções fiscais, o desconto no Imposto de Renda. Quando a empresa se fragmenta, tudo isso se desmancha também. Foi o que ocorreu a partir de 1980.

As empresas “expeliram” empregados para subcontratadas e, além disso, transferiram seus planos de pensão para os chamados planos 401(k), um tipo especial de “investimento” com benefícios fiscais (deduções), mas com retorno variável, “conforme o mercado”. E os Planos 401(k) se tornaram investidores pesados dos chamados fundos mútuos de aplicações. Os bancos e financeiras adoraram. Repetindo a frase de Davis: agora “Wall Street” está em todo lugar. E na alma das pessoas.

Um levantamento do Employee Benefit Research Institute²⁰ mostra que, em 1979, 38% dos trabalhadores tinham planos de aposentadoria com “benefício definido”. Em 2011, esse percentual despencou para 14%. A maior parte já estava em planos de “contribuição definida”, com retornos (benefícios) dependentes do mercado, já que são, basicamente, fundos de investimento.

A expansão dessa privatização da saúde e da previdência é parte de uma financeirização geral da economia. As empresas, como dissemos, eram cada vez mais marcadas por esse tipo de gestão. Mas a financeirização se alastra e ramifica.

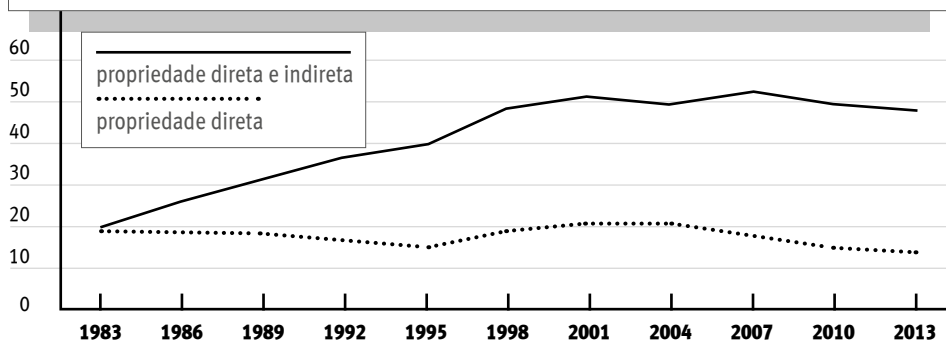
Em 1982, cerca de 20% das famílias tinham dinheiro investido no mercado de ações. Em 2000, mais da metade estava dentro dele, a maior parte através de fundos mútuos e contas de previdência privada. Viraram “investidores” passo a passo, quase sem perceber...

Veja-se, por exemplo, o gráfico 9, que Davis monta com dados da Federal Reserve (na publicação *Survey of Consumer Finances*²¹, vários anos).

20 Cf.: <<https://www.ebri.org/>>.

21 Cf.: <<https://www.federalreserve.gov/econres/scfindex.htm>>.

Gráfico 9 **Estados Unidos: evolução das famílias com posse de ações e títulos financeiros entre 1983 e 2013** (em %)



Fonte: traduzido de Davis, 2016, figura 5.1.

Os contratos evaporam e a classe trabalhadora se desmancha?

Todas essas transformações no mundo empresarial e nos contratos de trabalho facilitam a emergência de modelos de operação próximas do capitalismo selvagem. Um desses modelos é a *nikificação*. Computadores, comida para animais, fármacos, sapatos e até serviços governamentais são cada vez mais produzidos por contratados, não pela companhia cujo nome figura na etiqueta.

E a Nikeificação não fica apenas nessas indústrias e serviços. Avança por áreas antes inimagináveis. O governo americano subcontrata empresas para a proteção de seus diplomatas, para interrogar (e torturar) prisioneiros, vigiar os cidadãos. A guerra está sendo terceirizada crescentemente²². Certamente os assassinatos e outras operações encobertas da CIA²³ são realizados por “subcontratados”.

O outro modelo é a *uberificação*, o “capitalismo-plataformas”²⁴. Afirma Davis que a plataforma virtual – empresas *web*, aplicativos *smartphone* – são uma inovação talvez tão relevante quanto outrora foi a linha de montagem, para “agregar” os trabalhadores. O emprego é assim substituído por tarefas específicas, pontuais. O modelo deve crescer. Já há serviços contratados desse modo para

²² Ver: Scahill, Jeremy. *Blackwater: The Rise of the World’s Most Powerful Mercenary Army*. Nation Books, 2008.

²³ A Central Intelligence Agency, mais conhecida pela sigla CIA, é agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos responsável por investigar e fornecer informações de segurança nacional. Também conhecida pelas operações secretas, sobretudo em outros países. [N.E.]

²⁴ Ver, a esse respeito: Srnicek, Nick. *Platform Capitalism*. Cambridge-UK, Ed. Polity, 2016.

construção e reforma e reparo de aparelhos e assim por diante. Evidentemente já há aplicativos para sexo e, na chamada “internet profunda”, certamente existem “plataformas” para mercadorias e “serviços” ainda mais ousados.

Essas inovações liberam as empresas de seus laços e compromissos com a força de trabalho. E as liberam, também, de compromissos com os indivíduos enquanto cidadãos detentores de direitos – aqueles direitos que são cobertos pelo Estado e pago por impostos. As corporações se transformam em redes de contratos – e escolhem sua nova relação com esses estados, as nações. Escolhem onde hospedar sua produção para gerir os custos de trabalho. Mas também onde hospedar sua “sede jurídica” e sua emissão de notas fiscais, conforme as taxas que pesam sobre vendas, *royalties*, direitos de propriedade intelectual e assim por diante. Aparentemente, ninguém questiona que a Apple, a famosa empresa “americana”, tenha de fato outra nacionalidade. Está nas Ilhas Cayman, embora sua sede, ali, meça apenas 40 x 50. Atenção não se está falando de metros, mas de 40 x 50 centímetros - uma caixa postal para correspondência enviada por engano.

Assim, a empresa Tyco International, tradicionalmente sediada em New Hampshire, Estados Unidos, “reincorporou-se” nas ilhas Bermudas nos anos 1990, ao lado de Accenture, Cooper Industries, Ingersoll-Rand e muitas outras. Aproveitaram-se de um sistema legal projetado por empresas americanas de seguros e consultoria, poucas décadas antes. E “recomendado” aos senhores congressistas por equipes de lobby bem nutridas. Países foram praticamente inventados para isso.

Uma “nação” inventada, a South Pacific Island (Ilha do Sul do Pacífico), criou um setor bancário da noite para o dia, para servir de entreposto para gangsters russos, que tinham enriquecido graças aos planos de privatização piratas. Esses planos foram desenhados, em grande medida, por economistas de Harvard gênios que ganharam, claro, boas comissões para esse trabalho intelectual. A Libéria teve seu sistema de registro de navios criado por empresas petroleiras americanas, para evitar as leis trabalhistas americanas. Daí a Libéria “diversificou” sua oferta, acolhendo sedes “legais” de diferentes corporações, como a Royal Caribbean Cruises, de fato sediada em Miami. As empresas que “mudam de nacionalidade” têm sedes legais nesses refúgios, mas continuam operando no território americano. Evidentemente, beneficiam-se da infraestrutura paga pelo contribuinte – com uma carga cada vez mais pesada sobre os trabalhadores e a classe média, menos ‘móveis’ do que o capital.

Com esse novo desenho das empresas, a classe trabalhadora fica mais difícil de ser identificada (como classe em si) e, também, de reconhecer essa nova identidade (como classe para si). Ou seja, fica invisível também para si mesma, não se reconhece. Por isso, alguns estudos sobre essa classe precisam constantemente recuperar até mesmo sua existência. O título de um deles é sintomático: The

Working Class Majority: America's Best Kept Secret²⁵.

Em um desses estudos, Andrew Levinson começa por mostrar que, ao contrário da imagem corrente, essa *white working class* tem dimensões avantajadas – nos EUA, metade dos homens brancos e 40% das mulheres ainda trabalham em empregos manuais (*blue-collar*). Os trabalhadores *blue-collar*, insiste Levinson, não deixaram de existir, apenas se tornaram sociologicamente invisíveis, por quatro razões. A primeira delas é que muitos deles estão dispersos em unidades menores do que as antigas grandes fábricas. A segunda é porque hoje operam em contato direto com clientes e profissionais, adquirindo costumes, modos de falar e vestir cada vez menos distinguíveis. A terceira, porque muitos são formalmente “pequenos empreendedores” ou “contratadores independentes” – chefes de si mesmos. Por fim, a quarta é porque os bairros e regiões operários foram severamente alterados por fenômenos como a imigração e a suburbanização do país – com os centros deteriorados das grandes cidades, ocupados por multidões de uma nova “subclasse” de excluídos.

Que importância tem essa invisibilidade ou essa forma oblíqua de nomear os trabalhadores? Se o acesso a bens – grau de pobreza ou afluência – é relevante, isso quer dizer que isso se torna decisivo para dar identidade a uma classe? O trabalhadores têm carro, casa e aparelhos domésticos. Mas isso os transforma em classe média? É algo esquisito, até porque alguns desses bens são impositivos, não tem como não ter. Em alguns lugares dos Estados Unidos, é quase impossível trabalhar se você não tem automóvel. A posse de alguns aparelhos é decisiva para a alimentação – dada a quase imposição da comida congelada e conservada. Sem falar na substituição de qualquer tipo de lazer público pelo lazer privado da telinha, válvula de escape da maioria dos americanos, várias horas por dia.

Zweig comenta, de modo lapidar, os efeitos políticos dessa identidade ocultada:

Minha insistência na identificação de uma classe trabalhadora não é um jogo de palavras. Não é apenas uma questão de semântica afirmar que os trabalhadores constituem a classe trabalhadora, não a classe média. É uma questão de poder. Para exercer o poder, você precisa saber quem você é. Você também precisa saber quem é seu adversário, o alvo do conflito. Quando a classe trabalhadora desaparece dentro da classe média, os trabalhadores perdem uma parte vital da sua identidade. Em termos políticos, sociais e culturais, não sabem mais quem eles são. Para piorar a situação, eles também perdem o sentido

25 Vale a pena ver: *The white working class today*, de Andrew Levison, Democratic Strategist Press, 2013; e *The working class majority: America's best kept secret*, de Michael Zweig, Ithaca, N.Y. ILR/Cornell University Press, 2000.

do inimigo, assim que a classe capitalista desaparece entre “os ricos”. À medida que a classe capitalista desaparece de vista, o alvo da luta desaparece, também. (Zweing, 2000)

O cotidiano da classe trabalhadora e a formação dos sentimentos e valores

Com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, muito se falou sobre o novo alinhamento político da classe trabalhadora norte-americana, seu distanciamento do Partido Democrata e a migração para o Republicano, mais precisamente, para a ala mais conservadora dos republicanos. Com algum acerto, mas muito exagero, a chamada *white working class* foi apontada como uma base fundamental do eleitorado de Donald Trump. O populista de direita teria explorado a angústia e a insegurança desse grupo diante dos efeitos perversos da globalização. A decepção da *white working class* com o Partido Democrata teria esvaziado Hilary Clinton e, até, levado votos a Trump.

A evolução recente da classe trabalhadora norte-americana já vinha sendo alvo de atenção de numerosos livros, artigos e conferências. Como mostramos anteriormente, alguns eram estudos sobre suas mutações mais visíveis e “objetivas” — geográficas, demográficas, ocupacionais. Mas há também aqueles que exploram os impactos psicossociais dessas mudanças, isto é, o modo como elas sugerem a predisposição ou disponibilidade para o assédio de grupos políticos neoconservadores.

Vamos explorar aqui, em detalhes, um desses estudos. Frequentemente reproduzirei a autora. O livro tem um título provocante: *Sleeping Giant: How the New Working Class Will Transform America* (Doubleday, 2016). Tamara Draut, a autora, é vice-presidente de Demos, um *think tank*²⁶ progressista sediado em Nova York. Draut tenta dar outra resposta ao mistério do suposto “desaparecimento” da classe trabalhadora, mostrando os sinais que revelariam seu novo despertar, suas lutas, suas novas formas de organização.

Desde logo, Draut afirma, em síntese, algo parecido ao que dizem Zweig e Levinson: a classe trabalhadora norte-americana não “morreu” nem se dissolveu numa hipotética classe média. É apenas diferente do que era. E essa diferença tem consequências muito importantes para sua falta de visibilidade e para a perda de protagonismo político.

Começemos lembrando que, em 1980, 25% da força de trabalho norte-americana eram empregadas pela manufatura. Hoje, essa cifra caiu para perto de 13%.

26 Think Tanks são instituições ou organizações dedicadas a produzir e difundir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos. Visam influenciar a opinião pública, os formuladores de políticas e os legisladores, produzindo estudos e propostas sobre os temas em pauta. [N.E.]

E a maior parte da força de trabalho (da manufatura ou não) começou a ser classificada, cada vez mais, de outro modo. Nas estatísticas, cada vez mais, ela aparece na rubrica de “fornecedores de serviço”, graças a diversos expedientes de flexibilização dos contratos e de descaracterização dos vínculos trabalhistas.

A classe trabalhadora é hoje também mais diversificada do ponto de vista étnico: afro-americanos (13%), latinos (20%), e asiático-americanos (4%).

As ocupações mais numerosas estão fora das fábricas: vendedores do varejo, caixas, trabalhadores de restaurantes e *fast food*, pessoal de portaria, zeladoria e limpeza, atendentes e recepcionistas, e assim por diante.

Uma sociedade “de serviços”? Aparentemente, sim. Mas, esta é uma sociedade do conhecimento? - pergunta Draut em tom de questionamento. Sim, em parte, mas isso não se reflete tão claramente na estrutura ocupacional, como por vezes parecem sugerir as análises novidadeiras:

Durante décadas nos vendem a ideia de que a chave da prosperidade da nação seria um crescente exército de trabalhadores do conhecimento, operando inovações e em parques tecnológicos. Colunas e mais colunas escritas por gente como Thomas Friedman e David Brooks argumentam que o futuro de nossa econômica reside em cultivar habilidades como a solução criativa de problemas e o pensamento crítico, com especial atenção para áreas como a ciência, a tecnologia e a engenharia. (Draut, 2016)

Contudo, pergunta a autora, é esta “sociedade do conhecimento” que se retrata na massa da nova classe trabalhadora, distribuída em setores como o comércio varejista, os serviços de alimentação, os trabalhos manuais de reparo, manutenção e instalação, escritórios e cuidados pessoais? Esse contingente, diz ela, é algo que está, pelo menos, à margem daquele universo retratado pelos colunistas do “futuro”.

Flexibilização: trabalho precário e mal pago

Grande parte desses novos trabalhadores está conectada cada vez mais numa rede complicada de fornecedores de serviços “independentes” e subcontratados, agências de temporários, sistemas de franquias. São formas de contratar que não se enquadram nas leis trabalhistas existentes, o que os torna cada vez mais precários e vulneráveis.

De fato, quando pensamos na longa marcha da classe trabalhadora, “civilizando o capital” e arrancando regulações, leis, políticas públicas, percebemos mais claramente que a “flexibilização dos contratos” é o meio através do qual o

capital tenta escapar desses limites civilizadores e recuperar o moinho satânico do livre-mercado. Nesse sentido, poderíamos dizer que as “flexibilizações” são a vingança, o contra-ataque dos capitalistas ultraliberais em resposta aos avanços dos reformistas. É uma resposta a quase dois séculos de atividade civilizadora do movimento operário e popular, que reformava o capitalismo.

Um dado em certa medida chocante e pouco conhecido é este: na sociedade norte-americana, a mais rica do mundo, um percentual cada vez maior de indivíduos necessita do Food Stamp, a ajuda federal instituída durante a grande depressão nos anos 1930, um *ticket* para comprar alimentos (hoje é um cartão). Guardadas as muitas diferenças, é uma espécie de Bolsa-Família ou Fome Zero norte-americano. Em 2014, nada menos que 46 milhões usavam o Food Stamp para cobrir seus gastos de “mercearia”. O programa tinha sido desativado nos anos 1960 — e retomado nos anos 1970, quando começou a grande virada da desigualdade na sociedade norte-americana.

E, cada vez mais, os recebedores do Food Stamp são gente que trabalha, em tempo parcial ou integral, ou seja, na ocupação que consegue arrumar na nova selva do mercado. Uma parte nada desprezível dos trabalhadores em fast food e empresas comerciais gigantes, como a Wal-mart, por exemplo, precisa do Food Stamp para sobreviver. A rigor, o subsídio federal (via Food Stamp, Medicare e outros programas sociais) contribuiu para completar o salário que esses trabalhadores recebem da empresa. É o “salário indireto pago pelo contribuinte para subsidiar a ‘competitividade’ dessa empresa ‘moderna’”. Uma cadeia de fastfood teve a ousadia de criar um site para “educar” seus funcionários (ou terceirizados) para que fizessem orçamentos “inteligentes”. Uma das dicas era se candidatar ao Food Stamp, para completar a renda! A outra recomendação era esta: cultivar bons hábitos alimentares para evitar gastos com saúde. Por isso, pasmem, a cadeia de *fast food* recomendava evitar *fast food*! Essa mesma cadeia financiava campanhas políticas que diziam que recebedores de Food Stamp eram aproveitadores, vagabundos “encostados no governo”. Como diz o samba, a maldade nessa gente é uma arte. Cinismo também.

Fragmentar, dividir, dominar

A fragmentação e a descaracterização da classe trabalhadora não acontecem “naturalmente”. São criadas. Geralmente associamos o neoliberalismo com políticas macroeconômicas como a privatização e a desregulamentação do comércio (nacional e internacional). Está certo. Mas uma parte da desregulamentação é um resultado combinado do que ocorre no nível macro, predominantemente protagonizado pela esfera estatal (legislação, normas), e do nível micro em que se combinam esses instrumentos políticos (legislação), alternados com a ação dos empresários. As empresas desbaratam regras e resistências no mercado de

trabalho, com a reengenharia das empresas e a constituição de “redes colaborativas” de subcontratados e a flexibilização dos contratos de trabalho, via expedientes como contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas, agências de temporários, “cooperativas” de trabalho, franquias etc.

Draut exemplifica:

A subcontratação é um dos modos mais usados pelas empresas para lançar para fora trabalhadores que não se enquadram na atividade-core. Aplica-se a serviços de zeladoria, portaria, limpeza, armazenagem e atendimento a clientes. Apenas uma década antes, ou algo assim, um trabalhador de estoque e armazenagem de uma grande empresa nacional como a Hershey seria um efetivo empregado da Hershey, beneficiando-se dos mesmos benefícios dos profissionais de colarinho branco do marketing e do desenvolvimento de produto: salários altos, plano de saúde e de aposentadoria, férias e pagamento de dias perdidos por doença. Hoje, não é mais assim. (Draut, 2016)

O pessoal de São Bernardo do Campo talvez devesse olhar assim para a Volkswagen dos anos 1970 e como ela “evoluiu”. Foi mais ou menos isso que está descrito no caso da Hershey – talvez em escala maior. Não é apenas a perda de rendas e direitos – como se isso fosse pouco. É também a perda da identidade e do vínculo com outros companheiros, aqueles que, talvez, estivessem no mesmo movimento sindical. Mas já não estão.

Declínio de sindicatos e movimentos trabalhistas

Tudo isso se associa com outro fenômeno, que é ao mesmo tempo fator causal aditivo e, em seguida, consequência. É um círculo vicioso de degradação, não apenas do nível de vida e da segurança, mas, também da capacidade política de resistência. Esse fenômeno é a dessindicalização, a fragmentação dos contratos e, portanto, da negociação, não mais coletiva, cada vez mais individual. Os sindicatos, impotentes, paralisados, observam sua base escorrer entre os dedos.

A taxa de sindicalização nos EUA nunca foi especialmente alta. Mas desabou nas últimas décadas. No meio dos anos 1950, cerca de 30% dos trabalhadores do setor privado eram sindicalizados. Mesmo em 1980, já com a reengenharia em marcha, esse percentual era de 20%. Em 2014, caiu para apenas 7%, perto de 7,3 milhões de trabalhadores.

Para ‘ajudar’ o enfraquecimento dos sindicatos, ocasionado pela fragmentação da classe, as empresas passaram a investir cada vez mais na contratação de serviços especializados em “desbaratar” sindicatos e evitar criação de sindicatos, sua

penetração nas empresas. Desenvolveram-se escritórios e equipes especializadas em conseguir isso das mais diferentes maneiras, incluindo as mais abjetas, no limite do crime e da violência física. Essa atividade — a chamada *union-avoidance* — virou uma verdadeira indústria. Nos anos 1960 havia uma centena de empresas desse tipo, as desbaratadoras de sindicatos — no meio dos 1980 já era um milhar.

Essa ofensiva antissindicato se combinava com a burocratização e direitização das entidades trabalhistas, outro fenômeno muito forte nos Estados Unidos, quase uma marca do país. E isso se somou com a exclusão, histórica e repetida, de negros e imigrantes. A racialização do conflito de classe como ferramenta de dominação.

Negros eram excluídos da legislação favorável aos trabalhadores do New Deal (anos 1930)²⁷, por exemplo. A legislação sobre sindicalização, previdência social e direitos (como salário-mínimo) eram explicitamente negada, pela lei, a dois setores predominantemente negros: o trabalhador doméstico e o trabalhador agrícola. A lei não tinha cor, mas sua aplicação, na prática, era branca. Coisa similar, por outras vias, acontecia com a legislação e normas sobre acesso a crédito para casa própria e acesso ao ensino superior. Negros ficavam fora. O estudioso Ira Katznelson certa vez contou essa estória em *When Affirmative Action Was White: An Untold History Of Racial Inequality In Twentieth-Century America* (2005).

As restrições étnicas diminuíram com os programas de direitos civis dos anos 1960, mas não acabaram com muitos dos efeitos práticos da segregação. Agora, aos negros, somam-se os latinos como os trabalhadores sem reconhecimento e sem direitos:

Em algumas das maiores cidades americanas, imigrantes sem documentação batalham em nichos da economia em que o roubo de salários é crescente, pagamento abaixo do mínimo é usual, e trabalho abusivo e ambiente degradante são generalizados. Em cidades como Los Angeles, New York e San Francisco, o trabalho de imigrantes torna viáveis as muitas conveniências desejadas pela elite profissional afluyente: manicures baratas, motoristas, entregadores de comida, cuidadores de crianças. E em todo o país, para americanos de todos os extratos socioeconômicos, as safras da nação são colhidas majoritariamente por imigrantes. (Katznelson, 2005)

Ironia número um: a política norte-americana de comércio, que envenena a sobrevivência de muitas famílias trabalhadoras do país, é também um fator de

27 Inspirado nas ideias do economista John Keynes, o New Deal (novo pacto) foi o nome dado aos programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob o governo do presidente Franklin Roosevelt, com o objetivo de recuperar a economia norte-americana e assistir os prejudicados pela Grande Depressão.

terminante da imigração mexicana para os Estados Unidos. No que diz respeito a imigrantes, aliás, uma ironia tétrica se junta a essa:

Algumas pessoas desses países vêm para cá fugindo de ditaduras brutais, guerras civis e economias em desagregação – em grande parte um resultado da política externa norte-americana e da sua política de comércio – esperando que o Norte dê a eles e suas famílias uma vida melhor. (Katznelson, 2005)

Ou seja, Hilary Clinton pede aos latinos que votem nela, com a perspectiva de, talvez, ter algum tratamento mais humano. Mas esse voto também autoriza Hilary a fazer aquilo que mais comprovou estar pronta para fazer: criar problemas nos países dos quais os imigrantes saíram (mas seus parentes seguem morando). Vote em mim, quem sabe você não seja expulso. Em troca, dê-me o poder de bombardear sua pátria, sabotar o governo do seu país, assassinar suas lideranças. E subordinar sua economia, tomar seu solo e subsolo.

Mais irônico ainda é que a segregação é bipartidária: diz Draut:

Mesmo o presidente Obama, que foi um defensor verbal e ardente defensor de uma reforma da imigração mais inclusiva, sucumbiu às pressões políticas para aumentar as deportações. De fato, mais imigrantes foram deportados sob seu governo do que durante a presidência de George W. Bush. (Draut, 2016)

Desindustrialização e preconceito de classe

Aquilo que há muito tempo se chama de “desindustrialização da América” contribuiu decisivamente para certa “invisibilidade” da classe trabalhadora, a percepção de que havia “desaparecido”:

Quando as grandes fábricas norte-americanas eram fechadas e esvaziadas, algumas de nossas maiores cidades ganhavam áridas extensões de terra desolada. Aquilo que um dia simbolizava produtividade e engenho tornar-se-ia uma reminiscência anacrônica da América blue-collar, ou destinada à decadência ou convertida em caros lofts para uma nova e ascendente classe de profissionais. (Draut, 2016)

Algumas cidades foram particularmente atingidas. Entre 1972 e 1982, Nova York perdeu 30% de seus empregos fabris, Detroit perdeu 40% e Chicago nada menos do que 57%. Uma devastação.

Para a população negra foi particularmente dolorosa a “transição” para essa nova “sociedade do conhecimento” mesclada, de fato, com uma onda de empregos precários, vulneráveis e mal pagos. Em 1970, mais de 70% dos trabalhadores negros tinham empregos manuais na manufatura; em 1987, isso baixava para 27%.

Nesse cenário de destruição de empregos, algumas corporações, como dissemos, sugeriam que seus funcionários se candidatassem ao “bolsa família” do Food Stamp para completar salários baixos. Ao mesmo tempo, porém, apoiavam políticos e campanhas políticas que atacavam esses programas sociais dizendo que eram atrativos para preguiçosos e aproveitadores.

Draut mostra, porém, que 40% das famílias que usavam o Food Stamp tinham pelo menos um dos adultos trabalhando — os outros eram crianças, idosos, deficientes de todo tipo. Simplesmente metade dos trabalhadores do setor de alimentação e dos cuidadores (*home care*) dependiam do Food Stamp para suplementar seus magros salários!

Mesmo assim, de acordo com muitos republicanos, o uso do Food Stamp demonstrava uma “falha moral”. Coisa de vagabundos e encostados. Os brasileiros conhecem bem esse discurso. Mitt Romney ficou ainda mais famoso como plutocrata e predador cínico quando declarou, na campanha presidencial de 2012, que 47% dos americanos eram pessoas que desprezava, aqueles que acreditam que são vítimas, acreditam que têm direitos a cuidados de saúde, comida, casa, a tudo que podem imaginar”.

Discursos como esses tinham eco em parcelas da população, que verbalizava coisas como estas: “Claro, não quero que os impostos que pago sejam destinados a viciados que se aproveitam do sistema”. E essas pessoas “de bens” exigem “critérios” e “testes seletivos” para filtrar esses aproveitadores. Selecionar os “pobres bons”, os “pobres que merecem”. Mas... não exigem testes de drogas para benefícios públicos que vão para pessoas mais aquinhoadas, como as deduções fiscais para pagamento de juros de hipotecas, por exemplo. Nem para incorporadores de imóveis que utilizam grandes abatimentos de impostos. Não há teste de drogas para pais de classe média que reivindicam créditos e deduções para contratação de cuidados para seus filhos. Provavelmente ninguém pensaria em tais “critérios” para pessoas como essas. Lá, como cá, o garoto preto pobre que aspira o crack é viciado — o executivo de Wall Street e o garoto mimado que curtem a coca e pílulas são excêntricos ou, no máximo, dependentes químicos. Bill Clinton chegou a promulgar uma lei tratando diferentemente esses casos. Draut sintetiza a razão de tal visão seletiva: existe uma premissa implícita de que elas são melhores, mais responsáveis e cumpridoras das normas, pelo simples fato de serem “de cima”. Portanto, merecem tais benefícios por definição. Pessoas “de bens” são gente de bem.

A classe trabalhadora vista de fora. Ou de cima.

Outro lado da “invisibilidade” da classe trabalhadora, ou de seu suposto “desaparecimento”, é o tratamento a ela conferido pela mídia. Exemplo:

Tome, por exemplo, o Washington Post. Nos primeiros anos da Grande Recessão, o Post não tinha nenhum artigo sobre como os despejos por falta de pagamento atingiam principalmente os negros e latinos. Contudo, o jornal considerou muito relevante – relevante para primeira página – como alguns desses processos estavam atingindo proprietários em condomínios de Silver Springs, um afluente subúrbio de Washington D.C. e como compradores de casas de milhões de dólares estavam enfrentando esses processos. (Draut, 2016)

Draut destaca a importância desse pequeno exemplo, já que o *Washington Post* tem papel relevante na chamada “agenda-setting”, a definição dos temas no debate público. É o jornal de referência para as elites políticas, diz ela. É a leitura diária para quem quer que trabalhe no Congresso ou procure influenciar o que ocorre em seus corredores.

A autora menciona ainda outro aspecto que estimula a baixa visibilidade dos temas relativos à classe trabalhadora: a origem das elites culturais, dos políticos e de seus assessores, em geral bem distantes desses segmentos populares. E tem mais: isso também será excluído dos temas privilegiados pelos financiadores de campanha. Afinal, cerca de 0,0011% da população, diz ela, controla essas mensagens, controlando os fundos que as financiam.

Dada essa invisibilidade planejada da classe trabalhadora e de seus problemas, não surpreende que quando se fale em alguma “solução” ela venha sob a forma do embuste.

Quando Barack Obama venceu sua primeira eleição, ele e alguns de seus porta-vozes insinuavam que estava por vir um novo New Deal. A escolha do termo parecia retomar a esperança que um dia Franklin Roosevelt utilizou como alavanca para transformar o país e retirá-lo da paralisia da depressão. Curiosamente, agora, alguns jornalistas dizem algo similar com relação aos projetos de Trump para atender às angústias da *white working class* que andou bajulando: um New Deal!

Mas, tanto no governo Obama quanto nas novas medidas anunciadas por Trump nada de similar ao New Deal aparece. Nenhum aperfeiçoamento ou ampliação da seguridade social, nada de planos de empregos públicos e frentes de trabalho para recuperar a infraestrutura e recuperar a renda dos trabalhadores.

Nenhuma medida que reforme a democracia no local de trabalho, para contrabalançar o poder dos executivos.

Draut conclui que seria difícil algo assim ocorrer, a não ser que o “gigante adormecido”, a classe trabalhadora, se mexa. E indica alguns sinais de que isso está em marcha. Mas isso fica para outra estória, para uma outra vez²⁸. Por enquanto, perguntemos algo mais imediato: a classe trabalhadora virou a casaca e passou a votar na direita?

Nem estava tão à esquerda, nem foi tanto para a direita...

A julgar pelos tambores de boa parte da mídia, a classe operária americana, principalmente os trabalhadores brancos não latinos, teriam passado por uma espécie de conversão política: deixaram de votar no Partido Democrata, tradicionalmente apoiado pelos sindicatos, e passaram a votar nos republicanos, mais conservadores e usualmente adversários dos sindicatos. A conversão teria sido revelada com alarde na última eleição presidencial.

Antes da eleição de Donald Trump, Justin Gest, professor da George Mason University, no estado de Virginia, Estados Unidos (EUA) publicara um livro provocador sobre o tema: *The New Minority: White Working Class Politics in an Age of Immigration and Inequality* (Oxford University Press, 2016).

Gest escolheu duas comunidades para estudar o comportamento político desse segmento social. Uma, a East London, uma antiga região operária em que se localizava, por exemplo, a fábrica gigante da Ford, nos anos 1950 (ainda tinha uns 30 mil empregados em 1975, caindo para 7 mil em 2000). Outra, Youngstown, Ohio, no meio-oeste americano. Nos dois espaços, o furacão globalizador deixou atrás de si um rastro de destruição e um cenário povoado por sobreviventes inconformados. Vejamos mais de perto a cidade americana.

28 Há vários livros interessantes a esse respeito. Veja, por exemplo: Tait, Vanessa. *Poor workers' unions: rebuilding labor from below*. Chicago: Haymarket Books, 2016; Fletcher Jr., Bill e Fernando Gapasin. *Solidarity Divided: the crisis in organized labor and a new path toward social justice*. Berkeley: University of California Press, 2008; Lopez, Steven Henry. *Reorganizing the rust belt: an inside study of the american labor movement*. California: University of California Press, 2004; Bronfenbrenner, Kate e outros (eds). *Organizing to win: new research on union strategies*. Ithaca: Cornell University Press, 1998; Fine, Janice. *Worker centers: organizing communities at the edge of the dream*. Ithaca: Cornell University Press, 2006; Fantasia, Rick e Kim Voss. *Hard work: remaking the american labor movements*. Berkeley: University of California Press, 2004; Ness, Immanuel. *Immigrants, unions, and the new US labor market*. Filadelfia: Temple University Press, 2005; Milkman, Ruth, Joshua Bloom & Victor Narro (eds). *Working for justice: the L.A. model of organizing and advocacy*. Ithaca: IRL Press, 2013.

Em um passado não tão distante, Youngstown foi o cinturão da indústria, o centro do aço no mundo. Não é um vilarejo caipira. É uma cidade com dois teatros sinfônicos de padrão internacional, museus e galerias, uma universidade com 15 mil alunos, um espaço verde desenhado pelo mesmo renomado profissional que projetou o Central Park de Nova York.

Mas, assim como o East London e tantas antigas regiões industriais do mundo, é hoje uma área devastada: desindustrialização, empregos “exportados” para os estados do sul e para o exterior. Quando esse processo começou, leis trabalhistas e ambientais foram relaxadas, na vã esperança de atrair novos negócios, como a predatória exploração do xisto. Não deu muito certo — os sindicatos foram enfraquecidos e se reforçou uma demografia cada vez mais preocupante para os ‘brancos’, cercados por imigrantes dos quais desconfiam. Em suma, o furacão criou um grande contingente de “deixados para trás” da globalização, da modernização, daquilo que se chama de “progresso”.

Em resposta, a chamada *white working class* mergulha em construções nostálgicas sobre ‘velhos bons tempos’ imaginários que fortalecem o ressentimento contra as grandes empresas que abandonaram a cidade, o governo que nada fez para evitar isso e uma rejeição a minorias que alteram a composição da vizinhança²⁹.

A *white working class* é um segmento significativo do universo eleitoral, mas vota menos do que se esperaria. Ainda hoje, 50% da população norte-americana é branca sem curso superior, um traço que geralmente se usa como indicador aproximado de “classe trabalhadora branca”. No entanto, esse segmento representa apenas 39% dos votantes em 2008 e 35% dos votantes em 2010. É uma clara sub-representação estatística no universo eleitoral ativo – ou seja, mostra que cada vez mais esses trabalhadores desistem de votar.

Ao lado disso, esses brancos veem o país mudar, tanto quanto sua cidade e seus vizinhos: a população “não branca” representa 37% da população total dos EUA em 2015, mas quando se olha para a população menor de 5 anos, o percentual sobe para 50%, ou seja, a velocidade de crescimento dos ‘não brancos’ é bem maior.

Assim, não deveria surpreender que, em nível nacional, se propague uma política de ressentimento, de plataformas xenófobas, de apoio a políticas de cortes em programas sociais, que supostamente favorecem, desmerecidamente, as minorias não brancas.

Um elemento interessante é que a *white working class* tende a ser predominantemente liberal (intervencionista, democrata) nas questões econômicas. Mas é mais conservadora em questões “sociais” ou morais, o que levaria a uma armadilha para os democratas, pois quando se enfatiza a questão “social” ou “de valo-

29 Outro relato bastante rico dessa devastação pode ser visto em *Deer hunting with Jesus: Dispatches from America's class war*, livro de Joe Bageant, Broadway Books, 2008.

res”, os indivíduos votam contra seu interesse econômico. Ou seja, dependendo de como conduz a pauta, já se coloca no lado perdedor. Depende de como se polariza a disputa. Quando faz a pergunta, você dirige a escolha: centralize uma campanha em questões morais marteladas pela direita, seu time já sai correndo atrás do resultado adverso.

Em Youngstown, Trump parece ter fincado uma vantagem que garantiu sua vitória. Desde 1980, essa fervilhante cidade industrial perdeu dezenas de milhares de empregos na indústria do aço. Um baque de 1,5 bilhão em salários de operários industriais. A cidade tinha quase 200 mil habitantes em 1970, tendo atualmente menos de 70 mil. E, nesse total, os brancos, que eram 80% da cidade, foram virando minoria, importante, mas declinante. Somaram 47% no último censo.

A perda da indústria significou perda de salários, impostos e taxas. Mas significou também o desaparecimento de outras redes decisivas para a sobrevivência e para a segurança das almas — planos de saúde e de aposentadoria, moradias construídas pelas empresas, programas comunitários. E foram sacudidos os hábitos de vida social vinculados a tudo isso. Tudo mudou — e, na visão dos moradores antigos, mudou para pior.

Para quem olha os mapas eleitorais da eleição de 2008, 2012 e 2016, comparando onde Trump ganhou e onde os democratas recuaram, é interessante o comentário do autor:

Embora estejam distribuídos por todo o país, há significativa concentração da WWC em regiões pós-industriais como Youngstown, ao largo do Alto Meio-Oeste e dos Grandes Lagos — englobando vários estados indecisos (swing states) em eleições nacionais. Eles incluem Pennsylvania, West Virginia, Ohio, Indiana, Michigan e Wisconsin. De acordo com vários estudos, a WWC soma perto de 53% do eleitorado em Michigan, 55% na Pennsylvania, 58% em Wisconsin, 62% em Ohio, 66% em Indiana e cerca de 70% em West Virginia. (Gest, 2016)

E instiga ainda mais:

Pesquisadores, organizadores de campanhas se perguntam se os eleitores de Youngstown se retiraram permanentemente da disputa, perdendo qualquer esperança no governo. Contudo, a evidência sugere que os cidadãos de Youngstown— e muitas cidades pós-traumáticas do American Rust Belt (cinturão da ferrugem) — estão simplesmente esperando por partidos e organizações que os mobilizem. (Gest, 2016)

Será?

A classe trabalhadora virou a vanguarda do atraso?

Faz algum tempo, uma pesquisa encomendada pelo New York Times mostrou a composição fortemente classe média (e nada baixa) do Tea Party, o movimento conservador. Mas, com a eleição de Trump, podemos ser mais detalhados, desagregando resultados das urnas.

Antes de tudo, vale lembrar que, na supostamente épica eleição de 2008, Barack Obama somou quase 70 milhões de votos, contra 60 milhões de seu opositor, McCain. Já naquela ocasião, vários analistas chamaram a atenção para esse elo menos forte da coalizão democrata, o segmento trabalhista branco. Como antes, os democratas perdiam nos estados do Sul, em que se precisa considerar o ruído local, produzido por uma orquestra direitista bem organizada e bem azeitada. Mas, agora, o Partido Democrata também balança nos tradicionais redutos do Meio-oeste e do Nordeste, o outrora vibrante *Manufacture Belt* que, em tempos recentes, se tornou o melancólico Rust Belt, o cinturão da ferrugem, da sucata.

Isso é novo, mas nem tanto. E nada surpreendente para observadores atentos. Devemos lembrar Mitt Romney, o candidato perfumado que não fazia qualquer esforço para mostrar que detestava cheiro de pobre. Pois bem, ele ganhava de Obama entre os eleitores da chamada *white working class* (48% versus 35%), mesmo nos estados do Nordeste e Meio-oeste, embora sua grande vantagem fosse entre os trabalhadores do sul (62% versus 22%).

Mas é pelo menos um exagero afirmar que Trump e a nova direita conquistaram o coração e a mente da chamada *white working class*, desviando-a do seu suposto e badalado leito “progressista e democrático”. Primeiro, é preciso dizer que esse eleitorado nunca foi tão progressista e democrático assim. O movimento trabalhista americano sempre foi solidamente habitado por direções racistas, ultraconservadoras e imperialistas. E os “falcões” democratas eram até mais bicudos do que os republicanos. Eram mais belicistas. Segundo, é mais do que impreciso afirmar que esse segmento migrou em proporção significativa para a chamada nova direita.

É muito mais realista afirmar que o que se viu, sim, foi a desistência de votar em Hillary-Killary. Não apenas por parte da tal classe trabalhadora branca, mas, também, para boa parte do eleitorado negro e latino. E isso ocorreu em estados decisivos para a contagem dos delegados do colégio eleitoral. O colunista Omri Ben-Shahar explica esse fato em seu artigo no *website* da revista *Forbes*: para sermos exatos, diz ele a derrota deve ser atribuída aos “não-votos”, à abstenção dos eleitores democratas³⁰.

30 Ver: www.forbes.com/sites/omribensshahar/2016/11/17/the-non-voters...-the-election-trump-won-because-of-lower-democratic-turnout.

Em Michigan, por exemplo, Obama venceu por 350 mil votos de diferença, mesmo em 2012. Hillary perdeu por 10 mil. Ela simplesmente viu sumir 300 mil daqueles votos obamistas. Os resultados foram ainda mais desastrosos exatamente em regiões de trabalhadores, em Detroit e Wayne Conty. Note bem: esses eleitores não migraram para Trump, eles simplesmente não foram para Hillary. Trump não brilhou nesse reduto – recebeu apenas 10 mil votos a mais do que Romney tinha conseguido, um crescimento desprezível para alguém que se pretende campeão da classe trabalhadora. Algo semelhante ocorreu, ainda mais severamente, em Wisconsin, onde Trump simplesmente não cresceu. Empacou no mesmo número de votos de Mitt Romney em 2012. Mas o voto democrata simplesmente desabou.

E a debandada não atingiu apenas os trabalhadores brancos. Hillary venceu entre os negros, é verdade, mas com percentual menor do que Obama (85% contra 93%). Em outras palavras, uns 2 milhões de negros desistiram de votar nos democratas. Desistiram de votar! Olhe para o mundo latino e verá algo parecido.

Essa nossa interpretação fica reforçada quando tentamos compreender a monstruosa abstenção, numa eleição que se diz tão “eletrizante”. Uma pesquisa do conhecido Pew Research Center³¹ focaliza esse mundo nebuloso dos “não votantes”, isto é, da enorme massa que desiste de escolher. A tendência geral é gritante. Nas eleições presidenciais, apenas 52% dos eleitores votaram. Clinton e Trump dividiram esse pacote — mais ou menos 25% do eleitorado para cada um deles. Mais de 100 milhões resolveram simplesmente ficar de fora. Com base na pesquisa, pode-se dizer que nessa massa (de gente que se absteve) a grande maioria rejeita Trump, embora não faça grande esforço para votar em alguém como Hillary. Eles pouco se importam. Ou muito se importam, depende de como olhamos.

As pesquisas do Pew Research mostram que os “nonvoters” são majoritariamente simpatizantes ou potenciais votantes do PD (54x 30%). Eles votariam em Obama contra Romney na proporção de 59 x 24%! O condicional do verbo faz a diferença. Votariam nos democratas também na última eleição – mas, aparentemente, não acharam que faria diferença, que valia o esforço. Não saíram de casa para votar em Hilary — ou não saíram do trabalho, já que a eleição acontece em dia normal de trabalho.

Daí se entende por quê, para os conservadores, é estratégico baixar o quorum, esfriar o eleitor, principalmente o eleitor com determinado perfil. Nos últimos dez anos, os republicanos montaram verdadeiras máquinas voltadas não para conquistar votos, mas para “cassar” o direito ao voto, com foco em potenciais eleitores democratas. Vários recursos legais foram utilizados, mas talvez o prin-

31 Ver em www.pewresearch.org/2010/10/29/the-party-of-nonvoters/ e <http://www.people-press.org/2012/11/01/nonvoters-who-they-are-what-they-think/>.

principal seja mesmo o ideológico, a indução ao alheamento político. Como se produz esse alheamento? Desmoralizando o próprio ato de votar ou fazer política. Esse seria o resultado da prática midiática de criminalizar a política ou rebaixá-la em confronto com as “decisões de mercado”, supostamente mais eficientes e “justas”, meritocráticas.

O problema desse esvaziamento da política e do voto aparece mais tarde. Afinal, que alternativa resta para os “indignados e desanimados”, aqueles que se sentem derrotados pela batalha cotidiana (no mercado) e ao mesmo tempo descredita da política? As possíveis respostas não são muito animadoras.

Mas essa é a pergunta que resta para a esquerda, se quiser ter um papel no futuro. A esfinge está aí. Resta decifrar. O caso americano não é assim tão simplesmente americano – talvez leve a perguntas semelhantes em outros países.

Inglaterra: Classe trabalhadora e Partido Trabalhista – caminhos que não se cruzam mais?

Em junho de 2016, realizou-se no Reino Unido um plebiscito para decidir se a Grã-Bretanha permanecia na União Europeia. Venceu a opção do *Brexit* – o “Br” de “britain” e o “exit”, de “saída”³². Um total de 52% dos votantes escolheu esse caminho, surpreendendo muitos analistas e diversas pesquisas de opinião. A permanência (*remain*) fora defendida pelo Partido Trabalhista (Labour) e também pela liderança do Partido Conservador, que chefiava o governo.

A saída (*exit*) era defendida pela ultradireita e por alguns grupos à esquerda, os euro-céticos. Ainda mais chocante parece ter sido o corte entre os eleitores. Tradicionais redutos trabalhistas votaram na tese defendida pela ultradireita. Esse aspecto do resultado torna-se mais relevante quando o comparamos com o que ocorreu em duas outras votações – as eleições presidenciais nos Estados Unidos e na França.

Em um livro recente, Geoffrey Evans e James Tilley³³ chamam a atenção para a mudança do cenário e dos atores. Dizem eles:

Houve um tempo, por mais que hoje isso pareça estranho, em que a política britânica estava focalizada nas necessidades e desejos da classe trabalhadora. (Evans, Tilley, 2017)

32 Ver Nota 3. [N.E.]

33 *The new politics of class: the political exclusion of the british working class.* Oxford University Press, 2017.

Eles se referem aos chamados 25 gloriosos do pós-guerra, em que até os conservadores admitiam nacionalizações, regulação estatal e, sobretudo, políticas de *welfare state* e negociação com os sindicatos. Nessa época, o Labour Party era, não apenas no nome, mas no coração das pessoas, o partido de uma classe. Evans e Tilley seguem mostrando que não apenas o cenário mudou — a demografia, a estrutura produtiva e ocupacional — mas, também, os atores.

O que restou parece ser, cada vez mais, não apenas um partido “sem classe”, mas, também e principalmente uma classe sem partido. Órfãos promissores, esses cidadãos-eleitores foram logo identificados por pais adotivos:

Como o Labour não mais representava seu ponto de vista, as pessoas da classe trabalhadora cada vez mais escolheram não votar (...) como os principais partidos tinham ficado muito parecidos, viu-se uma crescente volatilidade eleitoral e um crescente voto em partidos menores.
(Evans, Tilley, 2017)

No apagar do século XX, Tony Blair, o político que personificou a “modernização” do Labour, dando-lhe uma cara mais “classe média”, disse, sentencioso que “a guerra de classes acabou”. Não era uma constatação, era uma declaração unilateral de cessar-fogo. Do outro lado, o megaempresário americano Warren Buffett foi mais realista: “existe, sim, luta de classes, e a minha está ganhando”.

No caso inglês, as circunstâncias do cenário e a iniciativa do Labour redundaram em um movimento muito claro: a direita sobe, a esquerda desce. Mas, ao lado disso, um outro fato salta aos olhos: tanto a direita quanto a esquerda mudam seus discursos, seus programas e seus públicos. Se o Labour ficou moderno e “pós-materialista” para se adaptar a um público jovem, mais rico e “cosmopolita”, a direita também soube produzir um *remake*, abandonando os tiques e falas do partido conservador.

Vejamos, por exemplo, o UKIP, até outro dia o grande beneficiário da “onda” conservadora. UKIP é a sigla em inglês para Partido da Independência do Reino Unido. Fundado em 1993, era originalmente um movimento de causa única: queria que a Inglaterra saísse da União Europeia. Transformou-se em um partido de ultra direita com maior amplitude. A partir de 2009, começou a explorar mais deliberadamente os segmentos da classe trabalhadora mais afetados pelas políticas de integração e de imigração adotadas pelo Partido Trabalhista, o famoso Labour. Assim, o UKIP acentuou na sua propaganda o discurso antielitista e anti-imigrantes.

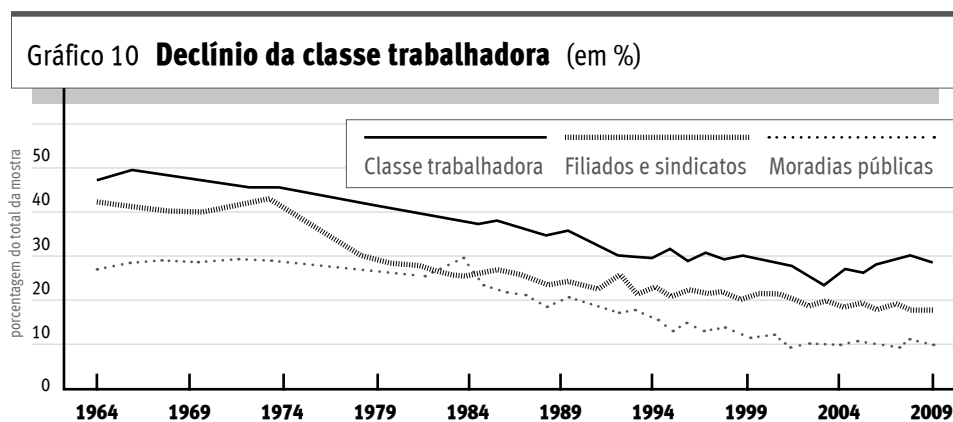
Como contextualizar essa mudança para entendê-la?

Robert Ford e Matthew Goodwin³⁴ lembram que a explicação para essa penetração nos meios populares reside em dois pilares. Um deles, certamente, é o conjunto de transformações de longo fôlego, mudanças que criaram novos ganhadores e novos perdedores na sociedade britânica. Mas o outro pilar é a estratégia dos partidos políticos tradicionais.

O Labour, por exemplo, começou a apostar mais decisivamente nos segmentos de classe média, “europeístas” e financeiramente mais bem sucedidos. Para isso, precisava alterar suas pautas, programas, lemas, em direção a agendas chamadas “pós-materialistas”, distanciando-se das reivindicações “materialistas” dos seus eleitores tradicionais (emprego, assistência médica, pensões, moradia).

Esses mesmos autores elaboram duas imagens retratando transformações sociais relevantes para essa explicação.

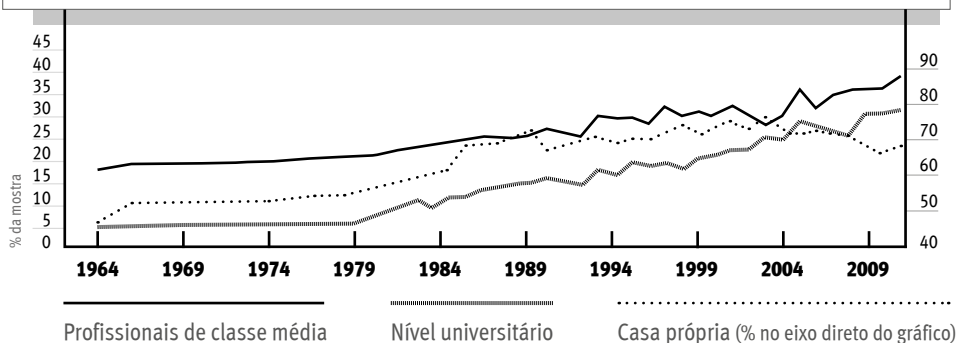
A primeira delas mostra o declínio da classe trabalhadora tradicional no conjunto da população. A segunda imagem mostra a ascensão da chamada classe média, através de indicadores como a educação e o emprego.



Nota A linha “moradia pública” refere-se a famílias ocupando moradias públicas alugadas pelo governo.

34 Robert Ford é professor de política da Universidade de Manchester. É autor, junto de Matthew Goodwin – professor associado na Escola de Política e Relações Internacionais da University of Nottingham, Reino Unido –, do livro *Revolt on the right: explaining public support for the radical right in Britain*. Routledge, 2014. [N.E.]

Gráfico 11 **Crescimento da classe média** (em %)



Fonte: Maddison, 2008; projeção* (elaboração própria).

Essas imagens retratam a mudança nos “alicerces” da sociedade. Mas igualmente importantes são as mudanças ocorridas nas “torres de transmissão”, isto é, nas elites políticas e nas mensagens que transmitem aos eleitores. É preciso olhar, principalmente, para a caminhada do Labour para a direita, sob Tony Blair, ansioso para aproximar-se não apenas do europeísmo mas, também, do atlantismo — mais especificamente, para alojar-se sob as asas dos Estados Unidos. Para isso, abandonou os temas relativos aos segmentos “menos educados” da classe trabalhadora, segmentos que se viram sem um defensor no espaço partidário. Os trabalhadores ficaram “órfãos”, perdidos na estrada, sem farol e no meio da chuva.

Os líderes do Labour — Tony Blair e Gordon Brown — queriam alcançar e manter a dianteira eleitoral depois de longa fila de governos conservadores o thatcherismo. Assim, reformaram a aparência do partido, aproximando-o das ideias liberais, anti-intervencionistas.

O New Labour renunciava, assim, a uma ideia de organização alternativa da sociedade, coletivista, socialdemocrata, e colocava em seu lugar a ideia de um governo que tornasse viável um acesso mais eficiente a serviços de mais qualidade através de meios mais “modernos” do que o Estado de bem-estar do pós-guerra. Ideias como taxaço das altas rendas, redistribuição da riqueza, nacionalização da indústria eram abandonadas como relíquias, em nome das reformas de mercado. Era quase um thatcherismo sem Thatcher.

A “modernização” do partido trouxe sucesso imediato nas eleições. Mas o custo viria a ser cobrado mais tarde. Pesadamente.

Não era apenas uma questão de “imagem” ou de mensagem. No exercício do governo, as políticas do Labour praticamente ignoravam as demandas de milhões de antigos trabalhadores da indústria, das áreas deprimidas do país. A indústria tinha sido dizimada e os trabalhadores estavam longe de integrar-se na tal “nova economia de serviços”. E o Labour os ignorava.

Em 2011, já se notou um aumento extraordinário da abstenção, em nível nunca antes visto. Em termos absolutos, milhões de trabalhadores, antes fiéis ao Labour, resolveram ficar em casa ao invés de votar. Por quê? Em algumas pesquisas qualitativas reportadas na mídia, trabalhadores respondiam: “não há muita diferença entre o Labour e os Conservadores”. Manifestava-se assim aquele que talvez seja o partido majoritário nas classes populares, um partido chamado “Tanto Faz”.

Outro aspecto do descontentamento também era vinculado a políticas do Labour: a imigração. Blair e sua equipe não viam nenhum problema ou conflito na política de ajudar os bombardeios americanos em diversos países, destruir suas economias e produzir massas de desolados e, por outro lado, receber e promover a vinda de imigrantes desses países. Como os democratas nos Estados Unidos, os trabalhistas ingleses dizimavam famílias mundo afora e afagavam seus parentes na Inglaterra, contratando-os como serviços baratos, muitas vezes. Mas isso se revelou explosivo — em vários sentidos, aliás, inclusive no literal.

O fator subjetivo atuando na mudança política e eleitoral foi a iniciativa do UKIP. Desde 2010, o partido assediava os trabalhadores prejudicados por essas políticas. Os analistas sublinhavam que o discurso do UKIP sempre se referia às Europa e à integração para listar os problemas sentidos pelos trabalhadores: desemprego, moradia, degradação da vizinhança, vagas nas escolas e assim por diante.

A nova direita tinha vestido a camisa de defensora dos “deixados para trás”. A esquerda se dedicava às “novas tribos” e “novos sujeitos”, de movimentos coloridos e cosmopolitas.

Confrontando os dois casos que estuda — o americano e o inglês — o livro de Justin Gest pergunta: como falar para esse enorme contingente de trabalhadores deslocados e desiludidos? E adianta algumas possibilidades ou “recomendações” para aqueles que querem disputar esses trabalhadores e reduzir a influência conservadora:

- 1 Apresentem candidatos extraídos do meio popular.*
- 2 Empreguem narrativas da classe trabalhadora, com sua linguagem, seu estilo e seu ponto de vista.*
- 3 Não confundam classe trabalhadora com os indefesos ou derrotados. Trabalhadores querem ser vistos como independentes, autossuficientes, batalhadores.*
- 4 Não confundam sindicatos com classe trabalhadora. Os tempos mudaram, a maior parte dos trabalhadores não são sindicalizados e por vezes nem sindicalizáveis.*
- 5 Desafiem a visão da nostalgia confrontando-a com a visão da esperança.*

Como se percebe, está aí um conjunto de problemas que atravessam fronteiras, marcando numerosas cidades e países “pós-traumáticos”. Nessas comunidades estão, quem sabe temporariamente adormecidos, aqueles que foram “deixados para trás” pela corrente globalizadora, supostamente modernizante.

Estamos sendo “otimistas”? Não parece. A imagem de um “sono temporário” é reforçada pelo que se viu nas recentes eleições parlamentares inglesas (junho de 2017) — eleições essenciais para formar o governo, considerando que a Inglaterra é uma monarquia parlamentar.

Um mês antes da votação, pesquisas e analistas davam como certa uma vantagem folgada para os conservadores, sobre os trabalhistas (20%). Na véspera e na boca de urna admitiam uma diferença menor (8%). Nos resultados apurados, a diferença foi de meros 2,4%. O novo líder trabalhista, Jeremy Corbin, era tratado, inclusive entre certos trabalhistas, como um esquerdista defasado, fora do tempo, incapaz de compreender a “modernização” da sociedade.

Aparentemente, o Labour de Corbin percebeu algo da mensagem mencionada por Justin Gest. Conseguirá manter esse rumo? A Inglaterra está mais próxima de um partido conservador no governo “por falta de opção”, como na Espanha? Ou surgirá alguma “geringonça” como a de Portugal, em que as diferentes esquerdas conseguiram costurar um acordo mínimo de superação das políticas de austeridade? O futuro ainda é nebuloso, mas esta última eleição contribuiu para tornar menos turva a percepção do campo.

França: Trabalhadores e a Direita – um caso de amor?

Pela segunda vez, em menos de 15 anos, a extrema direita francesa chega às finais de um campeonato: foi classificada para o segundo turno das eleições presidenciais. O resultado foi comemorado pelo Front Nacional, de Marine Le Pen, que conseguiu superar a barreira dos 20% de votos, numa eleição com muitos candidatos perto desse percentual.

Para compreender esse fenômeno, vale a pena ler o livro de Gabriel Goodlife — professor e pesquisador mexicano³⁵. Ele reconstitui a história da direita radical francesa desde o século XIX, suas raízes sociais, formas de atuação e influência.

Uma das impressões que recolhemos do livro é que a direita tem história na França. A extrema direita. E que a ascensão da FN representa, como diz o autor, o restabelecimento da direita radical no seu papel tradicional de influência na política francesa.

O autor aponta que se tem dado pouca atenção para as condições de “demanda política” que determinaram o sucesso da direita radical. E tenta mostrar como, em um padrão de modernização social e política, o país desenvolveu uma peculiar estrutura de classes em que certos grupos se tornaram fontes significativas

35 Ver: *The resurgence of the radical right in france: from boulangisme to the Front National*. New York: Cambridge University Press, 2012.

de apoio para a direita radical. Indica, assim, que o crescimento da FN vai além de um reflexo da “crise de representação” em geral. É mais do que isso.

Um dos capítulos chama atenção, por conta dos eventos presentes e também pelos ensinamentos podem ajudar a para analisar situações parecidas em outros países. É o capítulo em que se analisa a alegada migração dos trabalhadores franceses, que teriam passado do apoio aos socialistas e comunistas ao voto em Le Pen e seu Front National.

A seguir, exploram-se alguns dos temas do capítulo, traduzindo livremente algumas de suas passagens. As ilações e comparações vão por nossa conta e risco. O tema é a adesão da classe trabalhadora ao chamado da ultradireita. Goodlife lembra que já no começo dos anos 1990, a principal fonte dos eleitores da FN passava a ser um (surpreendente?) segmento social: os trabalhadores industriais. E tenta explicar esse fenômeno a partir da “profunda crise social que atingiu a classe trabalhadora como um resultado da transformação na economia francesa desde o fim dos anos 1970.” A crise teria se traduzido em ampliação da vulnerabilidade e na erosão da identidade de classe.

No final dos anos 1990, o desemprego entre trabalhadores industriais era maior do que em qualquer outro grupo ocupacional. Em especial, era enorme o desemprego de longo prazo, aquele que vem, permanece, arrasta-se e corrói. Isto tudo era resultado de múltiplos fatores inter-relacionados — aumento da competição internacional, liberalização e desregulamentação, financeirização, *outsourcing*, isto é, terceirização, subcontratação, desmembramento de empresas. Esse conjunto de reformas — macro e micro econômicas — cobrou preço alto dos trabalhadores industriais — principalmente o declínio no padrão de vida e a insegurança de emprego, com consequências pesadas em outros aspectos de sua existência.

No plano macro, alguns fatos merecem destaque. Desde 1983 (governo socialista de Mitterrand!), o “dirigismo” e o “planejamento indicativo” dão lugar à “desplanificação” e à desregulamentação. Some-se a isso a privatização das empresas estatais e serviços públicos. E os que ficaram sob a direção do governo, foram submetidos a “critérios de mercado”, gestão de mercado. O foco da política econômica tinha mudado: estabilidade monetária e competitividade internacional era o eixo, não desenvolvimento e pleno emprego.

No plano micro, o Estado também impulsionou reformas para melhorar a competitividade das firmas, a “flexibilização”. Desmantelam-se os controles de preços e salários, do crédito. São afrouxadas as leis que restringiam demissões, admite-se cada vez mais o emprego precário e temporário. São aceleradas, assim, as práticas de *outsourcing*, com desmembramentos de empresas e subcontratação, terceirização etc. Somemos a isso a “deslocalização” e/ou *offshore*. A empresa fecha uma unidade produtiva francesa e desloca sua produção para uma

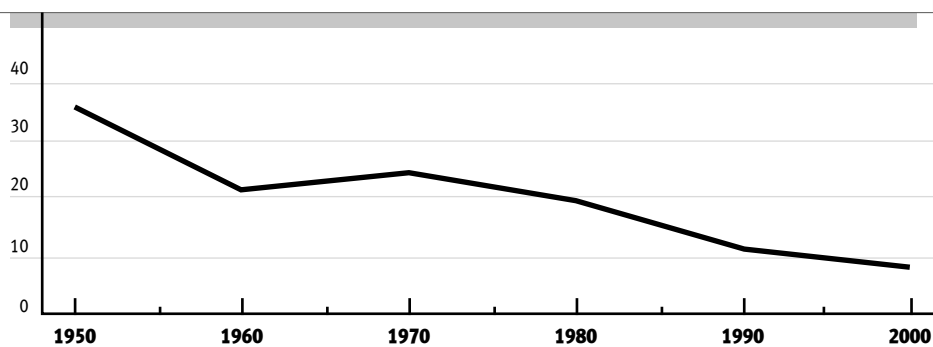
unidade na Ásia ou em uma ex-colônia, onde são mais baixos os impostos, mais frouxas as regras trabalhistas.

No território francês essa empresa deixa um buraco social com gente sem emprego, sem esperança e dependente de seguro-desemprego. É isso que devasta a França, assim como o Meio-oeste americano que desistiu de votar em Killary Clinton (e parcialmente votou Trump), as zonas operárias inglesas que romperam com o Partido Trabalhista e votaram no *Brexit*. E os exemplos poderiam ser estendidos.

Com esses desmanches, temos o fim do chamado “compromisso fordista”, aquele período de “amortecimento” dos conflitos de classe que garantira a “paz social” tensa do pós-guerra — em que o capital abria mão de alguns anéis e a classe trabalhadora (sindicatos) aceitava o sistema e arrancava alguns melhoramentos. Naquele período, as relações capital e trabalho eram mediadas sobretudo pelo Partido Comunista Francês (PCF) e “sua” central sindical, a Confederação Geral do Trabalho (CGT). Ambos eram revolucionários no discurso, pragmáticos no dia a dia. Bem ou mal, essas duas instituições sustentavam a identidade de classe dos trabalhadores. Junto com a central socialista, a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFTDT), em menor escala.

A transformação estrutural da economia erodiu essas “instituições socializadoras”, suportes essenciais da identidade de classe. O autor recolhe dados que evidenciam o declínio da sindicalização, representado no gráfico abaixo:

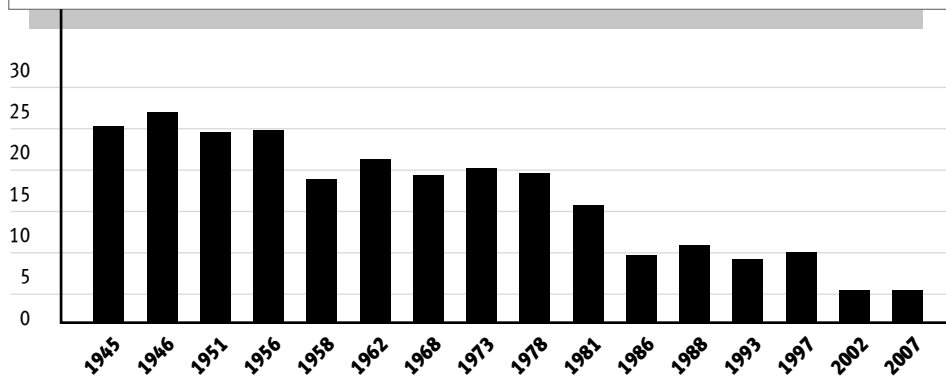
Gráfico 12 **Taxas de sindicalização na França - 1950 2000** (em %)



Fonte: Goodlife, 2012.

Outro dado significativo é o declínio do voto no PCF:

Gráfico 13 **Voto comunista nas eleições parlamentares, 1945-2007**



Fonte: Goodlife, 2012.

Goodlife aponta um primeiro nível explicativo desses dois movimentos: declínio da sindicalização e do voto PCF refletem redução no peso demográfico do operariado industrial. Principalmente do operariado de grandes empresas. Esse declínio privaria os sindicatos e o PCF de uma fração importante de sua base social.

O autor acentua a importância de uma transformação no nível microeconômico, a reestruturação das empresas com a flexibilização e a subcontratação. Com emprego mais contingente e inseguro. Essa reorganização da produção gerou um novo desenho da força de trabalho, uma estrutura de dois níveis:

Em um primeiro nível, grandes fábricas foram transformadas nos principais lugares em que estão concentradas tarefas produtivas complexas, do ponto de vista técnico e conceitual. Elas formam o coração das cadeias de uma produção cada vez mais hierárquica e difusa, empregando um núcleo de técnicos altamente qualificados e adaptáveis. Em um segundo nível, juntamente com estas unidades nucleares altamente automatizadas e orientadas por processos, unidades menores de subcontratantes e filiais surgiram para complementar as principais funções produtivas da unidade mais antiga. Especializando-se em um número único ou limitado de funções, tais como o fornecimento de peças ou manutenção e reparo, estas empresas subordinadas dependem esmagadoramente de trabalhadores jovens, trabalhadores não qualificados que recebem o mínimo dos mínimos, suportam condições de trabalho estafantes e experimentam as tênues condições de contrato detalhadas anteriormente. (Goodlife, 2012)

Assim, surgia uma França de dois andares:

Uma camada superior administra os principais processos de concepção e montagem e é preenchida por uma nova aristocracia de trabalhadores qualificados, tecnicamente eficientes. Por sua vez, emergiu uma segunda camada, subordinada, de subcontratantes e afiliadas, a fim de servir às empresas do núcleo com o menor custo de serviço, submetem seus trabalhadores não qualificados a trabalho incerto e super-explorado. (Goodlife, 2012)

Políticos e empresários providenciaram o necessário suporte jurídico, as reformas que as ruas constantemente rejeitava. Além disso eles aceleraram o deslocamento de instituições que historicamente modelavam a identidade social e política dos trabalhadores. Montando um novo quadro jurídico, as elites francesas enfraqueciam a posição dos trabalhadores na sociedade. E marginalizavam cada vez mais as instituições que encarnavam a identidade política dos trabalhadores, o PCF, a CGT, a CFDT. A reforma também dividia os trabalhadores, opondo os interesses dos setores menos voláteis aos trabalhadores dos setores mais desestruturados pela flexibilização. A classe trabalhadora vira um edifício de três andares diferentes, frequentemente jogados uns contra os outros:

Um primeiro nível é o segmento cada vez menor dos trabalhadores que, por razões legais ou econômicas — funcionários e assalariados em setores competitivos ou protegidos — deixaram de ser afetados pela implosão do modelo fordista. [...] Eles representam um núcleo cada vez menor de trabalhadores cujo emprego permanece seguro e que têm garantido um salário relativamente elevado e estável. O segundo nível é a fração crescente de trabalhadores sujeitos a cada vez maior instabilidade ocupacional e insegurança material. Cada vez mais vulnerável às flutuações econômicas e sujeitos à degradação da mão de obra e condições salariais, a maioria destes trabalhadores é envolvida em formas atípicas, contingentes ou provisórias de trabalho. Eles incluem os empregados das empresas subcontratadas que suportam o peso dos cortes de custo exigidos pelos grandes produtores primários; trabalhadores de tempo parcial a quem se negam os benefícios e proteções oferecidos aos trabalhadores de turno integral; e trabalhadores temporários ou de curto prazo que, na falta de segurança de emprego regular, são particularmente vulneráveis à exploração. Em função da sua fraqueza econômica e organizacional perante os empregadores, estes trabalhadores atípicos encontram-se expostos a condições de trabalho cada vez mais onerosas e perigosas, um fato refletido no aumento significativo do número de acidentes de trabalho e em níveis mais elevados de tensão no

trabalho. Em terceiro lugar, finalmente, surgiu um novo lumpen-proletariado resultante da desregulamentação do mercado de trabalho no setor produtivo e de serviços e da remoção de proteções ao trabalhador. Redundantes do ponto de vista funcional e materialmente empobrecidos, os membros deste novo lumpen-proletariado enfrentam uma exploração extrema na economia paralela ou 'subterrânea' quando não caem na criminalidade e na penúria. (Goodlife, 2012)

Vale a pena repetir o comentário do autor: esta fragmentação enfraqueceu significativamente as instituições tradicionais de socialização do movimento operário. Elas encontravam cada vez maior dificuldade de organizar esses diferentes estratos da classe.

Ora, deduz Goodlife, desmanteladas as instituições socializadoras antigas, os trabalhadores procuraram novas fontes de identificação para substituí-las.

Mas o autor menciona também um fator que podemos chamar de “lado subjetivo” da coisa, a política do PCF. Goodlife sublinha a dificuldade que o partido mostrava de se adaptar às mudanças e às tempestades, como o desmonte da URSS. Mais ainda, o partido acomodou-se à política de integração europeia do Partido Socialista (PS), com todas as suas “reformas”. Simplificando, pode-se dizer que para muitos trabalhadores o PS traiu e PCF não se opôs (ou não se opôs suficientemente)

Do lado dos sindicatos não foi muito melhor. Eles trocaram o ativismo chão de fábrica pela negociação por cima, que garantia verba governamental e preservação dos quadros de direção. Agravaram a crise de representação.

Nesse quadro aparece a FN oferecendo uma nova identidade, um novo “sentimento de comunhão nacional”.

Um sinal desse descolamento dos trabalhadores diante das políticas dos comunistas e socialistas foi a resistência operária à integração europeia. O que, como sabemos, guardadas as diferenças, tem similaridade com o que ocorre na Inglaterra (*Brexit*) ou nos Estados Unidos (descolamento dos trabalhadores diante do Partido Democrata). Na França quase 80% dos trabalhadores industriais votaram contra a ratificação da constituição europeia — e a média nacional foi de 54,7%.

A FN capitalizou isso tudo. Como uma nova “Eclésia”, ofereceu uma nova “identidade” e uma nova tribuna. De certo modo, uma nova fé (crenças), uma nova igreja (rituais, conclave, ambientes compartilhados) e uma nova sacerdotisa geral, Marine Le Pen, a Joana D’Arc³⁶ da hora.

36 Joana D’arc (1412-1431) nasceu na França. Foi importante personagem da história francesa durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), quando seu país enfrentou a rival Inglaterra. Foi canonizada em 1920. [N.E.]

É claro que o leitor poderia fazer uma pergunta: mas por que a esquerda não capitalizou? O PCF foi tragado pelo tsunami pós-perestroika³⁷. Mas a “antiga” extrema esquerda, aquela que fermentara depois de 1968, também naufragou — a *Lutte Ouvrière* virou nicho estagnado. Outro grupo trotskista, a Liga Comunista Internacionalista, desapareceu em um também evanescente Partido Anticapitalista. Dos maoístas, nem sinal. Aparentemente, apenas um grupo, congregando antigos socialistas e comunistas, procura se situar no novo cenário — a candidatura Melenchon³⁸ é seu traço mais visível. Mas ainda é pouco, diante da FN. Terá chance de mudar o quadro, confrontar a FN em seu campo e aparecer como a alternativa aos globalistas da direita e ao PS degradado? Haveria espaço para uma nova socialdemocracia “neopopulista”, à esquerda, como o Podemos espanhol? Ou para uma nova composição à esquerda como em Portugal?

O processo francês está longe de ser único. Só de memória podemos fazer várias analogias com Espanha, Estados Unidos, Inglaterra e Brasil. Reformas econômicas e legislativas “macro”, no micro, reengenharia das empresas e cadeias produtivas, reconfiguração do proletariado, impacto em suas formas associativas e políticas, na cultura política popular e nos comportamentos políticos. Daí, “novas” lideranças e “identidades” tentadoras — um partido, um pulha midiático, uma igreja. Às vezes, várias dessas coisas ao mesmo tempo. Enquanto isso, nós, à esquerda, temos dificuldade de entender o quadro e implementar saídas progressistas. Está mais do que na hora de romper com essa maldição.

37 Perestroika (reestruturação, em russo) e Glasnost (transparência, em russo) foram medidas políticas e econômicas adotadas durante o governo de Mikhail Gorbachev. No posto de líder da URSS a partir de 1985, inaugurou reformas e campanhas que a longo prazo conduziriam o país a uma economia de mercado, ao fim do monopólio do poder central do PCUS e, posteriormente, à desintegração da União Soviética. [N.E.]

38 Eurodeputado pelo Front de Gauche (aliança de esquerda com o Partido Comunista Francês), membro durante quatro décadas do Partido Socialista e líder do movimento França Insubmissa, fundado em fevereiro de 2016 e sucessor da Frente de Esquerda. Nas eleições de 2017, ficou em quarto lugar, com 19,6%. [N.E.]

Considerações

*Al andar se hace camino
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar...*

(Antonio Machado, poeta andaluz, 1875-1939)

A organização das empresas e do espaço econômico, em geral, transformaram-se bastante nas últimas cinco décadas. A classe trabalhadora foi completamente reestruturada pelo capital. Seus antigos instrumentos de luta e de formação de identidade foram abalados, quase destruídos. Com isso, cresceu nos segmentos populares a abstenção, a opção pelo alheamento político. Em alguns deles, cresceu até mesmo a adesão, ainda que temporária e oscilante, a candidaturas e programas ultraconservadores.

Tudo isso é “fatal”? Está escrito nas estrelas? O conhecimento que produzimos sobre nossa vida social e nosso comportamento não permite prever o futuro, mas, por outro lado, dá instrumentos para atuar sobre ele, fazer certas escolhas. No mundo da política, a incerteza é parte integrante da realidade.

Nestes três casos, três situações nacionais, o leitor viu exemplos dessa lógica e de seus impasses. Entender essa tendência é essencial para aprender a transformá-la no que for possível e no que for necessário. É um começo, que nos ajuda a navegar na história que temos pela frente. Dizia um filósofo que na política o navegante não tem mapas. O poeta Antonio Machado completava: Não há estradas no mar. Há estrelas. E é olhando para as estrelas que o navegante percebe o rumo que deve tomar. Mas sempre atento à forma das ondas, para não ser surpreendido por rochedos traiçoeiros. Tática e estratégia.

PARTE 3

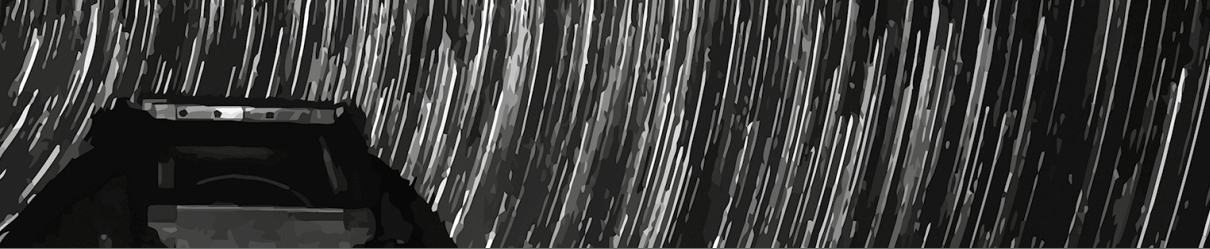
CONTEXTOS POLÍTICO E ECONÔMICO DA ASCENSÃO DA CLASSE TRABALHADORA DE SERVIÇOS NO BRASIL

Logo no início da década de 1980, com a crise da dívida externa, o colapso no padrão de financiamento da economia nacional levou à adoção de programas de ajustes macroeconômicos que até hoje inviabilizam a retomada plena do crescimento econômico sustentado. No cenário aberto da semiestagnação que prevaleceu, com fortes e rápidas oscilações nas atividades econômicas, o país terminou por romper com a fase de estruturação da classe trabalhadora vigente durante a dominância da sociedade urbana e industrial.

Desde os anos de 1990, com a adoção do receituário neoliberal, o precoce movimento da desindustrialização da economia nacional se generalizou acompanhado da emergência de uma nova classe trabalhadora de serviços. Isso porque se passou a assistir, especialmente no âmbito dos pequenos empreendimentos, à expansão considerável do setor terciário, portador de um inédito e crescente precariado de dimensão nacional.

Atualmente, quase quatro quintos dos postos trabalho existentes pertencem ao setor terciário da economia, bem como duas a cada grupo de três ocupações abertas no segmento privado não agrícola são provenientes dos negócios com até dez trabalhadores. Nessa nova classe trabalhadora de serviços, em expansão, prevalece elevada heterogeneidade, sobretudo nos pequenos empreendimentos que reúnem desde atividades associadas à estratégia de sobrevivência às ocupações tecnologicamente avançadas, com vínculos às grandes empresas nacionais e internacionais.

Por conta disso, o curso da nova classe trabalhadora de serviços assenta-se majoritariamente nas ocupações inseguras e amparadas por baixa remuneração.



A realização de reformas neoliberais, em sua segunda versão a partir do governo Temer, liquida com a regulação fordista, desconstituindo o que restava das tradicionais classes médias assalariadas e dos trabalhadores industriais.

Em seu lugar, esse movimento termina por consolidar a geração do novo precariado, portador de intensa polarização social que se expressa pelo espontaneísmo de lutas e agressividade das lutas. Cada vez mais, a nova classe trabalhadora de serviços torna-se exposta aos experimentos de *uberismo* na organização e remuneração da força de trabalho, o que faz com que a regularidade do assalariamento formal e a garantia dos direitos sociais e trabalhistas tendam a se reduzir drasticamente.

Nessa toada, avançam, por exemplo, os contratos de zero hora, cujo trabalho intermitente permanece ativo aguardando demanda do uso da força de trabalho advinda a qualquer momento. O esfacelamento nas organizações de representação dos interesses do mundo do trabalho (associações, sindicatos e partidos) transcorre mediado pela intensificação do grau de exploração do trabalho.

Crescentemente, as máquinas de agitação e propaganda dos empregadores passam a tratar os direitos sociais e trabalhistas como custos. E, nesse quadro, a contratação direta, sem tais direitos, conduz a uma feroz competição individual no interior da classe trabalhadora, em favor dos patrões. Os sindicatos ficam de fora da negociação coletiva e com restrição maior ao acesso à regulação pública do trabalho (direitos sociais e trabalhistas), o esvaziamento da organização se generaliza pela fragmentação da própria base social e territorial. Mesmo assim, permanecem ainda formas de lutas herdadas da fase de predomínio do novo sindicalismo, com a hierarquia e a estruturação das negociações coletivas de trabalho. Por conta disso, as greves gerais do ano de 2017 no Brasil não deixaram de expressar certo padrão híbrido de organização e lutas dos trabalhadores, compatível inclusive com as jornadas de mobilização que em 2013 seguiram o processo de “propagação viral” de protestos, conforme também registrado em outros países.

Raízes do atual impasse brasileiro

O ano de 2016 representa um verdadeiro ponto de inflexão em relação à trajetória democrática brasileira desde a transição da ditadura militar (1964-1985) até o ciclo político da Nova República (1985-2016). A destituição do governo constitucionalmente eleito da presidenta Dilma Rousseff (PT) implicou uma anormalidade que se espelha em outras oportunidades históricas de ascensão do autoritarismo num país cujo regime democrático parece ser apenas uma exceção.

Para abordar o assunto, partimos do passado para o presente, buscando tratar da participação do Brasil no sistema-mundo e das condições pelas quais encontrou internamente as possibilidades de se desenvolver. Isso porque desde a passagem da antiga sociedade agrária-escravista no último quartel do século XIX que o país constituiu as bases do desenvolvimento, ainda que tenha sido a partir da década da Revolução de 1930³⁹ que se tenha encadeado a sociedade urbana e industrial.

Sem passado feudal, como aquele da experiência europeia, a constituição do capitalismo no Brasil perseguiu o caminho liberal tradicional, com a centralização das funções de justiça, coletoria de tributos e defesa territorial. Ademais, sua trajetória de longo prazo se deu permeada pela singularidade sempre que comparada aos países do centro dinâmico mundial.

Enquanto nação periférica e de longa sociedade agrária, a industrialização tardia tendeu a se limitar a pouco mais de meio século de existência frente à transição recente para os serviços e à nova dependência do comércio externo de produtos primários. Diante disso cabem ser identificados os determinantes da dinâmica nas políticas públicas no país.

Na sequência, analisam-se os dois aspectos principais do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sendo inicialmente aqueles de natureza externa e, posteriormente os de natureza interna na montagem e expansão da economia e sociedade nacional. Por fim, a situação de impasse atual no ciclo político da Nova República estabelecida a partir da anormalidade democrática estabelecida em 2016.

39 A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado. O golpe derrubou o então presidente da República Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e colocou fim à República Velha. Getulio Vargas tomou a presidência da República. [N.E.]

Implicações externas no desenvolvimento brasileiro

A dinâmica capitalista se apresenta ao longo do tempo como sistema de dimensão global. A existência de um centro dinâmico torna-se fundamental para combinar — ainda que desigualmente — o heterogêneo conjunto periférico de territórios que o circunda. Para ser um centro dinâmico, há pelo menos três requisitos básicos: (i) moeda enquanto unidade de conta, reserva de valor e meio de troca internacional; (ii) poder militar capaz de impor pela força o que a diplomacia não consegue pelo diálogo e (iii) capacidade de produzir e difundir o progresso técnico como motor da competição intercapitalista.

Acontece que, por conta disso, as revoluções industriais e tecnológicas se destacam, pois estabelecem não apenas a estrutura da competição intercapitalista como a imposição de novos elementos de mudança no centro dinâmico capitalista. Durante o predomínio da livre concorrência no século XIX, por exemplo, a atuação do Estado era mínima diante da dinâmica de acumulação do capital autorregulada e estabelecadora, por si mesma, da equalização da taxa de lucro.

Cabia à organização política do Estado gendarme, no liberalismo fundamentalmente, o exercício do monopólio da violência (controle da ordem policial), da moeda e da tributação. Mas com o abandono da livre competição, os limites do Estado mínimo tornaram-se evidentes. A partir do início do século passado, com a expansão da estrutura oligopolista das grandes empresas na produção e distribuição de bens e serviços, a concorrência intercapitalista terminou sendo incorporada à esfera estatal.

As crises recorrentes que levaram à Grande Depressão de 1929 produziu a politização da economia enquanto medida equalizadora da taxa de lucro no interior da competição intercapitalista. Distante da incapacidade do mercado se autorregular, como imaginado pela estrutura da livre competição, a crise tenderia a se reproduzir continuamente pela destruição do velho capital sem engendrar nova fase expansiva associada à tendência concentradora e centralizadora dos novos capitais.

A superação do Estado mínimo pelas exigências da nova estrutura oligopolista de competição intercapitalista moldou outro padrão de intervenção estatal. Não apenas compatível com a dinâmica da acumulação capitalista, mas também associada à regulação amortecedora dos conflitos.

Nestas circunstâncias, dá-se a possibilidade do estabelecimento inédito de políticas públicas de abrangência nacional para além do Estado gendarme liberal. Isso porque até o começo do século XX, o registro de políticas nacionais em várias áreas como economia, trabalho, educação, saúde, entre outras, era praticamente desconhecido pelo domínio do Estado mínimo.

A vigência de uma primeira onda de globalização capitalista iniciada no século XIX e prolongada até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) tinha a pre-

dominância da ordem liberal hegemônica pela Inglaterra que se ancorava no padrão monetário do ouro-libra e na plena liberdade comercial e dos fluxos de capitais e de mão de obra. Com a economia operando sem fronteiras e submetida à dinâmica do imperialismo ao final do século XIX, as políticas nacionais se apresentavam frágeis no âmbito do Estado mínimo, quando não submetidas à lógica de dominância das altas finanças da época.

Pela emergência da segunda revolução industrial e tecnológica, acompanhada do esgotamento do capitalismo de livre competição, o domínio inglês entrou em decadência, cedendo à grande depressão de 1929. As duas grandes Guerras Mundiais (1914-18 e 1939-45) terminaram por consolidar a nova hegemonia estadunidense após a derrota militar da Alemanha. Com isso, os acordos do final da Segunda Guerra Mundial, como os de *Bretton Woods*, realizados na área econômica, possibilitaram a generalização das políticas de desenvolvimento nacional, mesmo que acirradas pelo contexto externo da Guerra Fria (1947-1991).

O deslocamento geográfico do núcleo dinâmico mundial da antiga Europa para o continente americano impôs novo reordenamento na relação do centro capitalista com o conjunto da periferia. Com a interrupção da primeira onda de globalização estendida no período da Primeira Guerra Mundial (década de 1910) até a Guerra do Irã e Iraque (década de 1970), os antigos impérios deram lugar ao movimento da descolonização que terminou difundindo grande quantidade de novos países portadores das políticas públicas de caráter nacional.

Neste novo contexto, as políticas nacionais em diversas áreas ganharam efetividade e eficácia, superando o antigo Estado mínimo por distintas variações de Estado de bem-estar social em sua tarefa de politização da economia e sociedade. Mas a partir do final da década de 1970, com o esgotamento do ciclo expansivo da segunda revolução industrial e tecnológica e da estrutura de competição intercapitalista herdada do final do século XIX, a hegemonia dos Estados Unidos passou a registrar contradições importantes. O abandono dos acordos do segundo pós-guerra, que mantinham vigente o padrão monetário ouro-dólar e a estabilidade na taxa de juros e de câmbio, levou à desregulação da competição capitalista e, por consequência, à transformação do Estado e suas políticas públicas nacionais.

Com isso, uma nova fronteira de expansão capitalista se abriu na Ásia que desde a década de 1950 assistia ao deslocamento de parte crescente da produção de manufatura do Ocidente para o Oriente. A desconstituição da Guerra Fria, com a promoção da estratégia militar cibernética pelos Estados Unidos e o esgotamento das experiências de socialismo real, permitiu o realinhamento hegemônico estadunidense amparado na difusão do receituário desregulatório neoliberal nas fronteiras nacionais para o avanço do grande do capital pelas corporações transnacionais.

Mas isso transcorreu eivado de contradições, como nova ameaça à hegemonia estadunidense decorrente do processo de desindustrialização e financeirização da riqueza em meio à acelerada monopolização do grande capital portador de cadeias globais de valor e centrada, cada vez mais, na China. Uma possível transição no interior do centro dinâmico capitalista mundial pode ser considerada, ainda que não de forma pacífica, seja pelo reaparecimento do protecionismo e nacionalismo, seja pelo retorno do investimento crescente em armamento militar.

Diante do avanço de uma segunda onda de globalização capitalista irradiadora de nova e profunda revolução industrial e tecnológica, o padrão de regulação estatal vigente até então foi afetado consideravelmente. Nesse sentido, a estrutura oligopolista de competição capitalista regulada anteriormente pelos Estados nacionais terminou dando lugar ao comando de cerca de 500 grandes corporações transnacionais que passaram a monopolizar o sistema gerador de valor operado fragmentadamente em não mais do que 300 espaços territoriais do planeta. Não apenas impacta decididamente a dinâmica do centro global, como altera as relações internas no conjunto da periferia capitalista.

O processo de monopolização da produção e distribuição da riqueza alcançou a escala global, tendo a grande corporação transnacional cada vez mais poder econômico que os tradicionais Estados nacionais, uma vez que somente nove países, por exemplo, possuem orçamento público superior ao faturamento dos grandes monopólios privados no mundo. Por força da segunda onda de globalização capitalista, as políticas nacionais de qualquer natureza têm sido questionadas pelo receituário neoliberal desde o último quartel do século passado.

A mudança no papel do Estado acompanha, por decorrência, a pressão de organismos internacionais e dos interesses das grandes corporações transnacionais no interior das decisões nacionais. Nos dias de hoje, a crise do capitalismo global iniciada em 2008 tem revelado o acirramento da concorrência intercapitalista entre as grandes corporações transnacionais a operarem com taxas de inversão deprimidas, porém articuladas à valorização da órbita financeira.

A dinâmica global da concorrência monopolizada frente à ausência de autorregulação e à insuficiência da regulação pública no âmbito dos Estados nacionais aponta para a nova condição de estagnação secular. Enquanto a órbita financeira dificulta a desvalorização das velhas formas de capital, as novas formas capitalistas sofrem barreira no interior da estrutura monopolista de competição dominada pelas grandes corporações transnacionais.

Constrangimentos internos no desenvolvimento brasileiro

Para além das implicações externas no desenvolvimento brasileiro, cabe considerar os principais condicionamentos de natureza interna. A começar pelo

fato de o país jamais ter reunido os requisitos de centro dinâmico mundial, submetido continuamente à condição de periferia no capitalismo mundial.

Apesar disso, quando não se imaginava solução próxima disponível, o Brasil soube construir convergência política interna capaz de apontar nova direção para o desenvolvimento nacional frente à crise de centralidade externa concedida pela Inglaterra até os anos 1910 e pelos Estados Unidos no segundo pós-guerra mundial. Enquanto prevaleceu a primeira onda de globalização capitalista, em que a centralidade dos impérios dominava as relações internacionais, o Brasil obteve a sua independência nacional, constituiu o Estado mínimo da era liberal e transitou do velho agrarismo escravista para o capitalismo.

Entre 1822 e 1930, por exemplo, a presença das políticas públicas nacionais foi residual, salvo, em geral, no exercício do monopólio da moeda, da violência armada e da arrecadação tributária. Pela construção do Estado gendarme, o país estabeleceu minimamente sua força armada, elevou a soberania com a ampliação das fronteiras territoriais e organizou o sistema produtivo conectado com a primeira onda de globalização enquanto produtor e exportador de produtos primários.

A centralização administrativa colocada em movimento durante a monarquia (1822-1889) sofreu importante abalo com o movimento maior da descentralização desencadeada pela política dos governadores instaurada logo após o nascimento da República Velha (1889-1930). Nesse sentido, a transição da antiga e longeva economia escravista para o capitalismo no Brasil transcorreu sob a hegemonia inglesa em meio ao aprofundamento da segunda revolução industrial e tecnológica parteira da grande empresa oligopolista.

A ação do Estado pelo liberalismo era reconhecida como estranha e perturbadora à livre competição capitalista. Mesmo assim, em distintas oportunidades, o Estado mínimo terminou ampliando sua atuação na economia e sociedade por determinação da dinâmica interna de acumulação capitalista no Brasil.

Para além da expansão nas despesas públicas em relação ao produto, as funções estatais foram se diversificando no domínio do Estado mínimo, sobretudo pelo movimento de decadência inglesa nos estertores da primeira onda de globalização capitalista. A contribuição estatal, em geral, atendeu aos requisitos da dinâmica interna de acumulação assentada no ciclo do café, seja na adoção de política cambial favorável, seja na validação de empréstimos externos aos cafeicultores, seja no subsídio financeiro à importação de mão de obra, entre outros.

Coincidindo com a Grande Depressão de 1929, a crise na economia agrária primário-exportadora encontra solução a partir do projeto desenvolvimentista de industrialização e urbanização nacional. Para atender à determinação de ordem interna, a relação do Estado no capitalismo brasileiro modificou-se profundamente, especialmente a partir da Revolução de 1930.

A interrupção da primeira onda de globalização capitalista e a realização de acordos internacionais favoráveis ao desenvolvimento capitalista, no final da Segunda Guerra Mundial, mostraram-se como fatores positivos para a criação de novos países e para a difusão de políticas nacionais em diversas áreas. No Brasil, contudo, o avanço do projeto de industrialização e urbanização nacional não teve apoio dos Estados Unidos enquanto centro dinâmico mundial.

Em plena Guerra Fria, a Europa contou com o Plano Marshall de ajuda financeira, enquanto alguns países da Ásia (Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong) também foram beneficiados pelos Estados Unidos (EUA), o mesmo não se constatou na América Latina e Caribe.

Em resposta a isso, o Brasil soube jogar estrategicamente na disputa de hegemonia no interior do centro dinâmico do capitalismo entre os EUA e a Alemanha para obter vantagens ao avanço de sua industrialização. Também na segunda metade da década de 1950, quando as grandes firmas europeias buscavam responder à internacionalização das empresas estadunidenses, o país coordenou com o capital privado nacional e suas empresas estatais, a internalização de um bloco de investimentos estrangeiros capaz de completar a industrialização nacional.

A existência de uma maioria política interna permitiu recolocar o Estado em novas bases para apoiar a industrialização nacional, ainda que sob o sacrifício do desenvolvimento social. Contribuíram para isso, as alianças políticas de caráter conservador e autoritário que impossibilitaram a realização das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (agrária, tributária e social), geradoras de anomalias como o exacerbado poder dos latifundiários, a iníqua arrecadação do fundo público e a seletividade das políticas públicas para determinados segmentos sociais e setores econômicos privilegiados.

Se, de um lado, a constituição do Estado após 1930 foi fundamental para a consolidação da nova dinâmica de acumulação a partir da industrialização no Brasil, de outro, o avanço capitalista ocorreu de forma selvagem. Ou seja, a modernização capitalista se fez conservadora, pois assentada no atraso social responsável pela generalizada exclusão no interior da sociedade.

Em mais de meio século de industrialização nacional registrada entre as décadas de 1930 e de 1980, o Estado foi conduzido pela maior presença do regime autoritário. Com isso, os interesses dos “de baixo” foram secundarizados frente ao favorecimento das classes rica e média pelo Estado através dos monopólios sociais que seletivamente privilegiaram segmentos e setores no interior da economia e sociedade brasileira.

Quando a industrialização se completara e os limites da ditadura militar (1964-1985) permitiram a retomada da redemocratização no país, a crise da dívida externa se instaurou por consequência das políticas de ajuste neoliberal

adotadas pelos EUA em estímulo à segunda onda de globalização capitalista. Ainda que o Brasil se integrasse somente a partir dos anos de 1990 na onda globalizante, os seus impactos sobre a desindustrialização foram significativos, capazes de comprometer o crescimento econômico e submeter a dinâmica da acumulação de capital à lógica da financeirização da riqueza.

Com isso, a transformação do Estado em pleno regime democrático se mostrou ainda mais substancial, tendo que atender tanto à pressão das altas finanças como aos compromissos de bem-estar por parte da população. Diante da reestruturação capitalista em curso com a globalização conduzida pelas grandes corporações transnacionais e sob a crescente dominância financeira, a capacidade de o Estado promover políticas públicas de caráter universal evidenciou seus limites políticos e econômicos de ordem interna.

Diante disso, a experiência democrática constituída pelo ciclo político da Nova República permitiu, por meio da Constituição Federal de 1988, implementar inédito padrão de políticas públicas convergente com o Estado de bem-estar social constatado nos países de capitalismo avançado. Mas isso, por si só, não se mostrou suficiente para sustentar o regime democrático ante a formação social tradicional em bases conservadoras e autoritárias.

Desde a implementação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, emergem sinais importantes de inflexão no conjunto de políticas públicas instaurados pelo ciclo político da Nova República. A sucessão de reformas impostas desde então, em meio à mais grave recessão econômica dos últimos cem anos, altera tanto a atuação do Estado no capitalismo brasileiro, contemplando o reposicionamento do país junto ao centro dinâmico capitalista mundial, como a atuação de uma nova maioria política interna mais favorável aos interesses dominantes, conforme apresentado a seguir.

Impasse atual no ciclo político da Nova República

A partir do entendimento acerca das determinações externas e internas da atuação do Estado no capitalismo brasileiro, busca-se perscrutar as razões que apontam para o movimento maior de inflexão atual no padrão de políticas públicas constituído no ciclo político da Nova República. Para tanto, levamos em consideração a determinação externa, que decorre da opção de se alinhar passiva e subordinadamente à segunda onda de globalização capitalista, e a determinação interna, que emerge da transição precarizada para a sociedade de serviços em pleno avanço da desindustrialização e reprimarização das exportações.

Entre os anos 1985 e 2016, por exemplo, o conjunto dos seis presidentes que sucederam a ditadura militar apresentou como importante elemento de sustentação política do regime democrático, o predomínio da coalização de classes e

estratos sociais que, em maior ou menor medida, se mostrou incapaz de realizar reformas substanciais na economia e na sociedade. Não obstante as importantes diferenças entre si, os governos foram pautados pela legitimidade democrática e pelo cumprimento da Constituição Federal de 1988, que representou um marco inédito na história do país e moldou um padrão de políticas públicas ao longo do ciclo político da Nova República.

A ascensão do novo governo Temer, a partir de 2016, tem representado, todavia, a compressão da alargada coalizão de classes sociais por meio de um conjunto de reformas institucionais — derrotadas sistematicamente nas quatro últimas eleições presidenciais — que desconstituem o padrão de políticas públicas conformado desde a transição da ditadura militar. As mudanças na Constituição Federal de 1988 parecem responder direta e indiretamente a determinantes que condicionam a atuação do Estado democrático no capitalismo brasileiro, tal como se dera desde a instalação da Nova República, em 1985.

Nesta perspectiva, procuramos destacar a seguir três condicionalidades principais que caracterizaram o ciclo político da Nova República e que — em pouco tempo — o recente governo Temer aponta por interromper. Desta forma, o capitalismo brasileiro reposiciona a sua dinâmica de acumulação e impõe, por consequência, trajetória de atuação do Estado mais comprometido com a seleta e já privilegiada parcela da população enriquecida nacional e internacionalmente.

Impactos na soberania nacional

Na instalação do Mercosul, ainda na segunda metade da década de 1980, quando Brasil e Argentina colocaram fim à polarização instalada de longo tempo, a relação brasileira com os Estados Unidos passou a sofrer importantes modificações. Embora não tenham sido contínuas, inclusive com inflexões significativas nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, constatam-se alterações mais substanciais no período mais recente diante da maior reafirmação da soberania nacional.

A política externa conduzida nos anos 2000 indicou, por exemplo, o reposicionamento do Brasil em base menos passiva e subordinada ao antigo centro dinâmico do capitalismo global representado pelos Estados Unidos. Assim, a centralidade nas relações Sul-Sul, a promoção da Unasul e demais articulações sul-americanas e constitutivas dos BRICS, a política de conteúdo nacional e o apoio à internacionalização da grande empresa brasileira, o novo sistema de defesa fora da esfera estadunidense, entre outros aspectos, se mostraram decisivos para o enfrentamento da segunda onda de globalização capitalista.

Mas isso não contou — como era de se esperar — com o apoio estadunidense. De certa forma e guardada a proporção devida, o Brasil reconectava-se com ex-

periências de crise no interior do centro dinâmico do capitalismo global, como verificadas nas décadas de 1880 (Inglaterra) e de 1930 (Estados Unidos), para trilhar um caminho próprio neste início do século XXI.

Os acontecimentos políticos de 2016 alteraram a correlação de forças interna, bem como descortinaram outro horizonte de submissão externa, convergente com a posição dos Estados Unidos. A inflexão na política externa parece levar ao realinhamento do país com a atual onda de globalização capitalista, comprometendo a soberania nacional. Nesta reaproximação com os Estados Unidos, o Mercosul tende a fenecer, bem como as articulações políticas sul-americanas e a política de constituição dos BRICS. No seu lugar emerge a defesa mercantilista dos acordos de livre comércio em marcha com a reprimarização da pauta de exportações e secundarização da manufatura.

Na mesma toada, as políticas tanto de defesa nacional quanto de promoção da internacionalização brasileira, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), tendem a ser abandonadas. Isso acompanha, em certo sentido, o movimento patrocinado pela Operação Lava Jato, que tem produzido enorme prejuízo às corporações nacionais internacionalizadas, como na construção civil, nas áreas de petróleo e gás, na indústria naval, entre outras. Além da privatização impulsionada pelo que ainda resta do parque produtivo nacional, incorpora-se também a liberalização do comércio de terras aos estrangeiros. Com isso, inclusive, também as atividades econômicas exitosas como o agronegócio em terras tropicais têm sido expostas ao capital monopolista das grandes corporações transnacionais em meio ao noticiário de investigações da Polícia Federal.

No trajeto das cadeias globais de valor, as possibilidades de defesa dos interesses e da soberania nacional, desde a ascensão do atual governo, limitaram-se bastante, salvo aquelas passíveis de incorporação no interior da segunda onda de globalização capitalista. Nesse sentido, o curso de primazia do que há de recursos naturais disponíveis e de promoção da exportação dos produtos primários, acrescido do esforço interno para tornar o fundo público sustentáculo de longo ciclo dos lucros da financeirização da riqueza, tende a ganhar maior impulso.

Tudo isso, é claro, mantida a atual inflexão no padrão de políticas públicas constituídas pelo ciclo da Nova República sem alteração nos próximos anos. A reação política e social, contudo, pode suavizar o seu curso, senão interromper e oferecer, ainda, alternativa distinta.

Volta das reformas neoliberais

A maioria política organizada em torno da superação do longo ciclo de superinflação brasileiro (1978-1994) se mostrou suficiente para garantir a implantação do Plano Real. Porém os seus condicionantes, levados ao cabo pelo receituário

neoliberal, inviabilizaram a retomada do crescimento econômico com a inclusão social no Brasil. O pedágio cobrado pelo centro dinâmico global para o ingresso subordinado à segunda onda de globalização capitalista desde os anos de 1980 foi estabelecido pelo Consenso de Washington (1989) na forma de recomendação internacional a ser adotada nas políticas econômicas e sociais nacionais, conforme observado na década de 1990 no país.

O resultado disso foi a maior internacionalização do parque produtivo nacional, com a privatização do setor público e a desindustrialização. O agravamento econômico e social foi percebido pela população diante da ausência do crescimento da produção, com o elevado desemprego e a exclusão social, mesmo com a estabilidade monetária alcançada.

A condução da política econômica e social neoliberal tornou o acesso aos fluxos financeiros dependente da alta taxa real interna de juros, o que levou à valorização constante da taxa de câmbio e o estímulo, em consequência, das importações e o enfraquecimento das exportações dos produtos de maior valor agregado. Nestas condições, as reformas neoliberais perderam fôlego, com o esvaziamento da maioria política constituída para a sua sustentação no Brasil.

Diferentemente do ocorrido no país que aceitou passivamente o programa liberal na década de 1990, outras nações utilizaram-se da onda globalizante — que não significou a uniformização do mundo — para fazer valer soberanamente o conjunto dos seus interesses nacionais. Exemplo disso transcorreu na Ásia, especialmente na China, cuja defesa da política nacional permitiu fazer reformas liberalizantes que possibilitaram avançar a industrialização e modernizar a economia e sociedade.

De certa forma, os governos dos anos 2000 buscaram, mesmo sem negar a existência da segunda onda de globalização capitalista, a condução própria de políticas econômicas e sociais nacionais. A reunião de uma base social heterogênea, constituída fundamentalmente por estratos da sociedade perdedores do neoliberalismo da década de 1990 teria sido suficiente para o estabelecimento de políticas sociais inclusivas e de crescimento econômico sustentável.

Enquanto o país conseguiu aproveitar os ventos favoráveis da globalização, a maioria política negou o retorno do programa neoliberal. Com isso, os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) consagraram quatro vitórias eleitorais sucessivas, não obstante a oposição neoliberal minoritária e fragmentadamente articulada em torno de alianças políticas internas e externas.

Desde a grande crise iniciada em 2008, a globalização capitalista tem emitido sinais de mudanças importantes em relação à trajetória observada a partir da década de 1980. De um lado e apesar do baixo dinamismo econômico do conjunto dos países, o comércio externo se expandiu a taxas inferiores ao Produto Interno Bruto (PIB) mundial (estimativa de 1,7% de crescimento do comércio

mundial ante 3,1% de expansão do PIB em 2016) e a internacionalização das finanças recuou (de 20,6% do PIB mundial em 2007 para 2,6% em 2015), ao passo que a presença de importados na produção de vários países decaiu (de 71% para 65% na China e de 44% para 38% nos EUA entre 2007 e 2015).

De outro lado, tem-se o apoio crescente em diversos países, sobretudo no centro dinâmico global, para o retorno das políticas protecionistas e de expansão dos gastos militares. O enfraquecimento da União Europeia, evidenciada tanto pela vitória do *Brexit* inglês como a ascensão de forças nacionalistas, soma-se à vitória de Trump nos Estados Unidos com programa econômico e militar distinto do aplicado até então por Republicanos (Reagan, Bush pai e filho) e Democratas (Clinton e Obama).

Neste contexto, mesmo que talvez tardiamente, o governo Temer conseguiu se tornar rapidamente expressão de uma maioria capaz de não se opor claramente — por ora — ao retorno do receituário neoliberal. Com o esfacelamento político da barreira desregulatória anterior, as reformas neoliberais passaram a avançar rapidamente, retomando ao que não havia sido realizado nos anos 1990.

Exemplo disso tem sido também a maior asfixia da federação provocada pela proposição do acerto da dívida de estados e municípios que projeta a subordinação dos entes subnacionais à lógica da privatização e à destruição de instituições capazes de conceder alguma autonomia, bem como os mecanismos de apoio ao desenvolvimento regional e local. Na década de 1990, por exemplo, a adoção do programa neoliberal de ajustamento dos estados e municípios levou tanto à privatização do patrimônio público da federação em todas as regiões como à captura, pelo governo federal, de 277 bilhões de reais do orçamento dos entes federados, tendo a dívida pública crescido de 111 bilhões de reais para 467 bilhões de reais entre 1997 e 2016.

Abandono do projeto de sociedade incluyente

O baixo dinamismo econômico prevaleceu durante o ciclo político da Nova República, marcado pelo processo de desindustrialização nacional. No período de 1985 a 2015, por exemplo, a economia nacional cresceu apenas 2,9% como média anual, ao passo que no período da industrialização verificado entre as décadas de 1930 e 1970, o PIB registrou variação média anual de 6,5%.

Diante disso, a participação do Brasil no produto mundial, que era de 4% em 1985, decresceu para 2,9%, em 2015. Mesmo com o menor dinamismo econômico, a carga tributária bruta do Estado brasileiro subiu de 24,1% para 32,7% no mesmo período de tempo, o que representou aumento acumulado de 35,7% ou de 1% como média anual.

Acontece que a carga tributária terminou crescendo mais para os segmentos de renda intermediários da população, como a classe média assalariada e traba-

lhadores urbanos. Enquanto a carga tributária aumentou 69% para as pessoas com rendimento mensal de 1 a 2 salários-mínimos (SM) e 63% para aquelas de 2 a 5 SM mensais, os segmentos com renda mensal de 15 a 20 SM e acima de 30 SM sofreram elevações de 40,3% e de 44%, respectivamente, entre as décadas de 1970 e de 2000.

Além da maior carga tributária para os estratos sociais de base e intermediários da população, a distribuição dos recursos arrecadados pelo Estado durante o ciclo político da Nova República atendeu a dois segmentos principais. De um lado, temos o topo da pirâmide distributiva, receptor de transferências orçamentárias através de ganhos no mercado financeiro, setor que se beneficiou da elevação das despesas com a administração da dívida pública equivalente a 1,8% do PIB anual durante o final da ditadura militar para cerca de 8% do PIB médio anual vigente entre as décadas de 1990 e 2000.

De outro lado, a base da pirâmide social beneficiada pelas políticas de universalização do acesso à educação fundamental e à saúde pública, bem como aos demais programas de transferência de renda. Entre 1985 e 2014, por exemplo, o gasto social no país saltou de 13,5% para 22,5% do PIB, fruto do processo de inclusão social, sobretudo aos segmentos mais vulneráveis da população, como verificado nos anos 2000.

Com esta divisão no conjunto das despesas públicas durante o ciclo da Nova República, os trabalhadores organizados e a classe média assalariada terminaram sendo menos beneficiados relativamente. Além disso, estes mesmos estratos sociais foram mais penalizados pelo avanço da desindustrialização que destrói relativamente mais os empregos no setor de manufatura de maior qualificação e rendimento.

Diante da crescente dificuldade na elevação da carga tributária em plena vigência de baixo dinamismo econômico, sobretudo na recessão iniciada em 2015, salvo no caso dos ricos, a pressão sobre a despesa pública aumentou consideravelmente. Em função disso, a opção pela redução da despesa pública não financeira (primária) se fortaleceu, mesmo que direcionada à base da pirâmide social, passando a permitir novo espaço fiscal para a disponibilização de um montante seguro de recursos governamentais ao atendimento dos gastos financeiros, geralmente para o topo da sociedade.

Neste contexto, as reformas em curso buscam oferecer condições para que nos próximos 20 anos a dinâmica da acumulação de capital seja sustentada, em grande medida, pelas transferências do Estado brasileiro às despesas financeiras. Isso pode se tornar possível, mesmo no ambiente de baixo dinamismo econômico, com o corte do gasto público não financeiro, especialmente no custeio de pessoal e social e, ainda, nos investimentos públicos, e ampliação das receitas com a privatização e concessões no interior do Estado. De um lado, o distanciamento

do projeto de sociedade incluyente. De outro, e simetricamente, a inclinação da atuação governamental para não mais do que um terço da sociedade.

Fim do ciclo da industrialização tardia e mudança social

Desde a transição da antiga sociedade agrária para a urbana e industrial, o Brasil percorreu três grandes recessões capazes de abalar parcela significativa da economia nacional. Para além da economia, a sociedade foi profundamente afetada, com inegáveis consequências para a política.

Nos dias de hoje, meados de 2017, após dois anos seguidos de significativo encolhimento econômico provocado pela força da recessão, contabilizam-se impactos sociais imediatamente negativos, como a ampliação do desemprego, da pobreza, da desigualdade de renda, entre outros. Também são frustrantes as expectativas de retomada do nível de atividade pelos agentes econômicos, bem como de mobilidade social ascendente para a classe trabalhadora.

Diante da recessão e suas perversas repercussões no conjunto da sociedade, vejamos suas principais repercussões para a política no Brasil. E, nesse sentido, a identificação de possíveis oportunidades e dificuldades para a melhor atuação partidária.

Para tanto, a primeira parte identifica brevemente aspectos sociais e políticos relevantes das recessões ocorridas anteriormente no Brasil. A seguir, as possíveis consequências para a política associada à mudança social gerada em meio ao curso da recessão econômica dos dois últimos anos.

Política e mudança social: breve retrospecto das três recessões brasileiras

Os governos procuram distanciar-se da recessão, uma vez que para a política, o resultado tem sido em geral, muito mais favorável às forças oposicionistas. Na primeira recessão do Brasil urbano, entre 1981 e 1983, por exemplo, a ditadura militar esgotou-se sem forças suficientes para evitar a vitória da oposição, mesmo que realizada no âmbito do colégio eleitoral constituído pelo próprio regime autoritário.

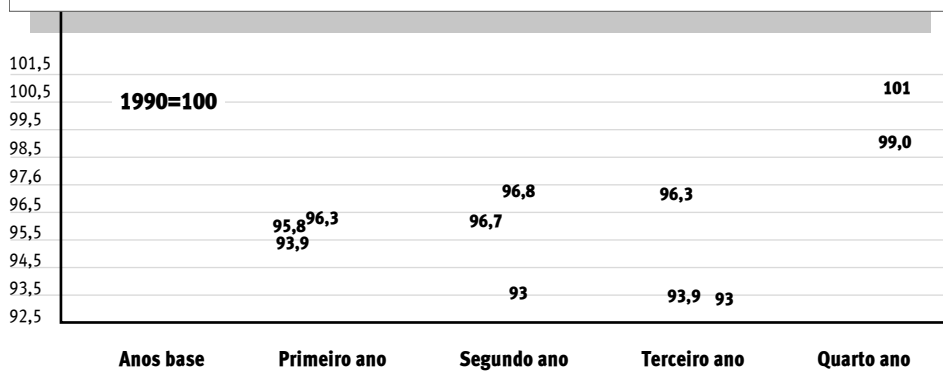
Também na recessão de 1990 a 1992, o primeiro governo civil eleito democraticamente após quase três décadas sem eleições presidenciais teve encerrado o seu mandato por força do impeachment. Pela recessão iniciada em 2015, o resultado não foi diferente para o segundo governo da presidenta eleita Dilma Rousseff, interrompido abrupta e arbitrariamente na forma de um golpe político.

Como a recessão afeta negativamente a economia, prejudicando o ambiente geral dos negócios, acirrando a competição intercapitalista e enfraquecendo

a taxa de lucro, os empresários tendem a se distanciar do governo de plantão. Também a classe trabalhadora, com o rebaixamento no nível de emprego e o avanço tanto na precarização dos postos de trabalho como no excedente da mão de obra, converge politicamente para as forças de oposição ao governante condutor do processo recessivo.

Na recessão do início da década de 1980, por exemplo, o movimento pela redemocratização nacional em oposição ao regime militar existente ampliou ainda mais suas forças, mesmo diante do maior sofrimento humano provocado pelo salto do desemprego, especialmente no setor industrial. Com a crise da dívida externa, a política recessiva adotada pelo governo João Baptista Figueiredo (1979 -1985) favoreceu a promoção do ajuste exportador voltado à geração de elevados saldos na balança comercial atrelada ao pagamento do endividamento internacional.

Gráfico 14 Brasil: índice de evolução do Produto Interno Bruto nas três principais recessões



Fonte: IBGE (elaboração própria).

Apesar da recuperação da economia iniciada em 1984, ela não se apresentou sustentável no tempo, pois foi acompanhada do desajuste nas finanças públicas e da superinflação frente ao fechamento da economia à competição externa e aos avanços do progresso tecnológico. Mesmo assim, o resultado disso foi a ascensão do movimento social e trabalhista, com o país registrando a segunda posição no *ranking* mundial em quantidade de greves em 1989, ano em que a taxa de sindicalização chegou a atingir cerca de um terço do total dos ocupados.

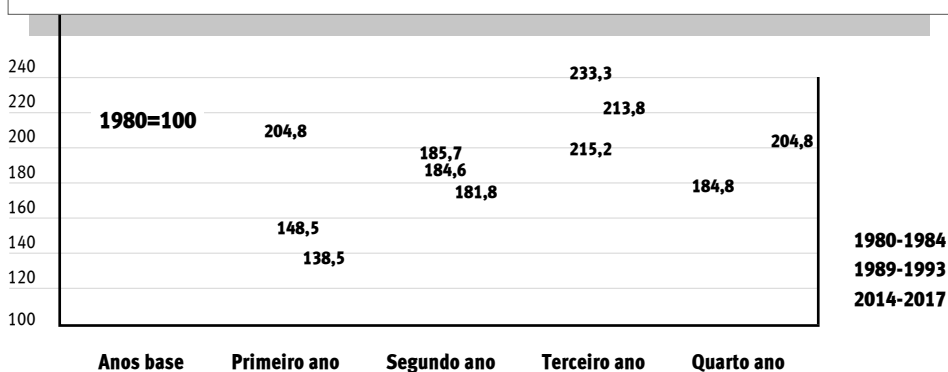
Em síntese, a década perdida de 1980 permitiu a entrada de um novo ator político representado pela classe trabalhadora, com significativa atuação do novo sindicalismo e o inédito crescimento do Partido dos Trabalhadores. A atuação

das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) mostrava importantes avanços na organização das populações de periferias.

Durante a recessão de 1990 a 1992, muito ligada à política do governo Collor de inserir a economia brasileira na globalização neoliberal, a destruição dos postos de trabalho produziu mais desemprego, pobreza e desigualdade, concomitantemente com novo salto na ascensão do movimento social e trabalhista. O fortalecimento da atuação juvenil e estudantil se mostrou significativa, bem como a luta contra o receituário neoliberal por forças progressistas aliadas à gradual formação de uma aliança política mais alargada.

Com isso, a demissão em massa de assalariados situados em postos de trabalho intermediários na estrutura ocupacional das empresas, bem como de empregados em firmas privatizadas, fortaleceu manifestação de determinados segmentos sociais, desde trabalhadores sem-terra a trabalhadores situados em níveis médios de rendimento. A recuperação econômica verificada a partir de 1993 não se mostrou sustentável no tempo, tendo em vista as restrições desfavoráveis impostas pelo Plano Real, o que terminou levando ao quadro de estagnação da renda por habitante ao longo da década de 1990.

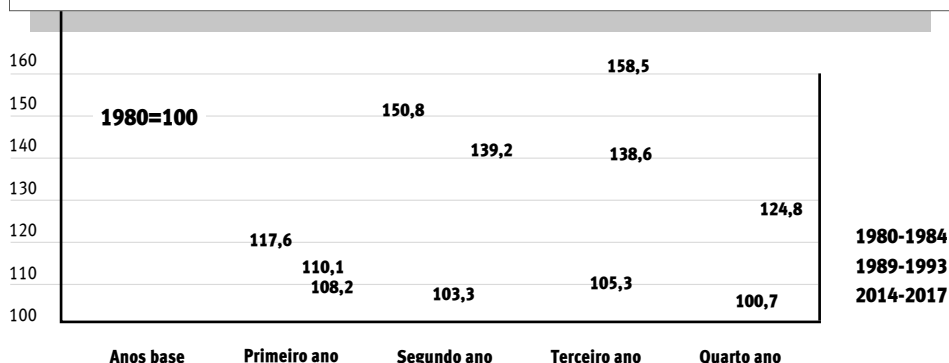
Gráfico 15 Brasil: índice de evolução da taxa de desemprego nas três principais recessões



Fonte: IBGE (elaboração própria).

No caso da recessão instaurada desde 2015, o contexto da grave crise internacional terminou por impor forte restrição à economia brasileira, que havia resistido por decisões anticíclicas já adotadas em 2008. Com isso, a trajetória de queda na produção e no nível de emprego tendeu a repetir o mesmo movimento para as variáveis sociais, conforme verificado em outras oportunidades, com desemprego, pobreza e desigualdade de renda.

Gráfico 16 Brasil: índice de evolução da taxa de pobreza nas três principais recessões



Fonte: IBGE (elaboração própria).

Recessão e mudança social

O quadro de polarização social aprofundou-se com a recessão desencadeada desde o ano 2015. De um lado, a degradação da estrutura social herdada da industrialização fordista tem se expressado tanto pela desconstituição de ampla parcela da classe média assalariada quanto pelo fortalecimento de um novo segmento de precariados no interior do conjunto da classe trabalhadora, no segmento que alguns têm denominado de “nova classe média”.

De outro lado, a tendência da concentração dos ganhos econômicos gerados pela dominância financeira na acumulação capitalista aponta fundamentalmente para uma contida parcela de privilegiados. Essa classe de padrão global tende a deter mais riqueza acumulada do que a somatória de todo o conjunto dos brasileiros.

Nessa regressão econômica e social desencadeada pela recessão, assiste-se à implementação de uma segunda geração das políticas de corte neoliberal baseada em novo padrão de superexploração da classe trabalhadora. Por conseguinte, registra-se um movimento maior de desestruturação da sociedade salarial, especialmente daquela conformada pela expectativa da medianização interclassista, ou seja, aproximação da base com o cume da estrutura social.

Como resultado, assiste-se, atualmente, à transição das tradicionais classes médias assalariadas e de trabalhadores industriais para o inédito e extensivo precariado. Essa polarização social é permeada pelo espontaneísmo e pela rejeição de formas organizativas clássicas, adotando características próximas do anarquismo. Concomitante com as novas tecnologias de informação e comunicação, as mobilizações sociais e trabalhistas transcorrem acima da setorialização e frag-

mentação da tradicional organização sindical, o que gera estranhamento e distanciamento entre as estruturas existentes e as formas de mobilização espontâneas.

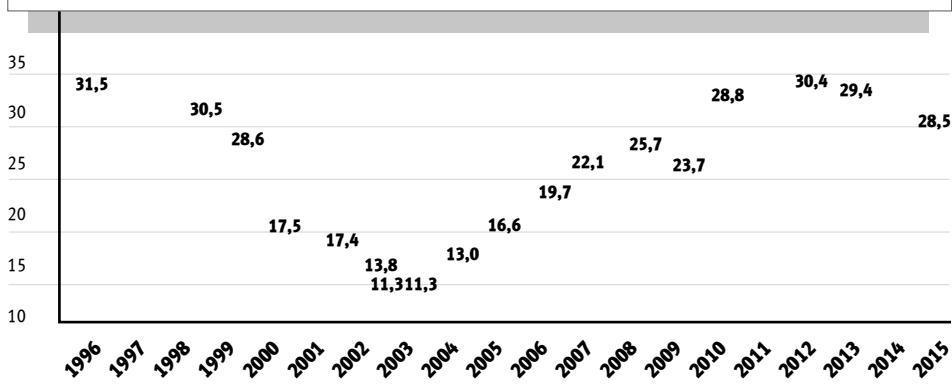
O vazio proporcionado pela desindustrialização vem sendo ocupado pela chamada sociedade de serviço, o que constitui, nesse sentido, uma nova perspectiva de mudança estrutural no mundo do trabalho. Com o esvaziamento da regulação social e trabalhista, as promessas de modernidade trazidas pelo receituário neoliberal constituem o novo padrão de superexploração do trabalho, em que o predomínio de baixos rendimentos tem sido marcante, especialmente quando comparado com o custo do trabalho em outros países, como os Estados Unidos e China.

Mesmo pela pontual expansão dos setores agrários e de exportação, percebe-se o sentido de Brasil que emerge dessa grave recessão. Sem poder contar com as forças do seu mercado interno, mutiladas pela condução da política econômica do governo Temer, sobressaem os múltiplos e individualizados interesses regionais em conexão cada vez maior com o exterior, o que termina por reconstituir a velha figura do arquipélago de regiões sem a existência de um centro dinâmico e integrador do nacional.

Consequentemente, não causa estranheza reconhecer que nos dias de hoje os ricos e privilegiados miram-se cada vez mais no exterior. Tem sido comum, por exemplo, empresários, ministros de Estado e até presidentes do Banco Central continuar a receber suas remunerações no Brasil, embora mantenham suas famílias no exterior.

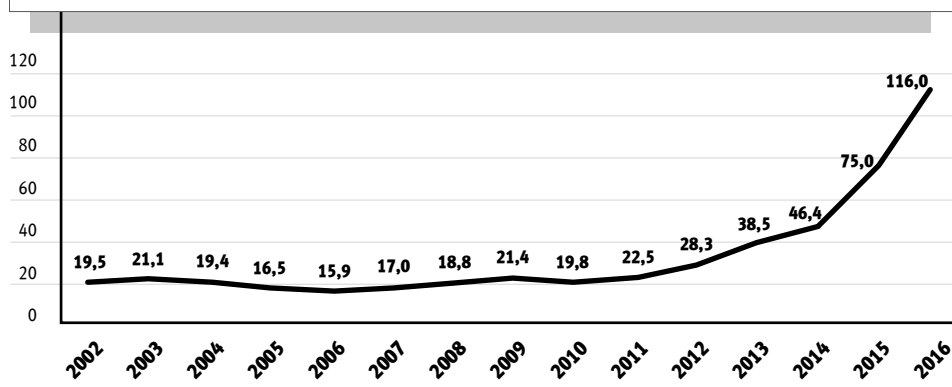
O autoexílio dos interesses da nação que se fortalece pelo insulamento de vontades individuais rebaixadas e pelas posições egoístas do rentismo financeiro encontra, em contrapartida, a construção de práticas alternativas por novos seg-

Gráfico 17 Evolução do custo do trabalho em dólar, na indústria da transformação no Brasil em relação ao dos EUA (em %)



Fonte: BLS/EUA (elaboração própria).

Gráfico 18 **Evolução do custo do trabalho em dólar, na indústria da transformação na China em relação ao do Brasil** (em %)



Fonte: BLS/EUA (elaboração própria).

mentos sociais. A confiança na mudança social decorre da forma diferente de assumir riscos e se organizar por valores de envolvimento e identidades que rejeitam a cultura convencional. Com a percepção de que o futuro está fora do controle de curto prazo, a experimentação de práticas alternativas aponta para a sucessão de dinâmicas diferentes de organização da atuação política tradicional. Pela cultura de atuação em rede, parcela crescente da classe de trabalhadores de serviços projeta cada vez mais um horizonte de mudanças sociais não mais estruturadas pela hierarquia de comando e a unidade de ação política.

Ascensão da classe trabalhadora de serviços

A partir do final do século XIX, quando a antiga e longeva sociedade agrária escravista foi substituída pela emergência da nova sociedade capitalista no Brasil, a classe trabalhadora experimentou três significativas fases de desenvolvimento. Para cada uma dessas fases, o padrão de organização e luta dos trabalhadores se apresentou de maneira distinta.

Podemos analisar diferentes formas de lutas da classe trabalhadora dentro da perspectiva histórica, a partir de um registro forte: um século de greve geral. Assim como nossa primeira greve geral (1917) esteve condicionada pela estreiteza do mercado de trabalho urbano, pela dominante presença de trabalhadores imigrantes e pelas características regionais, as greves gerais de 2017 percorreram as limitações impostas pelo movimento da desestruturação do mercado nacional de trabalho.

A partir desses paralelos e contrastes, o presente texto procura contribuir para

o melhor entendimento do período de um século de greves gerais no Brasil desenvolvendo dois argumentos. O primeiro deles trata das distintas fases do desenvolvimento da classe trabalhadora e o segundo identifica os diferentes padrões de organização e luta dos trabalhadores.

Fases do desenvolvimento da classe trabalhadora

Desde o ingresso no modo de produção capitalista, a classe trabalhadora apresentou três fases distintas no seu desenvolvimento. A primeira fase foi associada à formação da classe trabalhadora entre a passagem para o capitalismo no final do século XIX e a Revolução de 1930. A segunda fase foi estabelecida na estruturação da classe trabalhadora desde a dominância da sociedade urbano industrial entre as décadas de 1930 e 1980.

A terceira fase se desenvolve com a emergência da classe trabalhadora de serviços a partir do final do século XX. Pela força da desindustrialização precoce, o avanço das ocupações ocorre condicionado pelo setor terciário da economia nacional, gerador do novo e heterogêneo precariado brasileiro.

A classe trabalhadora em formação

Por quase quatro séculos a sociedade agrária brasileira conviveu com o anacronismo no uso do trabalho forçado, com as téticas condições de vida dos escravos. Jornadas de trabalho extremamente longas e a expectativa média de vida inferior a quarenta anos conformaram uma sociedade de extremos, condicionada pela elite aristocrática dominante diante de uma verdadeira massa de miseráveis.

A predominância de regimes políticos não democráticos, geralmente conduzidos pelo conservadorismo autoritário, impossibilitou a existência de qualquer avanço na regulação social e trabalhista. Exemplo disso foi a longa transição do trabalho escravo, uma vez que o Brasil foi um dos poucos países com passado escravista que alçou a condição da independência nacional (1822) sem romper com o trabalho forçado.

Na realidade, o trabalho escravo demorou 66 anos após a independência nacional para se tornar ilegal, posto à preferência da rotina de negociações graduais e pontuais. A passagem gradual inicia em 1850 com o fim do tráfico negreiro (lei Eusébio de Queirós)⁴⁰, posteriormente sucedido pela introdução de legislação esparsa na contenção do uso da mão de obra escrava, como as leis do Ventre Livre, em 1871, e dos Sexagenários (Lei 3270), em 1885.

40 A Lei nº 581 foi promulgada em 4 de setembro de 1850, por Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868) – durante o império de D. Pedro II –, visava a proibição do tráfico de escravos.

Com a abolição da escravatura a partir de 1888, a classe trabalhadora em formação alcança o final da década de 1920 sem ter a dimensão nacional, operando em organizações de base local, na maior parte das vezes isolada e muito diferenciada, quase como uma extensão do período pré-abolicionista. Mesmo com a baixa integração dos ex-escravos, a classe trabalhadora em formação foi marcada por grande excedente de força de trabalho, considerando-se a atração de significativas levadas de migrantes estrangeiros a ocuparem as principais vagas existentes no interior do mercado de trabalho.

A estruturação da classe trabalhadora

A classe trabalhadora se apresenta cada vez mais com dimensão nacional a partir do ciclo de industrialização transcorrido entre as décadas de 1930 e 1980. Diante da expansão do emprego assalariado regular e regulamentado e a redução do desemprego, das ocupações sem registro, dos sem remuneração e dos trabalhadores por conta própria, consolida-se a classe trabalhadora em plena dominância da sociedade urbana e industrial.

Para uma taxa média anual de expansão da população economicamente ativa de 2,6% entre 1940 e 1980, o emprego assalariado com registro cresceu 6,2%. No mesmo período, o emprego assalariado total cresceu a uma taxa média anual de 3,6% e o emprego sem registro, a uma taxa de 0,6%, enquanto o desemprego variou 0,5%, as ocupações por conta própria, 1,8%, e as ocupações sem remuneração, 0,6%.

A comparação entre os anos 1940 e 1980 permite ainda observar que, de cada dez ocupações geradas, quase oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem. As ocupações por conta própria, os trabalhadores sem remuneração e os empregadores representavam apenas 20% do total dos postos de trabalho criados no mesmo período.

Por força da implementação e consolidação da indústria nacional e da institucionalização das relações de trabalho, pelas normas legais difundidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tornou-se possível constatar a evolução, ainda que incompleta, da estruturação da classe trabalhadora. A dinâmica da industrialização orientada por políticas macroeconômicas comprometidas com o aumento da produção nacional favoreceu continuamente o acréscimo de ocupações, crescimento capaz de apontar para a consolidação de uma ampla sociedade salarial, no mesmo sentido dos países desenvolvidos.

Apesar dos sinais incontestes de estruturação da classe trabalhadora ao longo do tempo, não houve a esperada homogeneização nos mesmos níveis constatados nos países desenvolvidos. O sentido de consolidação dos empregos regulares com registro e uma taxa maior de assalariamento, ainda que permanecessem proble-

mas tradicionais do mercado de trabalho em economias subdesenvolvidas, como informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos.

A nova classe trabalhadora de serviços

Como indicamos anteriormente, a crise da dívida externa e o colapso no padrão de financiamento da economia nacional facilitou a adoção de programas de ajuste de forte impacto na retomada do crescimento. Com economia praticamente estagnada, oscilante e submetida a altas taxas de inflação, a própria estruturação da classe trabalhadora foi comprometida. Na década de 1990, com as reformas neoliberais, a chamada desindustrialização se alastrou - e houve uma grande tendência à terciarização, isto é, ao crescimento de um novo contingente de trabalhadores alocados em empresas prestadoras de serviços, principalmente em pequenos negócios.

No final do século XX, tal realidade evidenciava um indicador claro: quase 80% das novas vagas estavam no setor terciário. E dois terços das novas ocupações eram criadas em estabelecimentos de menos de dez empregados.

Esse contingente de trabalhadores não é homogêneo. Destacam-se, por um lado, aquelas atividades que podemos chamar de “estratégias de sobrevivência”. Por outro, ocupações tecnologicamente avançadas, vendendo “tarefas” para grandes empresas nacionais e internacionais. Em geral, contudo, para além dessa heterogeneidade, o traço comum é uma enorme vulnerabilidade, um grande conjunto de ocupações inseguras e de baixa remuneração.

O ciclo da industrialização se desmanchava, as formas de regulação ligadas ao fordismo se debilitavam. As reformas neoliberais avançam e tornam mais inseguras, também, as tradicionais classes médias assalariadas, além dos trabalhadores industriais. Por outro lado, a polarização social faz florescer o que se tem chamado de novo precariado, mais avesso às antigas formas de associação (como os sindicatos) e mais simpático a movimentos espontâneos que lembram a tradição libertária anarquista.

Padrão de organização e luta dos trabalhadores

Para cada uma das fases do desenvolvimento da classe trabalhadora pode-se identificar a presença de distintos padrões de organização e lutas. Na realidade, verifica-se a presença de formas heterogêneas que tendem a refletir o perfil da própria classe trabalhadora e as condições de exploração em que se encontra submetidas pelo capitalismo brasileiro, conforme apresentado a seguir.

Padrão anarquista

Na fase de formação da classe trabalhadora, a imigração europeia foi a grande responsável pela ocupação dos postos de trabalho até então existentes, uma vez que predominou o bloqueio da oligarquia agrária à inclusão do ex-escravo na condição de assalariado. Com isso, o padrão de organização e lutas dos trabalhadores difundiu-se pelos ideais anarquistas consistentes com os lemas liberais europeus de liberdade, igualdade e fraternidade.

Pela presença ínfima de indústrias e ocupações urbanas, o mercado de trabalho era totalmente desregulado e sedimentado regionalmente. Ademais, com a ausência de negociações coletivas de trabalho, as lutas operárias demarcadas por certo espontaneísmo eram fortemente reprimidas pela força policial.

Nessas circunstâncias, as lutas sociais cresciam no início do século XX assentadas na defesa da regulação pública do trabalho que implantasse um limite mínimo ao grau de exploração da força de trabalho (jornada máxima de trabalho, proibição ao trabalho do menor, salário-mínimo, entre outros). Também ganhou apelo organizativo entre a classe trabalhadora em formação, a luta contra a opressão do elevado custo de vida em meio às péssimas condições de vida nas cidades em expansão, sobretudo no ambiente da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Exemplo disso pode-se verificar que para a elevação do custo de vida em 189% entre os anos de 1914 e 1923, o salário médio foi corrigido em 71%, significando a queda no seu poder aquisitivo em 62%. Enquanto a cesta básica de uma família operária composta por quatro pessoas atingia o valor total de 207 mil réis, o rendimento médio do operário mal alcançava a quantia de 100 mil réis mensais.

O acontecimento da Greve Geral em 1917 foi um marco histórico na formação da classe trabalhadora enquanto padrão de organização e lutas durante o auge do anarquismo brasileiro. Diante das características do movimento social da espontaneidade, com manifestações explosivas frente à carestia e às reivindicações por melhora nas condições de trabalho, a atuação dos patrões era quase sempre a de apostar no Estado policial que atuava com violência e sem negociação.

Padrão novo sindicalismo

No ciclo da industrialização nacional, a estruturação da classe trabalhadora foi intermediada pelas especificidades do sistema de regulação pública do trabalho associado ao aparecimento de dois padrões distintos de organização e lutas. O primeiro, mais presente nas décadas de 1930 a 1960, foi demarcado pela proliferação da cultura do dissídio coletivo diante da ausência da grande empresa capitalista e tentativas importantes de incorporar diversas categoriais de trabalhadores a temas mais amplos.

Sem a presença da negociação coletiva de trabalho, a atuação sindical voltava-se às questões gerais como a carestia da vida urbana e a defesa das reformas de base na economia e sociedade. O padrão de greves urbanas, sobretudo nas grandes cidades, não deixava de ser compatível com as lutas desencadeadas no meio rural.

Na década de 1950, por exemplo, a expansão de greves de natureza geral no meio urbano como a dos 300 mil trabalhadores no ano de 1953, a dos 400 mil operários em 1957 e a dos 700 mil empregados em 1963 explicitou a integração de diversas categorias não apenas do setor industrial em função da defasagem dos salários em relação ao aumento do custo da vida urbana. Mas também no meio rural, as reivindicações por salários atrasados e demais condições de trabalho ultrapassadas foram responsáveis por quase 100 greves realizadas em fazendas como na cana-de-açúcar, café, cacau, entre outras, indicando o grau crescente de organização e lutas dos trabalhadores rurais que já contavam em 1959 com 122 organizações presentes em 17 estados da federação.

O segundo padrão de organização de luta pode ser percebido mediante a difusão da grande empresa no Brasil, especialmente a partir do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando as questões de ordem interna tenderam a assumir maior relevância. Entre 1954 e 1959, por exemplo, as greves realizadas por empresas representavam um terço do total realizado, ao passo que de 1960 a 1964, a metade das greves contabilizadas ocorreram por empresa.

Mesmo no ambiente da ditadura militar (1964-1985), com forte repressão e autoritarismo, as greves não deixaram de ocorrer. No ano de 1968, por exemplo, a sucessão de paralizações tanto em Minas Gerais (Acesita, Belgo-Mineira, Mannesman, entre outras) como na cidade paulista de Osasco (Cobrasma, Lonaflex, Barreto Keller, Granada Fábrica de Fósforos e Osram) reafirmaram o padrão de organização e lutas decorrente da estruturação da classe trabalhadora industrial. Dez anos depois, com o novo ciclo de greves instaurado a partir das fábricas de caminhões da Saab-Scania no ABC paulista, em 1978, o novo sindicalismo ressuruiu contaminado pelo processo de redemocratização nacional e pela presença da semiestagnação e superinflação.

Padrão híbrido

O esvaziamento do padrão fordista de regulação do trabalho concomitante com o avanço das ocupações de serviços no Brasil aponta para um padrão híbrido de organização e lutas dos trabalhadores. Cada vez mais, a nova classe trabalhadora de serviços torna-se exposta aos experimentos do *uberismo* na organização e remuneração da força de trabalho, o que faz com que a regularidade do assalariamento formal e a garantia dos direitos sociais e trabalhistas tendam a se reduzir drasticamente.

Nessa toada, avançam, por exemplo, os contratos de zero hora, cujo trabalho intermitente permanece ativo aguardando a demanda de sua força de trabalho advinda a qualquer momento. Tudo isso à margem da regulação nacional de trabalho, fruto das reformas neoliberais a condicionar a generalização de novas tecnologias de informação e comunicação em meio ao enorme excedente de mão de obra.

O esfacelamento nas organizações de representação dos interesses do mundo do trabalho fordista (associações, sindicatos e partidos) transcorre mediado pela intensificação do grau de exploração do trabalho. Como os direitos sociais e trabalhistas passam crescentemente a ser tratados pelos empregadores e suas máquinas de agitação e propaganda como um custo (a ser reduzido), a contratação direta, sem direitos sociais e trabalhistas fomenta a competição individual no interior da classe trabalhadora, em favor dos patrões.

Os sindicatos ficam fora da negociação coletiva e com mais restrição ao acesso à regulação pública do trabalho (direitos sociais e trabalhistas). Assim, o esvaziamento da organização se generaliza pela fragmentação da própria base social e territorial. Ao depender cada vez mais do rendimento diretamente recebido, sem a presença do histórico salário indireto (férias, feriado, previdência etc.), as greves dos trabalhadores tendem a seguir o padrão demarcado pela espontaneidade e horizontalidade nas relações de trabalho, o que pode valorizar o retorno de ideais que se assemelham ao velho anarquismo.

Mesmo assim, permanecem as formas de lutas herdadas da fase de predomínio do novo sindicalismo, com a hierarquia e a estruturação das negociações coletivas de trabalho. Por conta disso, as greves gerais do ano de 2017 no Brasil não deixaram de expressar certo padrão híbrido de organização e lutas dos trabalhadores, compatível, inclusive, com as jornadas de mobilização que em 2013 seguiram o processo de “propagação viral” de protestos, conforme também registrado em outros países.

Implicações e características da nova classe trabalhadora de serviços

Sepultado há menos de 100 anos, o liberalismo ressuscitou, modificado, pela via do neoliberalismo. Este, ao se apropriar de parte das críticas ao capitalismo formuladas pelos movimentos sociais de esquerda no final da década de 1960, tornou-se hegemônico desde então. Atualmente, contudo, a ascensão da sociedade pós-industrial traz embutida a proliferação dos movimentos sociais cuja natureza fragmentada prima por adotar características do espontaneísmo e do horizontalismo similares ao antigo anarquismo.

Isso porque a nova classe trabalhadora dos serviços tende a se diferenciar do antigo protagonismo do trabalho material gerador de produção palpável e tan-

gível a partir de um local determinado e submetido à disciplina e à hierarquia superior. Tanto assim que o direito do trabalho e a organização do novo sindicalismo se circunscreveram ao local de trabalho (canteiro de obra, fábrica, fazenda, entre outros). Esta especialização de funções determinadas no espaço físico de realização do trabalho possibilitou ao sindicato concentrar-se nas condições de trabalho e remuneração, enquanto o partido político operava nos temas gerais da sociedade, a associação de bairros no local de moradia, entre outras formas de representação dos interesses sociais.

Na atualidade, a generalização do trabalho imaterial desprovido da produção palpável e tangível, porém cada vez mais responsável pela precificação nos mercados, transcorre diante de contida hierarquia e elevada autodisciplina. Além disso, a presença das tecnologias de comunicação e informação torna o trabalho imaterial portátil e gerador de maior extensão no tempo de trabalho que vai do local específico a outro qualquer, sobretudo em casa.

Essa nova realidade da nova classe trabalhadora encontra-se na maior parte das vezes desconectada das tradicionais instituições de interesses, o que leva a convergir em um único responsável, o Estado. Este arrecada recursos, mas não devolve em direitos e serviços condizentes com as novas demandas da sociedade pós-industrial. Em consequência, assiste-se ao descrédito no Estado, nos políticos, partidos, sindicatos, associações de bairros, entre outras formas de representação especializada da antiga classe trabalhadora industrial. A ascensão das igrejas, sobretudo as neopentecostais, poderia estar a indicar, em contrapartida, a formatação de novas esferas de ação com atenção totalizante e assentada desde a oferta de serviços gerais que instituições tradicionais não proporcionam até a sociabilidade espiritual do saber ouvir, compartilhar e apontar saídas às angústias, desejos, fracassos e sucessos do cotidiano de cada um.

A ação totalizante, aquela que lidava com o trabalhador nas variadas esferas de sua vida, marcou o velho anarquismo, também caracterizado pela forte crítica ao Estado e aos partidos políticos em geral. Não sem motivo, valores e percepções equivalentes foram identificadas pela pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA) recentemente realizada com a classe trabalhadora de serviços situada na periferia paulistana⁴¹, a principal e mais antiga cidade industrial que não mais existe no país.

Nos dias de hoje, a emergência de uma nova classe trabalhadora acontece permeada por especificidades até então pouco conhecidas. No passado, a formação da classe trabalhadora industrial brasileira também havia ocorrido demarcada por singularidades, especialmente se comparada à europeia. Em geral, a transi-

41 Cf.: < <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Pesquisa-Periferia-FPA-040420172.pdf>>.

ção da servidão feudal para a condição de operário industrial significou regressão social, acompanhada do estranhamento e polarização representada por revoltas e construção do novo sindicalismo europeu.

No Brasil saído do trabalho forçado em 1889, a mão de obra que servia à escravidão foi substituída pela imigração branca proveniente de vários países. A exclusão aberta à população trabalhadora brasileira prevaleceu até a década de 1930, quando a lei dos dois terços obrigou as empresas instaladas no país a contratar a mão de obra nacional.

Nesse sentido, a passagem das péssimas condições de vida prevalentes no campo representou certa mobilidade ascensional aos brasileiros que vieram a constituir a classe trabalhadora urbana e industrial. Diante do predomínio de micro e pequenas empresas até a instalação do Plano de Metas de JK (1956-1960), a percepção e valores dos trabalhadores industriais a respeito do conflito capital/trabalho eram contidos, sendo a elevação do custo de vida nas grandes cidades o principal tema de polarização e conflitos grevistas.

Sem a negociação coletiva, dominava a cultura do dissídio protagonizado pela Justiça do Trabalho. Mas com a presença crescente da grande empresa, na segunda metade da década de 1950, o conflito capital trabalho se instalou imediatamente, apontando para as greves e negociações coletivas, embora fossem abandonadas por força do autoritarismo estabelecido pela ditadura militar (1964-1985). Somente na segunda metade da década de 1970, com o processo de abertura democrática, é que o conflito capital-trabalho voltou a ganhar maior relevância.

No final do século XX, com a desindustrialização instalada e o avanço dos serviços, uma nova classe trabalhadora passou a se manifestar diferentemente da percepção e valores dos trabalhadores industriais. Isso porque o salto na condição de miserabilidade desprovida de cultura prévia do emprego regular e remuneração estável prevaleceu como ascensão social para grande parcela dos trabalhadores de serviços que encontrou ocupação nos mais de 22 milhões de empregos gerados entre os anos de 2003 a 2014.

Adiciona-se também que tanto o predomínio de micro e pequenas empresas no setor de serviços, cuja hierarquia e disciplina se distanciam da verificada na grande empresa, como as técnicas mais subjetivas de gestão empresarial tendem a subverter a lógica da relação capital-trabalho. Nos serviços, ainda, a presença sindical, quando não ausente, ocorre de forma distinta dos sindicatos industriais.

Em função de sua natureza distinta, não parece aceitável a simples abordagem comparativa com os trabalhadores industriais, para entender a percepção e valores da nova classe trabalhadora de serviços. De modo similar ao ocorrido no passado, os trabalhadores de serviços parecem possuir características equivalentes àquelas dos imigrantes na década de 1920, em que se destacava a atuação do anarquismo, contrária ao Estado e aos partidos políticos existentes.

A velha luta de classes na nova economia de serviços

Há uns 50 anos, os estudiosos diziam que países subdesenvolvidos eram sociedades com “terciário inchado”. A migração do campo para a cidade não era acompanhada da criação de indústria. Assim, milhões de pessoas se acomodavam em empregos precários e mal pagos no setor de comércio e serviços de baixa qualificação. Enquanto isso, país desenvolvido era país industrializado.

Não durou muito essa estória. No meio dos anos 1970, um escritor conservador dizia que os Estados Unidos — líder e modelo de país industrializado — tinham virado uma sociedade pós-industrial, uma economia de serviços. Só que nessa nova versão, os serviços não eram o lugar do atraso, eram o centro da criatividade, dos empregos em tecnologia e ciência, em planejamento e projeto, em consultoria financeira. Eram o campo daquilo que mais tarde Robert Reich (ex-secretário do Trabalho de Bill Clinton) chamaria de “analistas simbólicos”, os sofisticados e ultramodernos trabalhadores que não produzem objetos, não manuseiam coisas, mas criam símbolos, imagens, conceitos, desenhos, códigos informáticos e descobertas tecnocientíficas.

Mas nada disso escondia a realidade: nos Estados Unidos, modelo de Primeiro Mundo estava-se criando um conjunto de bolsões cada vez maiores de Terceiro Mundo. A coisa iria piorar quando o Segundo Mundo (o bloco socialista) se desagregasse, virando uma selva de desempregados e máfias. Na pátria americana, indústrias se desmanchavam e migravam para países de baixos salários e baixos impostos. Aquilo que ficava dentro do território americano se transformava brutalmente. Os grandes oligopólios verticalizados se desmembravam — terciarizavam atividades, subcontratavam e viabilizavam a criação de um “precariado” cada vez mais vulnerável, além de uma “subclasse” simplesmente miserável. O contingente de necessitados do Food Stamp atingiu o recorde de 50 milhões de indivíduos, mais de 15% da população toda.

Enquanto isso, o mundo sindical derretia. A taxa de sindicalização americana, historicamente baixa, comparada com a Europa, chegara, contudo, a uns 35% nos anos 1950. Caiu para menos de 10% nos anos 2000. As bases dos sindicatos desaparecem, os filiados também.

E o que acontece do lado de baixo, daqueles que estão perdendo essa guerra? Aí existem subculturas diferentes. De um lado a chamada *white working class*, que um dia foi a base social dos sindicatos e do Partido Democrata. Os trabalhadores brancos sentiram o gosto do emprego de longa duração, com benefícios indiretos, plano de saúde e de aposentadoria, ascensão em carreiras longas, agora vivem de “bicos” e expedientes, a carreira e o emprego virou a oportunidade de “tarefas” ocasionais, negociadas individualmente e a cada dia ou semana.

Outra parte da classe trabalhadora abriga aquilo que ainda se costuma chamar de “minorias”. Negros do centro degradado das grandes cidades. Latinos e outros imigrantes pobres. Essa é a massa dos empregos da “economia de serviços” de baixa renda — limpeza, zeladoria, cuidadoras, manutenção de edifícios e estradas, transporte e armazenagem, comércio de rua, quiosques e bodegas. Tradicionalmente imune a sindicatos (e por eles rejeitados), assediados por igrejas evangélicas pentecostais, parecem um reino da alienação e do desespero.

Contudo, aí também há uma crescente fermentação de rebeldia e associativismo. Desenvolve-se nesse terreno um “sindicalismo-movimento social” peculiar. Não mais calcado e organizado a partir da empresa (fabril ou comercial), mas no terreno da moradia — o “barrio”, a *neighborhood*, o gueto. Surgem como movimentos por direitos civis - não ser roubado pelos patrões, ter direito a escola e assistência social, eliminar discriminações de todo tipo.

Manifestam-se por meios diferentes — passeatas, ocupação de prédios e praças públicas. Criam *worker centers* que são uma mistura de local de reunião, centro de serviços de apoio mútuo, centros de cultura. Aqui e ali, firmam acordos com sindicatos tradicionais, quando estes se abrem à iniciativa. A própria central americana, tradicionalmente burocrática e direitista, foi sacudida por transformações sucessivas, desde meados dos anos 1990. Em 2003, lançou um movimento comunitário voltado para esses trabalhadores, majoritariamente informais e imigrantes — o “Working America” (www.workingamerica.org).

Em suma, o tempo não para e a luta de classes segue em frente, apesar da negação de trãnsfugas como os Tony Blair da vida. O empresário Warren Buffet ainda pode dizer que sua classe está vencendo. Está. Mas, aparentemente, aos trancos e barrancos, a nova classe trabalhadora reconhece sua nova identidade, reconstrói suas ferramentas, visualiza um novo horizonte de lutas e conquistas.

Não foram apenas dirigentes políticos que “desistiram” da classe trabalhadora ou decretaram o fim de seu protagonismo político. Nas últimas décadas proliferaram novos “teóricos” da pós-modernidade e das plataformas pós-materialistas.

Alguns foram bem longe, decretando o caráter estrutural e definitivo desse esvaziamento político. Manuel Castells (1997, p. 354-360), por exemplo, no final dos anos 1990, dizia que a “era da informação” tinha colocado em segundo plano os trabalhadores, incapazes de influir sobre o conflito ou coesão social, o cenário político e ideológico. O proletariado não seria mais o “sujeito político” da transformação, uma identidade política capaz de liderar um projeto de sociedade. Para o sociólogo espanhol, os novos movimentos “identitários” e sem definição de classe, eram os novos portadores da mudança, na nova era. Visões como essas se espalharam.

E, no entanto, para incomodar a “teoria”, aqui e ali apareciam sinais do antigo personagem rebelde, que se recusava a assinar seu atestado de óbito. A greve geral dos franceses contra a política de austeridade, na França do meio dos anos 1990, a renovação da central sindical americana (AFL-CIO), depois de décadas de burocratismo conservador, um novo sindicalismo naquele país, o chamado *alt-labor*, baseado em conflitos e não na gestão de acordos de gabinete, alicerçado em trabalhadores negros e latinos, precários e marginalizados pelas velhas estruturas de representação trabalhista.

Será isso apenas um sopro final, a última visita da saúde, precedendo a morte? Ou estamos diante da metamorfose da velha luta de classes, a reaparição da velha toupeira, que durante todo esse tempo cavou seu caminho sob o solo?

Aquilo que se vê nos Estados Unidos talvez seja a reedição da famosa frase de Marx no prefácio de *O Capital*: os países adiantados colocam diante dos atrasados um espelho de seu futuro. Os sindicatos brasileiros — e toda a esquerda — ganhariam muito se observassem como o conflito renasce e se reconfigura, naquele lugar onde o capital firmou seu quartel general.

O sindicato da grande fábrica de automóveis, do petróleo e da química continuará a existir. Não se faz chapa e perfilados de aço em quiosques e microempresas individuais, não se extrai e refina petróleo em fornos domésticos. Mas ao lado desse núcleo capitalista mais formal e concentrado, há todo um mundo de capitalismo selvagem, com trabalhadores fragmentados, amontoados em bairros periféricos, sem direitos, seduzidos por assembleias religiosas, domesticados pela TV, cortejados por demagogos ultraconservadores. Um mundo a roubar das trevas e a conquistar para a luz.

A política da classe trabalhadora: zigue-zagues do passado e horizontes do futuro

Sabe-se bem que os anos 1970, no Brasil, foram anos de chumbo. Ditadura policial, baixo astral, combate nas trevas, sobram imagens para assombrar as lembranças.

As organizações de esquerda tinham sido praticamente dizimadas nos primeiros anos da década. Muito pouco ficara de pé. Muita gente na cadeia, muita gente no exílio, muita gente desaparecida e muita gente numa semiclandestinidadade braba, engatinhando no escuro para tentar a “reconstrução” de algo que sequer tomara forma.

Os sindicatos estavam silenciados por dentro e por fora — não era apenas a polícia que estava em nossos calcanhares, eram os dirigentes policialescos, os colaboradores. Outros movimentos sociais também sofriam.

Contudo, ao longo da década assistimos a uma recomposição de todos esses movimentos e a uma redefinição daquilo que chamávamos de esquerda. Outra esquerda ia nascendo. Aos trancos e barrancos. E aos soluços.

A superfície da política — confrontos parlamentares, disputas eleitorais — mostrava inconsistências e instabilidades. Algumas gangorras. Em 1972, por exemplo, houve uma eleição municipal que foi exibida pela ditadura como uma espécie de plebiscito que a legitimava.

Afinal, a Arena, partido do governo, tinha conseguido cerca de 80% dos votos! Entretanto, apenas dois anos depois, a gangorra mudava: o MDB, partido da oposição consentida, venceu “de lavada”, conseguindo 16 das 22 vagas de senadores em disputa.

Mas, fora dessa superfície, ou debaixo dela, ocorria aquela lenta recomposição do fio vermelho da história. Às vezes ela se refletia timidamente na superfície, no cenário da disputa eleitoral, com os apoios a candidatos “populares”, por exemplo, em 1976 e 1978.

Mas, em geral e nos subterrâneos, ela seguia uma linha de desenvolvimento própria, cinzenta, teimosa, a passos de formiga. Algumas greves selvagens, pontuais, em 1974 e 1975. Manifestações estudantis. Quebradeira de trens. Movimentos populares em bairros periféricos das grandes cidades. Escaramuças no campo.

No ABC paulista, o coração da indústria moderna do país, uma estranha “campanha da reposição” engatinhava, tímida, aparentemente ingênua — colhendo assinaturas para pedir o que a falsificação de índices de inflação tinha comido nos salários. Mas tudo isso era apenas o fermento.

Dois vetores parecem importantes para explicar essa trajetória. Esta imagem é uma simplificação, mas ajuda a explicar aquela conjuntura difícil. Talvez nos ajude a enfrentar outras não menos difíceis.

A vida material e a formação dos comportamentos e hábitos mentais

O primeiro vetor causal talvez se possa chamar de linha mestra da vida material. Também é uma simplificação. E aqui, em especial, fazemos uma descrição limitada a grandes cidades, metrópoles e, a um segmento da vida material, o segmento do trabalho industrial, da classe operária em sentido muito estrito.

A estória é a seguinte. Tome-se como exemplo a indústria automobilista e a rede metalúrgica a ela vinculada. É relevante pelo tamanho e pelo poder simbólico desse segmento, na época. E, mais ainda, seleciono o exemplo da região metropolitana de São Paulo. Esse recorte, porém, me parece inspirador (com alterações, claro) para outros cenários do país.

Nos anos 1970, esse setor produtivo era enorme, influente e diversificado, estratificado. Havia um punhado de montadoras, cinco ou seis. Empregavam uns

100 mil trabalhadores. Mas em torno delas orbitavam milhares de empresas e oficinas, englobando outras centenas de milhares de empregados. No meio da década, na grande São Paulo (Capital, Guarulhos, Osasco, ABC) havia mais de 500 mil metalúrgicos. E isso criava um interessante calendário, quase um ritual de comportamentos e atenções.

Os trabalhadores do ABC tinham contratos de trabalho (acordos coletivos) que venciam em maio. Isto é, deviam ser negociados com a patronal (o famoso Grupo 14 da Fiesp) no primeiro semestre. Assim, depois do carnaval começava uma espécie de rotina de pedagogia política. Uma escola de política a céu aberto. De massa.

O sindicato formava uma “comissão salarial” eleita em assembleia. Ela era incumbida de pesquisar, entre trabalhadores, as expectativas — quais os reajustes, quais as demandas relativas a condições de trabalho. Era também uma ferramenta de agitação — chamar atenção para esses temas, dentro das fábricas — e de sondagem de disposições, isto é, da disposição dos trabalhadores para um eventual confronto.

Nos meses seguintes ocorreriam as assembleias para decisão sobre a pauta reivindicatória e sobre as contrapropostas patronais. Isso mobilizava, em diferentes níveis, mais de cem mil trabalhadores — e, claro, também atraía a atenção de suas famílias, amigos e vizinhos. Hábitos, formas de pensar, escalas de valores, tudo isso girava em torno desse calendário. O que não era pouco.

Quando terminava o ciclo do ABC começava o movimento dos metalúrgicos da capital, com data limite em novembro. Com os mesmos rituais e efeitos, embora mais fragmentado, com muito mais empresas e um número maior de operários, uns 350 mil. Somemos a esse contingente os metalúrgicos de Osasco e Guarulhos.

O segmento metalúrgico era uma referência para outras categorias — trabalhadores da indústria química, plástica, farmacêutica, marcenaria, têxtil e vestuário, alimentícia. A aprendizagem política dos metalúrgicos transbordava para outras categorias.

Além disso, os movimentos dos metalúrgicos catalisavam apoios e estimulavam participação política em diferentes movimentos de bairros operários. Em torno de uma greve surgiam numerosos grupos de apoio.

No primeiro de maio de 1980, por exemplo, se organizou uma marcha de 130 mil pessoas em São Bernardo, no meio de uma greve em que a diretoria do sindicato e os dois níveis do comando de greve tinham sido detidos.

A concentração desafiou a proibição da Polícia Militar (PM) e marchou em direção ao estádio das assembleias, que estava ocupado pela polícia, e ali fez um ato político. Mais da metade daquelas 130 mil eram pessoas que vinham de diferentes cantos, de diferentes categorias e diferentes movimentos sociais.

E esse é apenas um exemplo da “imantação” irradiada pelos movimentos desse segmento sindical, pela sua aprendizagem política. Os peões do ABC tinham se tornado símbolos de uma resistência, de um grito de revolta e solidariedade.

Estou descrevendo, de modo rápido e impressionista, um cenário dos anos 1970. Isso ainda sem a avalanche de “reengenharias” das empresas — com terceirizações, *outsourcing* e *offshore*.

Antes, portanto, da fragmentação dessas macro-categorias em empresas e segmentos bem menores, muitas vezes inclusive rebatizados como “trabalhadores de serviços auxiliares” e não mais como trabalhadores industriais. E essa transformação foi decisiva — sobretudo porque não devidamente percebida e enquadrada, organicamente, pelas direções sindicais, que viam escorrer suas bases.

A mudança dessa “base material” — mesmo que fosse (não era) puramente organizacional, contábil — já era suficiente para desmanchar todo aquele ritual formador de comportamentos, ideias e identidades que descrevemos mais acima.

Nos anos 1980 isso ainda era pouco visível. Na década de 1990 foi brutal. Uma escola de política tinha sido bem debilitada.

Aparatos ideológicos

Para um observador estrangeiro, maio de 1978 talvez mostrasse algo surpreendente. Para muitos de nós, nativos, também. Quase como um raio no céu azul, algumas emissoras de TV mostram cenas de um personagem quase maldito: a classe operária, ou, mais precisamente, o movimento operário.

Apareciam na TV, diante de alguns surpresos telespectadores, antes da novela das oito horas, as cenas de greves em indústrias da Grande São Paulo. Ou de um conflito em eleições para o sindicato metalúrgico da cidade de Osasco — mais tarde, a cena se repetia no sindicato da categoria na capital.

Alguns não se surpreenderiam com os fatos — eu os conhecia bem de perto. A surpresa era chegar à telinha.

Aparentemente, o movimento operário saía das catacumbas. Quase literalmente, porque vivíamos mesmo em catacumbas. Quais catacumbas? Expliquemos, porque nelas nos criamos e elas nos criaram.

Simplificando muito a estória, a esquerda armada foi dizimada em 1971, com alguns focos restantes. A partir daí, um longo caminho de reconstrução foi iniciado.

Não apenas de reconstrução, mas de redefinição. Na maior parte dos grupos, os militantes que ficaram no país e não tinham sido destruídos pela prisão, começaram um giro para o “trabalho de massa”, em fábricas e bairros operários, sobretudo.

Lentamente, isso também chegou nos sindicatos, em que a vigilância policial era muito forte, marcação homem a homem. Essa reorientação, paciente, trabalhosa, teve um associado valioso, determinante na oferta das catacumbas.

Desde o começo dos anos 1960 a Igreja Católica passava por uma transformação, um giro para os segmentos populares, para os pobres. Isto vinha ocorrendo fortemente desde os anos 1960, com João XXIII e o Concílio Vaticano II (1962), o encontro Episcopal de Medellín (1968), o crescimento das comunidades eclesiais de base e as pastorais populares, fenômeno de massa nos anos 1970. Em São Paulo e nas cidades operárias periféricas, dezenas de padres progressistas começavam a fomentar a organização popular. Não apenas os padres operários, aqueles que se integravam nas fábricas, mas aqueles que dirigiam paróquias e capelas nos bairros periféricos.

Era algo essencial, que ia além da logística — locais, aparelhos de impressão (mimeógrafos) — envolvia a comunidade com valores e ideias baseadas em um sentimento genérico de solidariedade dos de baixo, de valores coletivistas. Essa rede dos nossos “padrecos” foi decisiva para a formação de ativistas e militantes, para a disseminação desses movimentos como algo legítimo, “natural” e não como atividade criminosa, carimbo que a ditadura tentou fixar na gente.

Várias vezes, nós dirigíamos a palavra à comunidade para falar de uma campanha salarial, uma greve, uma eleição sindical. Inclusive em missas, naquele momento em que se lia e explicava uma passagem do Evangelho. Muitos fizeram isso mesmo.

A reflexão sobre a vida de Jesus era substituída pela reflexão sobre os outros “filhos de Deus”, os perseguidos e explorados do dia. Nunca será possível exagerar a importância desse componente — em que se soldou a cooperação entre cristãos e comunistas — na reconstrução do movimento operário e popular. E na modelagem da nova esquerda.

É relevante indicar esse vetor até para destacar o que aconteceu quando ele deixou de existir ou perdeu força, no final da década. Em 1979, o novo papa, militantemente reacionário, começou a obra de desconstrução dessa igreja progressista.

A ferro e a fogo. A sementeira de ideias, sentimentos e valores (e de militantes) era atacada em sua raiz. Como a natureza detesta o vácuo, o espaço foi ocupado por outros atores, agora não mais movidos pela Teologia da Libertação, mas pela chamada Teologia da Prosperidade, a versão supostamente religiosa de uma ideologia capitalista extremada, ultraindividualista e ultraconservadora.

Se nós caminhássemos pelos bairros populares, durante os anos 1970, encontraríamos em todos eles uma paróquia ou uma capela — o que para nós, militantes, era um ponto de referência. Quase nenhuma igreja protestante se encontrava, porque as igrejas protestantes eram, naquele momento, as tradicionais igrejas reformadas — metodistas, presbiterianos, anglicanos etc. — e estavam sediadas, em geral, em bairros centrais ou de classe média.

Hoje, nesses mesmos bairros, para uma igreja ou paróquia católica encontramos uma dezena de locais de culto neopentecostais, com uma visão de mundo

bem diferente. Para piorar o quadro, as igrejas do lucro foram à TV. Outra escola de política tinha sido debilitada. Uma outra, bem diferente, fora erguida.

A Teologia da Libertação recua, avança a Teologia da Prosperidade. A opção preferencial pelos pobres dá lugar ao “investimento” na fé: Deus quer ser seu sócio, bote grana, pague o dízimo, obedeça, ele devolve graças. Deus é fiel.

Algumas igrejas pentecostais antigas crescem com essa reformulação, essa modernização – é o caso da Congregação Cristã do Brasil e Assembleias de Deus (fundadas no começo do século XX). Nascem outras, filhas típicas do vácuo e do terremoto das reformas neoliberais, do novo mundo de insegurança e incerteza promovido por tais reformas. Algumas delas são fundadas nessa ocasião, e se massificam.

Entre esses empreendimentos religiosos de grande porte destaca-se a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), capitaneada pelo bispo Edir Macedo e, hoje, a maior e mais emblemática representação do neopentecostalismo conservador. Descendente do neopentecostalismo norte-americano, essa vertente originou-se em um pequeno galpão num bairro do Rio de Janeiro, em 1977. Em 1985 alcançava já duas centenas de templos, em 15 estados do país. Em 1989, possuía milhares de centros e comprava a Rede Record, uma poderosa rede de rádio e TV, de âmbito nacional.

A IURD foi logo ladeada por um conjunto significativo de “coirmãs” e concorrentes dentro do mesmo segmento do mercado de almas. Algumas delas eram dissidências que haviam rompido com a liderança de Edir Macedo. Foi assim que nasceu a Igreja Internacional da Graça de Deus (pastor R.R. Soares – cunhado de Edir), fundada em 1980 e “vanguarda” na organização de sistemas de televangelismo. Depois veio a Igreja Mundial do Poder de Deus, capitaneada por Waldemiro Santiago (discípulo de Edir), fundada em 1998.

As denominações se multiplicaram, ramificaram, diversificaram. Reportagem de Marcos Grilo em *O Globo* mostra que “de janeiro de 2010 a fevereiro de 2017, 67.951 entidades se registraram na Receita Federal sob a rubrica de organizações religiosas ou filosóficas, uma média de 25 por dia”. Todas, quase sem exceção, mimetizavam o televangelismo norte-americano – e com ele mantinham relações de cooperação e intercâmbio. O neoconservadorismo da Teologia da Prosperidade, baseada no empreendedorismo individualista, começava a criar o solo ideológico para confrontar a Teologia da Libertação, coletivista e solidarista. O televangelismo vai bem além da compra da Record pela IURD. Muitos dos pastores se tornam proprietários de rádios. Algumas emissoras de rádio e TV vendem horários para as igrejas em escala cada vez mais ampla. Há quem diga que isso, hoje, praticamente garante a sobrevivência de algumas das emissoras.

Mas um cuidado deve-se tomar na caracterização dos templos: a igreja, tanto num quanto no outro caso, era mais do que um lugar de encontro com a religio-

sidade. Era uma referência essencial para milhões de indivíduos lançados em diferentes turbilhões sociais. Um desses turbilhões foi o processo de urbanização e migrações aceleradas nos anos do ‘desenvolvimentismo’, incluindo o desenvolvimentismo militar do milagre econômico.

Outro turbilhão foi aquele do desmanche desse desenvolvimentismo e a avalanche das reformas neoliberais. As igrejas do ‘empreendedorismo’ não são apenas centros de difusão de crenças — são, para seus fiéis, pontos essenciais de redes de acolhimento, convivência e segurança social. É na igreja que muitas vezes esses cidadãos desestabilizados encontram redes sociais de socorro e orientação. E as igrejas investem nessa estratégia de aproximação de captura das almas.

A igreja entrou na política? Não, ela sempre esteve aí, de um modo ou de outro. Mudou o jeito ou a visão dominante.

Em 1979, a editora Brasiliense publicava um livro de Marcio Moreira Alves chamado *A Igreja e a Política no Brasil*, com prefácio de Frei Betto, expoente da chamada Teologia da Libertação no Brasil. O termo “igreja”, nesse estudo, significava, estritamente, Igreja Católica Apostólica Romana — e isso não suscitava qualquer estranhamento. Na bibliografia e documentação, a simples referência ao protestantismo aparecia em apenas dois estudos não publicados — e, mesmo assim, diziam respeito ao protestantismo dito *mainstream*.

Atualmente, qualquer estudo que tivesse título similar faria o leitor — mesmo o escassamente informado — pensar em outra direção: a avalanche neopentecostal, com a famosa “bancada da Bíblia” no Congresso Nacional. A data de publicação do livro não podia ser mais simbólica. Em torno das igrejazinhas de bairros populares, nos anos 1970, haviam crescido variados movimentos e grupos: pastoral operária, pastoral da saúde, clubes de mães da periferia, grupos de jovens, comunidades eclesiais de base e assim por diante. Essa seria a cimenteira de grande parte dos fundadores do futuro Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no início dos anos 1980.

Se o mesmo observador voltar hoje aos mesmos bairros, ali encontrará numerosos templos evangélicos neopentecostais, redirigindo os desesperos e esperanças da classe trabalhadora reconfigurada e fragmentada pelas reformas macroeconômicas neoliberais e pela reengenharia das empresas. E encontrará outra cimenteira, agora de candidatos ultraliberais, neoconservadores. Uma eventual e elementar consciência de classe transformou-se em ressentimento de classe.

O que se deve extrair dessa parábola histórica?

A classe trabalhadora mudou bastante e em pouco tempo. Também se transformou o ambiente em que ela se encontrava e no qual formava sentimentos

e juízos. Estas reflexões não devem estimular a ideia vã de reconstruir os mesmos castelos e trilhar os mesmos caminhos. Os tempos são outros.

Essa memória histórica deve ser estímulo para pensar os equivalentes funcionais dessas trincheiras que perdemos. Ferramentas novas, em situações novas, para enfrentar problemas quem sabe semelhantes, mas não iguais.

Aquelas formas de organização e mobilização desse passado recente respondiam a necessidades fortes, imperativas. Eram em boa parte inventadas em cima da hora, com grande dose de espontaneísmo.

Mas também refletia planejamento, experiência anterior, memória de uma classe que vem de longe. Revisitar essa história ajuda a melhorar a construção deliberada, a construção consciente. Apostar na pura espontaneidade não é apenas arriscado, é irresponsável. Essa memória deve servir para gerar algo mais do que nostalgia, que é, afinal, inevitável para aqueles que passaram 20 anos esperando o alvorecer e agora enfrentam outra noite de ignorada duração.

Para aqueles que virão, como dizia o poeta, pensem em nós e em nossos erros com alguma compreensão. Mas não cultuem nossos erros. Nem imaginem urgentes que precisam “copiar” o que deu certo. O mundo mudou.

Considerações

Um dos principais dínamos da mudança social brasileira é o acirramento da correlação de forças políticas provocado pela gravidade das recessões. Justamente após cada experiência de regressão na economia nacional, como observamos no início de 1980 e de 1990, assistiu-se, não apenas a queda do governo de plantão, como o salto ascensional do movimento social e trabalhista.

Nesse sentido, o grave encolhimento no nível atual de produção no país tem sido acompanhado do crescente desemprego e empobrecimento da população. Concomitantemente, constata-se nas manifestações sociais a presença de novas práticas de atuação política, cada vez mais frequentes no interior do novo segmento de trabalhadores de serviços, possivelmente protagonista das mudanças sociais que se avizinham.

Desde 2016, com a ascensão do governo Michel Temer, o Brasil passou a conviver com sinais importantes de esgotamento do ciclo político da Nova República. Com isso, o padrão de políticas públicas constituído nas últimas três décadas de experimentação democrática aponta para uma profunda inflexão impulsionada pelo retorno do receituário neoliberal ao país.

Nas páginas anteriores, concedemos especial atenção aos determinantes principais da ação do Estado no capitalismo brasileiro, com o intuito de oferecer uma interpretação ensaísta a respeito do atual movimento de inflexão no conjunto

das políticas públicas. As três características essenciais do padrão de políticas públicas constituído na Nova República foram destacadas, servindo de referência à identificação das alterações implementadas pelo governo Temer.

Nesse sentido, a perspectiva de encerramento do ciclo político da Nova República, com a ascensão do novo projeto de características iniciais gerais assentadas no conservadorismo, classismo e autoritarismo. Além disso, constatou-se também que a inflexão alcançou as relações internacionais, com o realinhamento brasileiro à atual onda de globalização.

Referências bibliográficas

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES M. M. *A igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AMORIM, R. *et alii Os trabalhadores*. V. II. São Paulo: Cortez, 2008.
- AMORIN, C. Por uma política externa ativa e solidária. In: SADER, E. (org.) *O Brasil que queremos*. Rio de Janeiro: LPP/UFRJ, 2016.
- ANDERSON, P Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, D. *Capitalismo e desigualdade*. Campinas: IE/Unicamp, 2011.
- ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARRETICHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil. In: *São Paulo em perspectiva*, 18 (2): 17-26, 2004.
- AURELIANO, L.; DRAIBE, S. A especificidade do Welfare State brasileiro. In: *A política social em tempo de crise*. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.
- BAER, W. *et al Considerações sobre o capitalismo estatal no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: IPEA. 6 (3): 726, dez, 1976.
- BAGEANT, Joe - *Deer Hunting with Jesus: Dispatches from America's Class War*, Broadway Books, 2008).
- BARBOSA, A. *A formação do mercado de trabalho no Brasil* Campinas: IE/Unicamp, 2003.
- BARBOSA, N. ; SOUZA, J. A inflexão do governo Lula. In: GARCIA, M. & SADER, E. (orgs.) *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BATALHA, C. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- BEIGUELMAN, P. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BELL, Daniel - *The Coming of Post-Industrial Society - A Venture in Social Forecasting*, Basic Books, 1973
- BELLUZZO, L. ; ALMEIDA, J. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2002.
- BELLUZZO, L. Abertura financeira, política industrial e crescimento. In: SADER, E. (org.) *O Brasil que queremos*. Rio de Janeiro: LPP/UFRJ, 2016.

- BLUESTONE, B. e B. HARRISON. *The de-industrialization of America*, de. New York: Basic Books, 1982.
- BLUESTONE, B. e B. HARRISON. *The Great U-Turn: Corporate Restructuring and the Polarizing of America*, Basic Books, 1988.
- BOLTANSKI, L. ; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2009.
- BOSCHI, E ; CERQUEIRA, D. *Burocracia, clientela e relações de poder*. Rio de Janeiro: Luperj, 1978.
- BOURDIEU, P. *La distinción*. Madrid: Taurus, 1988.
- BRAGA, R. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRONFENBRENNER, K. e outros (eds). *Organizing to Win - New Research on Union Strategies*, Cornell University Press, Ithaca, 1998.
- BROWN, M. *A economia política do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BRYMAN, A. *Research methods and organization studies*. Routledge. London, 1989.
- BUKHARIN, N. *A Economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: N. Cultural, 1984.
- CALLAGHAN, John; S. FIELDING; e S. LUDLAM (eds.). *Interpreting the Labour Party - Approaches to Labour politics and history*, Manchester University Press, 2003
- CAMPELO, T. A política de combate à pobreza que queremos. In: SADER, E. (org.) *O Brasil que queremos*. Rio de Janeiro: LPP/UFRJ, 2016.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. São Paulo: Global, 1985.
- CARDOSO JR., J. *A Constituição Brasileira de 1988 Revisada*. v. 1. Brasília: Ipea, 2009.
- CARDOSO, A. *Trabalhar, verbo transitivo*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- CARVALHO, J. *Cidadania no Brasil*. 11ª ed. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2008.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, J. *et al. Gasto Social Federal e política macroeconômica*. Brasília: IPEA, 2008.
- CHESNAY, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COATES, D. *Models of capitalism*. Oxford: Polity Press, 2000.
- COCCO, G. *et ai Empresários e empregos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COLLOVALD, A. *Le Populisme du FN - un dangereux contresens*, Éditions du Croquant, Brissieux, 2004
- CÓRDOBA, E. Del empleo total al trabajo atípico. In: *Revista Internacional del Trabajo*, Genebra, OIT, v. 105, n. 4, oct.-dic. 1986.
- CORREIA, A. *A flexibilidade nas empresas*. Lisboa: Sílabo, 2003.
- CROMPTON, L. *et al. Changing forms of employment*. London, Routledge, 1996.
- CUNHA, L *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: FA, 1980.
- DAIN, S. *O financiamento público na perspectiva da política social*. Economia e Sociedade. Campinas, n. 17, p. 113-140, dez, 2001.
- DAU, D. et al (Orgs.) *Terceirização no Brasil*. São Paulo: AnnaBlume/CUT, 2009.
- DAVIS, G. F. *Managed by the markets: How Finance Re-Shaped America*, Oxford University Press; 2009.
- DAVIS, G. F. - *The vanishing american corporation: Navigating the Hazards of a New Economy* [Berrett-Koehler Publishers. 2016).

- DELGADO, L. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DICKENS, W. & LANG, K. *Labor Market Segmentation Theory: Reconsidering Evidence*. Nber/WP, 4087, 1992.
- DIEESE *Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho*. São Paulo: DIEESE, 2011.
- DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- DION, Jack – *Le Mépris du Peuple – comment l’oligarchie a pris la société en otage*, Éditions Les Liens Qui Libèrent, Paris, 2015
- DOERING, P. & PIORE, M. *Internal Labor Market and Manpower Analyses*. Lexington: MUP, 1972.
- DRAIBE, S. M. *O sistema de proteção social e suas transformações recentes*. Reformas de Políticas Públicas. n. 14. Santiago do Chile: CEPAL, 1993.
- DRAU, T. *Sleeping Giant: How the New Working Class Will Transform America* (ed. Doubleday, 2016
- DREIFUSS, R. *Transformações*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DRUCK, G. & FRANCO, T. (Orgs.) *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DUCATTE, J. *Après la crise-entreprise post-taylorienne*. Paris: D’Organisation, 1995
- DULCI, L. *Participação e mudança social no governo Lula*. In: GARCIA, M. & SADER, E. (orgs.) *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Boitempo, 2010.
- DULLES, J. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- DUNLOP, J. & HIGGINS, B. *Bargaining Power and Market Structures*. *Journal of Political Economy*. Vol. 50. Pp. 1 – 26, 1942.
- EAGLETON, T. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- EDWARDS, R. *et al Labor Market Segmentation*. Lexington: KCHC, 1975.
- EGLER, T. & SMITH, C. *Global Japanization? The transnational transformation of the Labour process*. London: Routledge, 1994.
- ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: PUP, 1990.
- EVANS, G. e J. TILLEY. *The New Politics of Class - The Political Exclusion of the British Working Class*, Oxford University Press, 2017.
- FAGNANI, E. *Política social no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 2005.
- FANTASIA, R. e K. VOSS. *Hard work: remaking the American labor movements*, University of California Press, Berkeley, 2004.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERREIRA, M. *O Estado brasileiro*. São Paulo: PUC/SP, 2007.
- FINE, J. *Worker Centers - Organizing Communities at the Edge of the Dream*, Cornell University Press, Ithaca, 2006.
- FIORI, J. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (org.) *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- FLETCHER Jr., B. e F. GAPASIN. *Solidarity Divided: The crisis in organized labor and a new path toward social justice*. University of California Press, Berkeley, 2008.
- FREIDEN, J. *Capitalismo global*. Madrid: M. Crítica, 2007.

- GARCIA, M. Dez anos de política externa. In: SADER, E. (org.) *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- GARCIA, M. *O lugar do Brasil no mundo*. In: GARCIA, M. & SADER, E. (orgs.) *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Boitempo, 2010.
- GASPARINI, G. (org) *La Flexibilité en Italie*. Paris: Syros:Alternatives, 1989.
- GENTIL, D. *A Política fiscal e a falsa crise da Seguridade Social brasileira*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2006.
- GEST, J. *The New Minority: White Working Class Politics in an Age of Immigration and Inequality* (Oxford University Press, 2016).
- GLATTFELDER, J. *Decoding Complexity: Uncovering Patterns in Economic Networks*. Switzerland: Springer, 2013.
- GOODLIFE, G. *The Resurgence of the Radical Right in France - From Boulangisme to the Front National*, Cambridge University Press, New York, 2012
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense, 1982
- GOUCH, I. *The political economy on the welfare state*. London: Macmillan, 1979.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GUIMARÃES, S. *500 anos de Periferia – Uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.
- HACKER, J. *The Great Risk Shift: The New Economic Insecurity and the Decline of the American*
- HACKER, J. S. *The Divided Welfare State – the Battle over Public and Private Social Benefits in the United States*, Cambridge University Press, NY, 2002;
- HARDT, M.; NEGRI. *A. Empire*. Cambridge: HUP, 2000.
- HARRISON, B. *Lean And Mean: The Changing Landscap Of Corporate Power In The Age Of Flexibility*, 1995, Basic Books.
- HENRIQUES, W. *O capitalismo selvagem*. Campinas: IE/Unicamp, 1999.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: N. Cultural, 1985.
- HOBBSAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- HOBBSAWM, E. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBSON, J. *Estúdio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- HOWARD, C. *The Hidden Welfare State: Tax Expenditures and Social Policy in the United States*, Princeton University Press, 1999.
- HUDSON, M. *Super Imperialism*. London: Pluto Press, 2003.
- IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, C. Brasileira, 1977.
- IDB. *Outsiders?* Washington: IDB, 2007.
- KATZNELSON, I. *When Affirmative Action Was White: An Untold History Of Racial Inequality In Twentieth-Century America* [2005, ed. W.W. Norton].
- KAZIS, R. & MILLER, M. *Low-Wage Workers in the New Economy*. Washington: UIP, 2011.
- KENNETH, E. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- KHOURY, Y. *As greves em São Paulo*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981.
- KOVAL, B. *História do Proletariado Brasileiro*. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.

- KREIN, J. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil dos anos 90*. Campinas, IE/Unicamp, 2001.
- LENIN, V. *O Imperialismo*. São Paulo: Global, 1979.
- LEVINSON, A. *The White Working Class Today*, de Andrew Levison, Democratic Strategist Press, Washington D.C., 2013.
- LOPEZ, S. H. *Reorganizing the Rust Belt - an Inside study of the American Labor Movement*, University of California Press, 2004.
- LOPREATO, L. *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. São Paulo: Unesp/UNICAMP, 2002.
- MAGDOFF, H. *A era do imperialismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARGLIN, S. *Divisão social do trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista*. Porto: Escorpião, 1974.
- MARSHALL, T. *Política social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MARTINS, C. *Capitalismo de estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- MASI, D. *Ócio criativo*. São Paulo: Sextante, 2000.
- MATTOS, F. *Flexibilização do Trabalho: sintomas da crise*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.
- MATTOSO, J. *Dez anos depois*. In: SADER, E. (org.) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEDEIROS, L. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MELLO, J. *Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, J. *O estado brasileiro e os limites da estatização*. In: Ensaios de Opinião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MELMAN, E. *Depois do capitalismo*. São Paulo: Futura, 2002.
- MILBERG, W. ; WINKLER, D. *Outsourcing Economics*. Cambridge: CUP, 2013.
- MILIBAND, R. *O Estado na sociedade capitalista*. In: CARDOSO, F. ; MARTINS, C. (orgs.) Política e sociedade. São Paulo: Nacional, 1979, p. 62-70.
- MILKMAN, R., J. BLOOM & V. NARRO (eds.) *Working for Justice - the L.A. Model of Organizing and Advocacy*, IRL Press, Ithaca, 2013
- MORALES, R. *Flexible production*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- NESS, I. *Immigrants, Unions, and the New US Labor Market*, Temple University Press, Filadélfia, 2005.
- NOBRE, M. *Imobilismo em movimento*. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.
- NUNES, E. *A gramática política do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- OLIVEIRA, C. et al. *Greves no Brasil*. São Paulo: Dieese/Cortez, 2016. L. 1 e 2.
- OLIVEIRA, C. *Formação do mercado de trabalho no Brasil*. In: OLIVEIRA, M (org.), Economia & trabalho: textos básicos. Campinas: IE/Unicamp, 1998, v. 1.
- PEREIRA, L. *Estado e subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- POCHMANN, M. *@trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.
- POCHMANN, M. *A superterceirização do trabalho*. São Paulo: LTr, 2008.
- POCHMANN, M. *A vez dos intocáveis no Brasil*. São Paulo: FPA, 2014.
- POCHMANN, M. *Brasil sem industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

- POCHMANN, M. *Classes do trabalho em mutação*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- POCHMANN, M. *O mito da grande classe média*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- POCHMANN, M. *O trabalho no Brasil pós-neoliberal*. Brasília, Liber livro, 2011.
- POCHMANN, M. *Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI*. In: SADER, E. (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- POCHMANN, M. *Relações de trabalho e padrão de organização sindical no Brasil*. São Paulo: LTr, 2003.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PRIES, L & DOMBOIS, R. *Modernización empresarial*. Caracas: NS, 1993.
- REYGADAS, L. *Las redes de la desigualdade*. In: Política y Cultura, n. 22, 2004.
- RIMLINGER, G. *Wellare policy and industrialization in Europe, America and Russia*. New York: J.Wiley, 1971.
- RODRIGUES, M. *Competitividade e recursos humanos*. Lisboa: Quixote, 1991.
- SALLUM, JR. B. *Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX*. RBC. São Paulo, vol.18, n.52: 35-52, 2003.
- SANTOS, A. et al (Orgs.) *As empresas e a dinâmica das profissões*. Lisboa: IEFO, 1993.
- SANTOS, W. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCAHILL, J. *Blackwater: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army*, Nation Books, 2008
- SCHUMPETER, J. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SILVA, F. *Avaliação do setor público na economia brasileira*. RP, 13, 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1974.
- SOUZA, J. *A ralé brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- SRNICEK, Nick - *Platform Capitalism*, Cambridge: Polity, 2016
- STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SUZIGAN, W. *As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira*. In: Aspectos da participação do estado na economia. Rio de Janeiro: IPEA, 1976.
- TAIT, V. *Poor Workers' Unions: rebuilding labor from below*, haymarket Books, Chicago: 2016.
- TAVAREZ, M. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: IE/Unicamp, 1986.
- TAYLOR, F. *Organisation du travail et économie des entreprises*. Paris: D'Organization, 1990.
- TEIXEIRA, F. & OLIVEIRA, M. (Orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas relações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.
- TITMUSS, R. *Essays on the welfare state*. Surrey: Unwin Brothers. 1963.
- TREU, T. *La flexibilité du travail em Europe*, In: Revue Internationale du Travail, Vol. 131, 1992, n. 4.
- UNGER, R. *Política*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- VILLELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1975.
- VITALI, S. et al. *The network of global corporate control*. New Scientist, p. 1 – 36, 2011.
- WOOD, E. *Empire of Capital*. London: Verso, 2003.
- ZWEIG, M. *The Working Class Majority: America's Best Kept Secret*, ILR Press, Ithaca & London, 2011.

AUTORES

Marcio Pochmann

Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1984), pós-graduação em Ciências Sociais pela AEUDF (1987) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1993). É pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) e professor Titular do Instituto de Economia, ambos da Universidade Estadual de Campinas, bem como autor de dezenas de livros publicados por diversas editoras. Foi técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 1984-1988), diretor executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit, 1998-1999), secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da cidade de São Paulo (2001-2004) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2007-2012). É o atual presidente da Fundação Perseu Abramo (FPA).

Reginaldo Moraes

É professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-Ineu) e colaborador da Fundação Perseu Abramo (FPA). Gradou-se e doutorou-se pela Universidade de São Paulo (USP). É colaborador do programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Pela Fundação Perseu Abramo publicou os livros Bloco de Esquerda e Podemos (2016) e Rural, Agrário Nação (2016).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P739c Pochmann, Marcio.
Capitalismo, classe trabalhadora e luta política no início do século XXI: experiências do Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e França / Marcio Pochmann, Reginaldo Moraes. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

120 p. ; 23 cm.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-093-5

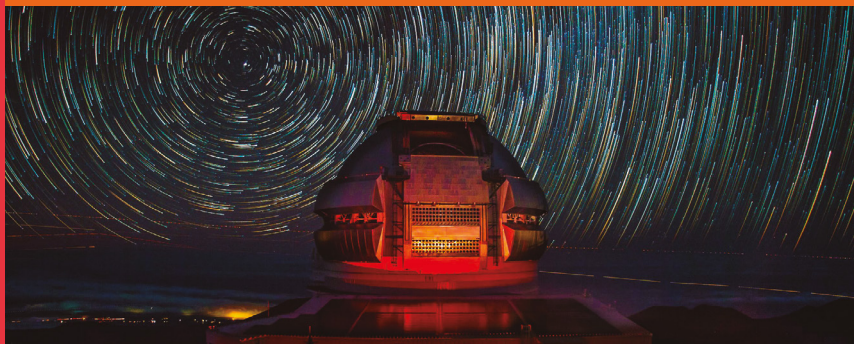
- 1 1. Capitalismo. 2. Política. 3. Trabalhadores. I. Moraes, Reginaldo C. II. Título.

CDU 330.342.14
CDD 330.122

CAPITALISMO,	
CLASSE	
TRABALHADORA	
E LUTA POLÍTICA	
NO INÍCIO DO	
SÉCULO XXI	

Experiências no Brasil,
Estados Unidos,
Inglaterra e França

Este livro procura apresentar uma visão sintética e simplificada das metamorfoses da classe trabalhadora, tal como aparecem no início deste milênio. Vemos hoje um descompasso entre a ascensão de ocupações sem sujeitos históricos identificáveis e a tradicional estrutura de representação dos interesses herdada da sociedade industrial, que terminou sendo contaminada por novos movimentos sociais marcados por certo niilismo fragmentário e dispersante. [...] Trata-se de uma tentativa de síntese para que busquemos explorar as consequências destas mudanças na vida política, na organização das lutas sociais, no confronto de classes que, como sabemos, segue sendo o motor da história.



978-85-5708-093-5



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores